



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 32

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 12 de julho de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 14 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se diretamente na **Agenda da Reunião**.

- Continuação do debate conjunto do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8 /X – “Altera o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE e a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/X – “Proposta de Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”](#).

Participaram no debate os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Costa Pereira (*PSD*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Tendo a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda retirado o seu Projeto de Decreto Legislativo, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*).

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/X – “Proposta de alteração ao regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A e 17/2010/A, respetivamente, de 6 de setembro e de 13 de abril”.

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*), usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Costa Pereira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*) e Isabel Almeida Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Usaram da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Costa Pereira (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/X – “Regula para o ano de 2013, a calendarização do processamento do subsídio de férias e das prestações correspondentes ao 14.º mês e equivalentes”.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), tendo posteriormente usado da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*) e Costa Pereira (*PSD*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Para uma declaração de voto usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2013, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao “Regime Jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas”.

Não tendo havido debate, passou-se diretamente para a votação na generalidade e para a votação da norma considerada inconstitucional, tendo ambas registado a aprovação por unanimidade.

- Pedido de urgência sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/X – “Define a forma de registo de tempos de trabalho e as condições de publicidade de horário de trabalho dos trabalhadores afetos à exploração de veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região Autónoma dos Açores”.

Justificado o pedido de urgência pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usou da palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 7/X – “Aumento da retribuição mínima mensal garantida”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar o pedido de urgência, usou da palavra a Sra. Deputada Graça Silva, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- Anteproposta de Lei n.º 7/X – “Aumento da retribuição mínima mensal garantida”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Graça Silva, participaram no debate os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Nuno Melo Alves (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o diploma supracitado foi aprovado por maioria.

Para declarações de voto usaram da palavra os Srs. Deputados

Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), António Marinho (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Zuraida Soares (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 8/X – “Alteração ao regime de bens em circulação objeto de

transações entre sujeitos passivos de IVA”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o pedido de urgência pelo Sr. Deputado Duarte Moreira, usou da palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro (*PSD*).

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- **Anteproposta de Lei n.º 8/X –“Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Duarte Moreira, tendo usado posteriormente da palavra os Srs. Deputados Renato Cordeiro (*PSD*) e Nuno Melo Alves (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- **Proposta de deliberação que declara findo o período legislativo de julho**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 00 horas e 54 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 14 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Carlos Alberto Medeiros Mendonça
Catarina Paula Moniz Furtado
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha
Duarte Manuel Braga Moreira
Iasalde Fraga Nunes
Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues
José Manuel Gregório de Ávila
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Lizuarte Manuel Machado
Lúcio Manuel da Silva Rodrigues
Manuel Alberto da Silva Pereira
Maria da Graça Oliveira Silva
Marta Cristina Moniz do Couto
Miguel António Moniz Costa
Paulo Alexandre Vieira Borges
Pedro Miguel Medeiros de Moura
Renata Correia Botelho
Ricardo Manuel Viveiros Cabral
Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis
António Augusto Batista Soares Marinho
António Oldemiro das Neves Pedroso
Bruno Filipe de Freitas Belo
Cláudio Borges Almeida
Cláudio José Gomes Lopes
Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas
Humberto Trindade Borges de Melo
Jorge Alberto da Costa Pereira
Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Partido Popular (CDS-PP)

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Nuno Alberto Lopes Melo Alves

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 47 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar então o debate conjunto que estávamos a fazer relativamente aos pontos 10 e 11 da nossa Agenda.

Estava inscrito o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito bom dia.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

Se não me engano, pela ordem das anotações que tenho aqui, a minha resposta é para o Sr. Deputado Aníbal Pires, que se manifestou (com razão) muito preocupado com o processo, com a gestão democrática das escolas que, em nosso entender, não está, nem nunca esteve em risco. Nós somos uns defensores acérrimos da gestão democrática das escolas e de tudo aquilo que tenha a ver com o processo democrático na relação dos alunos com a instituição.

O Sr. Deputado levantou concretamente uma questão relacionada com o n.º 2, do artigo 23.º, que é aquele que quando um aluno é representante do seu corpo num órgão da escola (no conselho pedagógico, por exemplo) comete uma ação que é punível com uma repreensão por escrito ou acima disso e perde durante esse ano letivo o seu mandato.

Nós entendemos que isso é uma medida preventiva de certa maneira, embora reativa, mas também preventiva, na medida em que dá um sinal claro que um representante de um eleitorado, seja um deputado numa Assembleia, ou seja um representante de um aluno a representar o seu corpo num órgão eleito democraticamente na escola, de facto tem que ter um comportamento minimamente irrepreensível.

Reconheço, no entanto, que tudo aquilo que seja marcar esse jovem no presente com atitudes do passado relativamente às quais ele eventualmente tenha recuperado, a escola tem que ser sobretudo um centro, uma casa de formação. Quando um aluno prova que depois de ter cometido um ato que foi sancionado se recuperou, então estará em condições de continuar a exercer o direito de representação.

Também o Sr. Deputado salientou, ou pôs a sua tónica, numa presumível preocupação da nossa parte em cercear a liberdade das escolas. Referiu alguns exemplos, como seja este diploma indicar o número de faltas, ou o número de sanções, a partir das quais se deve aplicar determinada medida.

Ora bem! O Sr. Deputado acha que isto é interferir com a liberdade das escolas. Não é em nosso entender.

Uma coisa é uma escola ter a capacidade de decidir, no âmbito do seu programa pedagógico e das suas atividades didáticas, que uma falta de material é, corresponde, a uma determinada realidade, outra escola pode achar que é outra realidade, mas aquele conceito de que o aluno não cumpriu com uma determinada obrigação repetidamente, o facto de nós limitarmos 3 vezes sucessivas em que isso acontece para todas as escolas e isso não interferir com a liberdade da escola, isso é de certa maneira respeitar a individualidade da escola, mas integrada num sistema. Não podemos achar que no Corvo um menino ao fim de 3 faltas de material que foram definidas pela escola pode continuar a faltar e em Santa Maria achar-se que o menino a partir de 3 faltas desse tipo não deve ter qualquer regalia.

Ora bem, deve haver uma norma para todas as escolas. As escolas definem, no âmbito do seu programa, o que é que entendem por falta, mas a Região entende que a partir de um determinado número de repetições deve ser igual para todos. Suponho que relativamente às questões que o Sr. Deputado levantou, foram estas essencialmente.

O Sr. Deputado Joaquim Machado também manifestou algumas preocupações filosóficas sobre o comportamento do Governo e até acha que o Governo...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mudou de sítio! Não para em ramo verde!

O Orador: Também a sua colega de bancada, que foi muito mais direta utilizou, como já foi referido aqui, várias designações de artes circenses.

Srs. Deputados, alguém da vossa bancada, que não é atualmente da vossa bancada, aqui há muitos anos escreveu um livro cujo título era *Governar é decidir*. Eu acrescentaria: governar é assumir compromissos e assumir compromissos, etimologicamente falando, é sempre uma articulação com alguém. Portanto, o Governo não tem nenhum problema (aliás, o Sr. Presidente já o referiu ontem aqui) em tomar uma decisão, pô-la à discussão e se depois do processo de discussão se verificar que há ideias melhores ou que essa ideia pode ser alterada, só se o Governo fosse monolítico, fosse ditatorial, fosse egocentrista (e poderíamos utilizar um conjunto de adjetivos desse tipo, sempre

em ordem decrescente) é que continuaria - como nós estamos habituados a reconhecer no Governo nacional - ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ...heroicamente de peito aberto em direção ao precipício. Nós não somos assim.

Nós discutimos. Todos estes diplomas estiveram meses à discussão. Eles já poderiam ter vindo aqui a esta Assembleia, mas nós achámos que eles deviam ser postos à discussão, estiveram à discussão e as pessoas deram os seus contributos.

Portanto, estamos sempre em momento de voltar atrás. Isso não é um recuo, isso é um sinal de inteligência, Sr. Deputado.

Portanto, vamos todos ser um bocadinho inteligentes e pensar que vale a pena discutir, senão não valia a pena também haver a instituição parlamentar.

Também o Sr. Deputado manifestou uma certa preocupação com a adequação a um modelo, que nós tínhamos feito uma cópia qualquer. Disse que era mal feita,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sim senhor!

O Orador: ...mas isso é uma questão de gosto. O Sr. Deputado, enfim, não é propriamente um analista de texto, mas reconheço que tem direito a dizer isso.

Sr. Deputado, nós somos uns acérrimos defensores da autonomia, mas a autonomia por definição deve ser boa para os cidadãos.

Quando há situações em que por decisões no âmbito da autonomia verificamos que os nossos alunos ou os nossos professores podem estar prejudicados relativamente ao todo nacional (em matéria de concursos, de exames, etc.), não vejo que mal é que haja nós aceitarmos que somos portugueses.

Vou dar-lhe um exemplo. Quando no último concurso para contratados o Governo da República não aceitou os candidatos açorianos para o concurso nacional. Acha que isto é bom?

Por outro lado, há muito pouco tempo assinei, em nome do Governo, um protocolo com o Ministério da Educação, com o Secretário de Estado, (para permitir que os professores do ensino especial, que tem características diferentes

no continente e aqui também em termos de concurso) e fizemos um convénio em que os nossos professores podem concorrer para o continente e os professores do continente podem concorrer para cá. Isto não é um ataque à autonomia. Isto é favorecer, dentro do nosso quadro autonómico, aquilo que é bom para todos.

Portanto, Sr. Deputado, não temos qualquer problema. Aliás, algumas das vossas propostas são também cópias de legislação nacional e não há nenhum mal nisso. O que interessa é saber se isso é bom para os Açores e nos casos concretos que foram referidos é bom para os Açores, como também é mau quando não há essa comunicação.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão (não está na sala, mas o espírito dele permanece sempre nesta sala,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Salvo seja!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: ...portanto, falo para o espírito dele) estava muito preocupado com esta tendência de que cada secretário, quando chega, resolve fazer a sua marca e fazer novas coisas.

Gostaria de repetir, se me permitem, duas frases do meu discurso de ontem, em que disse que estas alterações, ou melhor, o nosso problema essencial não passa por alterações legislativas de fundo, passa sim pelo aproveitamento ao máximo das potencialidades da legislação, que ao longo dos últimos anos, das várias legislaturas e dos vários governos, foi sendo produzida e os bens que pode produzir.

Ora nós não queremos fazer coisas novas só para dizer que fizemos coisas novas. Queremos, sim, tendo em conta aquilo que já está feito, melhorar naquilo que é possível, como quando nós temos uma casa antiga e é necessário eventualmente pôr o sistema elétrico lá dentro que não tinha.

Também disse no fim que não é intenção do Governo voltar a esta matéria, ou seja, voltar a esta atividade de alteração legislativa.

Nós estamos a fazer agora aquilo que é essencial, no nosso entender, para que o sistema possa funcionar melhor. Não é intenção do Governo voltar a esta matéria. A nossa preocupação, após este processo, será, em colaboração íntima e direta com as escolas, com os pais e encarregados de educação, tomar medidas concretas que contribuam de um modo decisivo para a melhoria dos resultados claros das nossas crianças e jovens em nome do futuro.

Portanto, as alterações que estamos a fazer aqui não são atos de vaidade. São pequenos ajustes que decorrem de uma leitura atenta, rigorosa, mas descomprometida da realidade que temos. Há alguns aspetos que é preciso melhorar, melhoramos; na esmagadora maioria o nosso edifício legislativo é bom, é correto, funciona. Temos é que o pôr a funcionar melhor, mas isso não é esta casa, nem o Governo que vai conseguir isso.

Quem vai conseguir isso são as escolas, é quem está no terreno.

Continuando e relativamente ao Sr. Deputado Melo Alves. Pergunta pelo RGAPA. Pus aqui uma hipótese de deixar de ser um regulamento e elevá-lo à categoria de decreto regulamentar do Governo para ter maior estabilidade, porque o nosso grande objetivo é criar condições para que haja estabilidade nas escolas. Conseguimo-lo através da colocação de professores. As nossas escolas têm os seus quadros completos, estão consolidados. Com a introdução dos concursos de 4 em 4 anos vamos obter uma situação melhor.

É necessário que os professores estejam integrados na sua escola, tenham projetos de médio prazo para que de facto a escola possa ter resultados.

Neste momento, tudo aquilo que possam dizer que está bem e que não se deve mexer, deve ser confrontado com os resultados que temos nas escolas. Se as coisas estão boas e não devem ser mexidas, por que é que então temos os resultados que temos?

Então vamos tentar mexer naquilo que eventualmente possa contribuir para melhorar.

Obviamente o Governo, em princípio, não tem qualquer objeção a que o regulamento, o RGAPA, tenha um estatuto na arquitetura legislativa mais

elevado exatamente para que fiquem claras, de uma vez por todas, as normas de funcionamento do sistema.

Mas, Sr. Deputado, o Sr. Deputado também perguntou: “Ah, mas o Secretário não falou nos resultados claros.”

Sr. Deputado, acho que lhe vou fazer a graça simpática matinal de lhe dar um conjunto de boas notícias.

Em primeiro lugar, ontem referiu os exames do 4.º ano e referiu a propósito do ensino das escolas privadas, particulares.

Mas também gostaria de recordar aqui às Sras. e Srs. Deputados, que eventualmente não tenham visto o quadro, que dentro do pequeno grupo de escolas em que há resultados positivos nos exames do 4.º ano, 6 são escolas públicas, que estão exatamente em circunstâncias de igualdade mais ou menos de ponto percentual com os colégios privados onde é feita seleção à entrada dos meninos.

É muito agradável saber que as 2 escolas de São Jorge, das Velas e da Calheta, que a escola de Santa Maria, que a escola dos Biscoitos, que a escola Canto da Maia (está a faltar-me uma que agora não tenho presente, mas os Srs. Deputados têm acesso a essa informação) têm resultados positivos a matemática. É pouco?

É, sim senhor, mas têm e são escolas públicas, são escolas de média e pequena dimensão, mas são escolas públicas que estão a fazer o seu trabalho, os professores vestem a sua camisola, os conselhos executivos também e os meninos têm condições para ir. Portanto, não vamos pôr a qualidade do ensino entre público e privado, é uma falácia. Não há nenhuma correlação para já! Mal de nós se os colégios privados com as condições de acesso que têm para os seus alunos tivessem negativas, mas muitos têm.

O que interessa saber relativamente aos exames de 12.º ano que acabaram de ser publicados é que as médias regionais seguem em geral a tendência do todo nacional. A média (é verdade!) desceu a português e a matemática, biologia e geologia, mas subiu a física e a química. A matemática, mais concretamente, a média regional ficou em 82,9%, ligeiramente acima da média nacional.

Já temos aqui uns indicadores que nos permitem ser otimistas. As nossas crianças, os nossos jovens e os nossos professores estão a trabalhar bem.

Regista-se ainda que no ano em curso os estabelecimentos de ensino da Região Autónoma melhoraram relativamente a 2012 as classificações obtidas nas provas de exame das disciplinas de alemão, francês, inglês, desenho A, geometria descritiva, filosofia, física e química, literatura portuguesa e a matemática, sendo que nas 4 primeiras disciplinas as médias são iguais ou superiores a 12 valores.

Vão dizer: “Bom, não são propriamente as disciplinas nucleares: alemão, francês, inglês, desenho. O que é isso!”

É formação, é escolaridade, é conhecimento e é sinal de que as pessoas estão a funcionar.

Portanto, comparativamente ao todo nacional, a Região Autónoma dos Açores, nos exames do 12.º ano acabadinhos de fazer, ainda por cima numa situação socialmente complicada como todos sabem e eu queria aqui ressaltar o excelente comportamento das nossas escolas que, mesmo numa situação de greve (e respeitando os princípios da greve tal como nós a respeitamos), conseguiram que os nossos alunos tivessem possibilidade de fazer os seus exames com calma e com todas as condições.

Portanto, comparativamente ao todo nacional, a Região Autónoma dos Açores supera a média nacional nas disciplinas de francês, inglês, desenho, história e cultura das artes.

É um pequeno passo, sim senhor, mas, Sr. Deputado, nós não queremos grandes passos. Nós queremos pequenos passos, mas passos seguros.

Estamos a trabalhar no interior das escolas. As medidas legislativas que tomámos, faltando aquelas duas que já anunciámos que ficarão prontas em breve, ficarão por aqui, porque o que nós queremos é que as nossas escolas funcionem e as nossas escolas, felizmente, têm todas as condições para funcionar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

Começamos por uma questão essencial que é a da estabilidade da estrutura legislativa e jurídica que suporta o funcionamento do nosso sistema educativo regional.

O senhor disse que se trata agora de fazer umas pequenas alterações que concorram para aquilo que é essencial ao bom funcionamento da nossa rede de ensino público.

Até sou tentado a concordar consigo, Sr. Secretário. O problema, todavia, é que cada vez que se senta uma pessoa na cadeira que o senhor ocupa diz exatamente a mesma coisa, mais até do que isso. É que às vezes a mesma pessoa que se senta nessa cadeira repete essa mesma boa intenção duas, três e quatro vezes. Aliás, ainda ontem tive a oportunidade de lembrar que só nesta matéria concreta que está em discussão no Estatuto do Aluno, em 8 anos, esta é a quarta versão e que porventura haverá até alunos que ainda estão dentro da escolaridade obrigatória e já foram sujeitos a outras tantas regras instituídas para a regulação daquilo que devem ser os seus deveres e direitos no sistema de ensino.

Portanto, para essa estabilidade que todos nós reconhecemos como sendo essencial, que concorre também com muita acuidade para o bom funcionamento do nosso sistema educativo e também para o sucesso das aprendizagens (é uma condição essencial) o Governo Regional, o Partido Socialista, não tem feito o esforço necessário para que isso assim acontecesse.

Diz o Sr. Secretário que o tempo de discussão sobre estas matérias foi de tal forma amplo que elas até poderiam ter vindo mais cedo. Espanta-me essa observação por várias razões.

A primeira delas é de que efetivamente não houve tempo de discussão. Não houve neste diploma, menos ainda houve no diploma que ontem votámos do ensino particular, cooperativo e solidário, como também não houve no outro

diploma que se há de seguir que genericamente podemos designar de autonomia das escolas e explico por que é que não houve.

Primeiro, porque o Sr. Secretário, o Governo Regional, não pôs à discussão qualquer versão de diploma.

Segundo, também pela duração, em que houve uma certa apreciação de propostas que nem correspondiam àquilo que os senhores tinham apresentado, nomeadamente, (e vou adiantar serviço para que não se desculpe depois num fórum criado no site da Secretaria Regional) para a suposta discussão destas coisas. O fórum de discussão destinado a este diploma tem zero participações, Sr. Secretário. Zero! A não ser as quatro inscrições que foram feitas pelas duas senhoras gestoras do fórum.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O diploma que ontem apreciámos do ensino particular, cooperativo e solidário nunca foi posto sequer a discussão no fórum. Aliás, é preciso também que se diga que a Secretaria Regional, o Governo Regional, não o enviou sequer às instituições que eram objeto daquelas medidas graves que os senhores pretendiam fazer. Nem sequer foram informadas, nem sequer tomaram conhecimento daquele diploma e o mesmo se diga em relação à autonomia das escolas. Tendo sido aberto um espaço de discussão sobre essa matéria, todavia era com base no diploma em vigor, ou seja, vamos discutir aqui o que está em vigor e os senhores digam-nos lá o que é que é preciso fazer.

Não recuso que isso não seja uma base de trabalho, mas o senhor há de convir que não é uma boa base de trabalho e tanto assim é que a participação é muito, muito limitada.

Mas sobre a discussão há ainda um outro aspeto que considero muito relevante, que é uma reincidência que os governos regionais do Partido Socialista fazem em matéria a diplomas da educação.

Normalmente quando eles são produzidos e quando são trazidos ao debate, regra geral isso acontece nos momentos mais cruciais do funcionamento do nosso sistema educativo, isto é, durante o terceiro período, em cima dos exames nacionais, em cima das avaliações, num momento onde efetivamente a

comunidade educativa, numa altura em que fundamentalmente os professores, pela sua responsabilidade profissional, pelo seu empenhamento profissional, não dispõem de tempo para fazer a análise, a reflexão e a produção de sugestões que estas matérias requerem e deviam ter.

Um terceiro aspeto. Este diploma, como já dissemos ontem, é um diploma que (e isto é um elogio que faço sem qualquer problema) traz bom senso, revela bom senso e o bom senso está exatamente no facto de expurgar matérias que há apenas 19 meses o mesmo Governo Regional, com alguns dos membros que aí continuam sentados, e aquela bancada, com muitos dos Srs. Deputados do Partido Socialista, defenderam e mais do que defenderam,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...até fizeram atos de fé sobre a bondade das matérias que lá estavam, juntando a isso grandes elogios sobre a novidade e a eficiência dos resultados que daí viriam. Nada disso aconteceu. Mas tem agora o Governo Regional o bom senso de fazer essas alterações, nomeadamente expurgando a aplicação de coimas e aquela burocracia inútil (e aí Sr. Secretário estou ao seu lado a considerar o espírito do que foram e são, porque ainda estão em vigor, os fatores que perturbam o funcionamento das escolas) que perturbam o trabalho dos professores e que são inconsequentes para as aprendizagens e os bons resultados que nós queremos que tenham os nossos alunos. Foram esses espíritos, que, por exemplo, a Sra. Deputada Catarina Furtado tanto elogiou e tantos atos de fé fez sobre eles há apenas 19 meses.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sobre o quê?

O Orador: Mas sobre as coimas, Sr. Secretário, tenho também a registar o facto de que tendo sido aqui apresentadas há 19 meses medidas dissuasoras, elas dissuadiram tanto, tanto que até acabaram dissuadindo o Governo de as aplicar.

A minha pergunta é esta: por que razão não foram aplicadas as coimas?

Gostava que explicasse. Não é trazer-nos aqui informação que já tinha dado de algum modo em sede de comissão, de que foram aplicadas só 13, 14 ou 15 e que numa escola se aplicaram 10.

Nós agradecemos essa informação. Ela também ajuda a perceber o que está por detrás disto.

O que o Grupo Parlamentar do PSD/Açores pretende é saber as razões pelas quais elas não foram aplicadas e isso o senhor não explicou.

Quanto ao resto da questão da autonomia (também estou - sei lá! -julgo que estaremos todos nós) este é um consenso fácil quando se trata de entender a autonomia como um caminho e um processo que melhora a vida dos açorianos.

Agora, Sr. Secretário, nalgumas matérias não creio que haja verdadeiramente uma especificidade do aluno açoriano que nos dispense de estarmos exatamente ao mesmo nível em que estão os alunos do resto do país.

Menos ainda posso entender que haja uma especificidade regional que ponha os professores dos Açores com menos cobertura jurídica e no plano da justiça do que os restantes colegas do país.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, nesta matéria, sem qualquer problema, o PSD copiou o que está disposto no diploma nacional, porque nesta matéria o nosso objetivo é só este: permitir que os nossos professores nos tribunais tenham as mesmas garantias que têm no resto do país e essa parte da cópia o senhor não fez. Aí é que foi um mau aluno.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que a opção reiterada do Sr. Deputado Joaquim Machado de dizer que cada um que se senta naquela cadeira, cada um que se senta ali, tem uma opção diferente e toda a desculpa da estabilidade, queria dizer-lhe, porque pode não ter estado atento (já disse isso e foi dito na campanha eleitoral), que quem assumiu este pacto de estabilidade para a educação foi o candidato a Presidente do Governo,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ...o atual Presidente do Governo que se senta naquela cadeira, que se vai sentar nos próximos 4 anos naquela cadeira foi quem assumiu a responsabilidade do pacto de estabilidade para a educação. Foi o Sr. Presidente, reiterado, obviamente, pelo Sr. Secretário da tutela que aqui está a apresentar as propostas.

Depois o senhor fala no fórum. Bem, mas se se pôs à discussão no fórum e toda a gente teve a possibilidade de participar e não participou, não me diga que a responsabilidade é do Sr. Secretário?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É!

A Oradora: O senhor diz que se pôs tudo, que se devia ter posto... O que é que se ia mexer?

Mas então se tivesse posto só o que se ia mexer o senhor estaria aqui a dizer que se coartou a liberdade de opção de se pronunciarem sobre todos os diplomas de uma forma liberta de qualquer espartilho em termos dos artigos ou dos capítulos a pronunciarem-se. Portanto, presos por ter cão, presos por não ter cão.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Depois o senhor diz que eu fiz atos de fé, grandes elogios. Não sei qual foi o diário das sessões que o senhor foi buscar isso, mas atos de fé fiz a segunda comunhão, porque sou católica.

Depois, alterações maiores do que o Ministro Nuno Crato, Sr. Deputado, vai ser difícil nós conseguirmos fazer, porque ele se não as faz diretamente em leis ou decretos-leis, faz com orientações dadas todos os dias, ou quase todos dias, demais a mais.

Depois, para terminar, estranhar que em todo o processo e em todo o tempo que eu aqui estou nesta casa e sempre que diplomas da educação se trata, mesmo das famigeradas coimas...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diz bem! Famigeradas coimas!

A Oradora: ...(o Sr. Deputado insiste em entrar na especialidade quando ainda estamos a discutir a generalidade do diploma), dizer-lhe que – a generalidade vou deixar agora acabar e depois entraremos na especialidade – na esmagadora maioria de todos os diplomas, se o senhor for ver o histórico desta casa, vai ver

que (pelo menos do tempo que aqui estou e é a primeira vez que tenho o prazer de partilhar debate consigo) nós temos tido sempre o apoio incondicional do PSD, mesmo nas coimas, através da abstenção,...

Deputado Aníbal Piros (PCP): É verdade! Bem lembrado!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ora aí está!

A Oradora: ...no artigo 20.º, se o senhor for ver.

Portanto, só posso dizer que talvez seja porque o senhor tenha estado ausente. Veremos como é que vai ser com o senhor nesta casa, mas se for como o exemplo que deu ontem continuaremos a contar com o apoio incondicional do PSD nas políticas de educação do PS.

Obrigada.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Muito bem lembrado!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional da Educação tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Deputado Joaquim Machado, a sua intervenção fez-me lembrar aquela história de uma professora (as antigas professoras mestras escolas de aldeia, de freguesia), em que uma delas, quando o Zequinha, um miúdo particularmente traquina, chegava à escola, a Sra. Professora, a Sra. Mestre, dava-lhe um par de estalos e o menino dizia: “Mas por que é que me está a bater, não fiz nada?”

Ela dizia: “Não fizeste, mas vais fazer!”

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Sr. Deputado acha que vou fazer muita coisa. Espero que sim. Não vim para aqui para pintar paredes, vim para aqui para trabalhar e estou a trabalhar seriamente.

Incomoda-me (ia utilizar outro termo que não utilizo aqui) que o Sr. Deputado tenha o desprazer de dizer que relativamente ao diploma de ontem não foram

feitas consultas. Tenho-as aqui. Tenho aqui o resultado e vou dizer-lhe uma coisa.

Esta proposta esteve em apreciação pública até ao dia 3 de junho de 2013. Foram pedidos pareceres às associações de pais e encarregados de educação (não sei se sabe o que é), conselhos executivos das escolas básicas e secundárias, das escolas secundárias e das escolas básicas e integradas (não sei se conhece estas siglas) e aos conselhos de administração das escolas profissionais, escolas de ensino privado, cooperativo e solidário para parecer até 1 de junho de 2013.

Sr. Deputado, não sei se tem paciência para ler, mas já que tem paciência para acusar, estão aqui pareceres. Portanto, isto foi discutido. Há pareceres aqui. Podem não ser coincidentes com as suas opiniões (com certeza!),...

Deputado José Ávila (PS): Paciência!

O Orador: ...mas não diga, não ponha em causa nunca que não foram feitas as consultas.

Se alguém não quis responder, como diz a Sra. Deputada Catarina, o problema foi seu, mas foram consultados. Nós temos aqui resultados.

Relativamente ao diploma que está a ser discutido aqui hoje, ele que vai ser discutido mais tarde, tive reuniões, para já, com o conselho coordenador do sistema, tive reuniões com os sindicatos, tive reuniões com pais e encarregados de educação, tive reuniões nas escolas, recebemos pareceres de conselhos executivos, até de particulares. Portanto, Sr. Deputado, nós pedimos opinião, nós ouvimos opinião e nós integrámos as opiniões nas nossas decisões. É evidente que há decisões, que há opiniões que são nossas, que fazem parte do nosso programa, mas nós ouvimos e tomamos a nossa decisão, porque temos o direito de o fazer.

Portanto, Sr. Deputado, utilize todas as técnicas que quiser para me diminuir, mas faça o favor de não se diminuir a si próprio.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Nós temos falado sempre desde o início, desde a campanha eleitoral, no pacto de estabilidade para a educação. O pacto de estabilidade para a educação não é uma coisa que se põe assim num *slogan* qualquer. É isto que estamos a fazer aqui.

No entanto, (porque nenhuma destas matérias, no caso dos sindicatos, tinha implicações que obrigassem a negociação sindical) nós ouvimos os sindicatos e os sindicatos saíram das reuniões que tiveram no meu gabinete e pergunte aos sindicatos o que é que eles disseram acerca do que lá se passou.

Portanto, nós estamos firmemente, convictamente envolvidos neste pacto e também quero cumprimentar e saudar esta Assembleia pelo resultado da votação de ontem que veio exatamente nesse sentido. Um pacto exige várias partes e de facto todos os partidos cederam alguma coisa, mas chegámos a um diploma que (não sei qual é o historial deste tipo de diplomas nesta casa, mas não deve ser muito frequente a um diploma desta natureza) teve uma unanimidade quase plena na sua aprovação. Espero que os que vão ser postos à votação hoje também o tenham.

Nós não estamos aqui a “vender banha da cobra”, não estamos aqui falar mal da oposição porque é da oposição, ao contrário (e espero que também não seja) da missão da oposição de falar mal do Governo porque é sua função falar mal do Governo. Espero que a Sra. Deputada tenha, enfim, a paciência de ainda me suportar aqui mais alguns anos, porque provavelmente o convite que me fez para a demissão pela minha parte não é aceite (o Sr. Presidente do Governo lá saberá, mas da minha parte não vou aceitar a sua proposta), porque o que fiz aqui foi aquilo que os senhores provavelmente não fizeram quando foram Governo,...

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que é ouvir, que é tomar decisões tendo em conta aquilo que se passa na sociedade.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Depois de termos ouvido a homilia matinal do Deputado Joaquim Machado...

(Risos de alguns Deputados da câmara)

...até parece (obrigado pela bênção!) que o PSD não só tem dado a sua bênção às políticas de educação do Governo Regional do Partido Socialista, deste e dos anteriores, como parece que não está em curso o mais violento ataque à escola pública e aos direitos dos profissionais da educação no nosso país, protagonizado...

Eu sei que o gabinete é no essencial composto por membros do CDS/PP, mas a verdade é que o responsável parece-me que foi indicado pelo PSD.

Passada esta fase de alguma consideração sobre a homília matinal com que nos brindou, passemos agora para as questões importantes.

Sr. Secretário, congratulo-me com o reconhecimento que o Governo fez designadamente ao ponto 2, do artigo 2.º. Aliás, já chegou às nossas bancadas uma alteração ao teor do artigo que melhora substantivamente. No entanto, gostaria apenas de deixar aqui mais uma questão relativamente a esta proposta de alteração, que não me satisfaz na totalidade e por isso irei manter a proposta de eliminação do artigo, porque se há de facto aqui o reconhecimento de uma crítica que ontem foi feita a alguns aspetos que estavam subjacentes à redação do ponto 2, a verdade, Sr. Secretário Regional, é esta: acaba sempre por ser uma pena acessória. Se um aluno, enfim, se um cidadão foi penalizado por uma incorreção, pelo que quer que seja, em diferentes planos, considerando aqui vários planos, a penalização é essa, não tem que ter uma penalização acessória,

na nossa opinião, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, retirando-lhe aqui direitos de representação para o qual foi eleito.

Aliás, nós temos na Região (e o país tem esse problema e aqui na Região vive-se uma situação com algum dramatismo) a questão do repatriamento dos nossos conterrâneos que são repatriados dos Estados Unidos e do Canadá, países de acolhimento, onde, por fruto de alguma infração, de um crime, do que quer que seja, são penalizados pelo sistema penal e judicial do país de origem e depois dá-se uma pena acessória de repatriamento, com a qual nós não concordamos, julgo eu.

Portanto, no fundo, Sr. Secretário, o que se está a passar aqui é um bocado disso. De qualquer forma reconheço que, de facto, esta redação, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que V. Exa. referiu na sua intervenção, vem...

Deputada Zuraida Soares (BE): Do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda!

O Orador: Sim! Peço desculpa! Do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda! Peço desculpa, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não disse nada!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas pensou! Se não pensou deveria ter pensado!

O Orador: Está bem, mas o seu a seu dono, pelo amor de Deus!

A proposta a que me estou a referir (o seu a seu dono!) de nova redação para o artigo 23.º é subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda e melhora substantivamente, mas não vai merecer o meu acordo.

De qualquer forma não é esta situação que vai levar a que a Representação Parlamentar do PCP não dê o apoio a este diploma, uma vez que de facto ele melhora substantivamente a versão que está em vigor.

Gostaria ainda, se me permitem, de dizer o seguinte relativamente à questão das faltas e da pontualidade e o facto, na nossa opinião, dessa questão ser remetida para o regulamento interno da escola.

Julgo que V. Exa., Sr. Secretário, concordará comigo que para promovermos a igualdade de oportunidades temos de atender às diferenças. Acho que é fundamental. É este princípio que sustenta a opinião da Representação Parlamentar do PCP. É evidente que temos de uniformizar um conjunto de regras, elas têm de estar normalizadas, mas deve-se dar de facto aquilo que é importante dar às escolas e aos professores, que é autonomia pedagógica. Portanto, neste caso aqui julgo que a questão não é não ter em atenção a falta de pontualidade. A questão não é ter em atenção o facto dos alunos não levarem o material necessário para a escola. A questão aqui é: como é que vamos resolver isso?

Vamos resolver de uma forma administrativa porque depois as escolas estão sujeitas a este normativo legal e, portanto, terão de o cumprir; ou se deixamos aqui uma margem para que as escolas possam ir resolvendo essas questões, que sendo com certeza importantes, não têm que se traduzir, designadamente, em faltas, porque falta é a ausência total à atividade.

Mas, Sr. Secretário, como já disse, se quiser fazer mais alguma reflexão juntamente com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre estas questões, ficaria muito satisfeito. Se o mantiverem assim não é por estas duas questões que a Representação Parlamentar do PCP irá votar desfavoravelmente este diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não vai repetir a homília outra vez?

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se calhar começando pelo aparte do Sr. Deputado Aníbal Pires. Da próxima vez não faço uma homília, nem darei uma bênção. Eventualmente vou aspergir V. Exa,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai ser difícil!

O Orador: ...mas isso fica para mais tarde.

Sr. Secretário Regional, vou começar pela resposta que o senhor não deu. Fiz-lhe a pergunta sobre as razões que estiveram na base da não aplicação das coimas e o senhor nada disse, mas sei a resposta. Portanto, já estava preparado para a dar aqui, ao plenário.

O Sr. Secretário conhece este documento? Conhece este documento, Sr. Secretário?

(Neste momento, o orador mostra um documento ao Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura)

Talvez não! Aí está o problema.

Conhece este?

(O orador mostra outro documento ao Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura)

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura *(Luiz Fagundes Duarte)*: Não consigo ver daqui!

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS)*: Não conseguimos ler daqui!

O Orador: Pois! Vou dizer o que são.

São documentos da sua secretaria. Têm como título *Regime Geral das Contraordenações e Estatuto do Aluno*.

Já sabe do que é que estou a falar? Conhece os documentos? Não!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura *(Luiz Fagundes Duarte)*: Eu gosto de o ouvir falar!

O Orador: Aqui é que está a razão da não aplicação das coimas. É que sobre a aplicação das coimas a Inspeção Regional da Educação encontrou 33 perguntas mais frequentes. Isso diz bem da dificuldade que as escolas tinham pela frente para aplicar uma grande virtude que o Governo Regional de então trouxe a este Parlamento e que teve a absoluta adesão do Grupo Parlamentar do PS.

Mas são 33 perguntas mais frequentes. As mais frequentes!

Sabe para instruir um processo o que é que era necessário?

Está aqui o manual de procedimento. Tem só 54 páginas. Portanto, quando aqui se vem falar da bondade das coisas, da desburocratização,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É isso que estamos a fazer aqui!

O Orador: ...isto prova exatamente o contrário.

Estes dois documentos que são da sua secretaria, que são da Inspeção Regional da Educação, é que explicam e atestam a bondade, neste caso, a falta dela, que estava plasmada no diploma ao qual o PSD não deu o seu apoio incondicional nesta matéria.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah não?! O senhor tem a certeza? O senhor só sabe falar do passado?

O Orador: Mas disso o meu colega de bancada, Jorge Costa Pereira, já dará a devida resposta. Vai avivar certamente algumas memórias.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A minha está fresca!

O Orador: Quanto à discussão pública, Sr. Secretário, continuo a dizer o que disse.

Não houve fórum nomeadamente para o diploma que ontem nós falámos e a discussão que foi gerada foi muito rápida, gerou pânico entre as instituições particulares, cooperativas e solidárias de ensino depois de terem recebido da Comissão de Assuntos Sociais o diploma para se pronunciarem.

Sabe quanto tempo é que elas tiveram para se pronunciarem?

Cinco dias úteis!

Deputada Zuraída Soares (BE): Pelos vistos chegaram!

O Orador: Com certeza que responderam!

Deputada Zuraída Soares (BE): Cinco dias chegaram!

O Orador: Mas o Sr. Deputado acha que em 5 dias úteis se faz uma discussão séria e profunda daquela matéria?

Deputado Miguel Costa (PS): Tão séria que mudou tudo! **Deputado**

Domingos Cunha (PS): Trabalhe, Sr. Deputado!

Deputada Zuraída Soares (BE): Tão séria, que mudou! Pelos vistos chegou!

O Orador: Não faz! Tanto não faz que algumas responderam que não conseguiam dar resposta.

Mas mais!

Se é para falarmos desse processo é também preciso que se saiba o seguinte.

O Governo Regional aprovou este conjunto de diplomas no dia 23 de maio,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora é que é!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Eu já estava admirada!

O Orador: ...mas só os trouxe à Assembleia no dia 30 de maio, ou seja, manteve os diplomas. Só tinha nessa altura 5 semanas antes do início deste plenário,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está a fazer uma resenha do diploma!

O Orador: ...mas mesmo assim manteve os diplomas uma semana sem os enviar ao Parlamento e depois só foi despachado na Comissão de Assuntos Sociais às 19 horas e 52 minutos do dia 17 de junho, que por acaso até era uma sexta-feira. O que significa...

Deputado Miguel Costa (PS): Não se trabalha ao sábado e ao domingo!

Deputado Domingos Cunha (PS): Significa que se trabalha depois da hora!

O Orador: ...que só aí se perderam mais de 3 semanas que podiam ter concorrido para a discussão pública destes diplomas.

Deputado Domingos Cunha (PS): Significa que se trabalha depois da hora! O senhor não dá lições de trabalho a ninguém!

O Orador: Uma coisa é certa: nós estamos aqui a falar e este debate tem sido sobre o processo deste diploma. No essencial, como já ontem disse logo na abertura do debate, o PSD está a favor deste diploma, até porque ele melhora a versão que atualmente está em vigor...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor não disse nada!

O Orador: ...e à qual o PSD também deu o seu apoio. Deu o seu apoio porque sabe distinguir quando é que está em primeiro lugar o interesse dos Açores e as virtudes do consenso político com responsabilidade como temos feito e é

exatamente nessa medida que há 19 meses apresentámos propostas e hoje voltaremos a fazê-las.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate, mas algumas afirmações que foram aqui feitas exigem, naturalmente, correção, porque não correspondem de todo à verdade. Para fazer essa correção aproveito também para fazer uma consideração e reconhecer a muitos, ou pelo menos a alguns dos Deputados que estão sentados na bancada do Partido Socialista, um mérito enorme. Os senhores são capazes de defender uma coisa e o seu oposto no espaço de alguns meses com tanta convicção que eu pergunto onde é que anda a vossa coerência.

Deputados Joaquim Machado e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Há 19 meses o regime das coimas que os senhores propuseram era de tal forma inovador e positivo para dissuadir os problemas de indisciplina nas escolas dos Açores (era de tal forma bom e positivo) que até dissuadiu a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, autora da proposta, de estar hoje aqui a discutir isto com a gente.

Deputados Joaquim Machado e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas dizer que o Partido Social Democrata deu o seu apoio incondicional ao regime das coimas não é falta de memória, Sra. Deputada, é uma falsidade inaceitável que basta consultar os diários da Assembleia para verificar que não é verdade.

Deputados Jorge Macedo e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Há 19 meses a Sra. Secretária Regional da Educação da altura dizia que, por exemplo, “o PIT (o Plano Individual de Trabalho) é uma medida que para nós é de grande responsabilização dos deveres inerentes ao direito que existe a todos à educação. Não é uma medida meramente burocrática, não é

uma medida meramente punitiva [estou a citar palavras da Sra. Secretária Regional da Educação sobre os PITs]”.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah! Não está cá!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah! Isso é com ela!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vou-lhe telefonar!

O Orador: Dezanove meses depois ouvimos ontem aqui o Sr. Secretário dizer que o PIT é uma mera burocracia, é uma desnecessidade.

Srs. Deputados, a coerência das posições é, para o PSD, nesta matéria um enorme conforto.

Nós tivemos razão no tempo certo. Não nos quiseram ouvir. Hoje sentimo-nos confortados porque estamos confortavelmente coerentes naquilo que defendemos e que defendíamos.

Os senhores agora, por essa via, dão-nos razão. Como o povo diz: “mais vale tarde do que nunca”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Apenas duas ou três observações muito rápidas na sequência da intervenção do Sr. Secretário, desde logo até porque nós não estamos aqui em nenhum ataque à escola pública, ao contrário do que alguns Deputados têm afirmado.

Nós, se calhar, temos é um grau de exigência em relação à escola pública, precisamente por ser pública, um bocadinho maior e por isso é que o que vou dizer a seguir é a comparação de público para público, não de público para privado. Deliberadamente não fiz essa comparação ontem entre público e privado, mas entre público e público não me coíbo de fazer. Efetivamente e infelizmente o que nós temos constatado desde sensivelmente 2005 são

resultados inferiores na Região no que toca, por exemplo, a taxas de retenção no ensino básico ou no ensino secundário, comparativamente a taxas no continente, noutras escolas do país, até em regiões similares. Isso mesmo quando na Região, em termos do número de alunos por sala, por turma, nós registamos aí resultados melhores do que a média nacional, em que temos turmas mais pequenas, só ultrapassadas efetivamente até pelas da Madeira.

Portanto, ainda bem que o Sr. Secretário conseguiu anunciar aqui hoje que houve melhorias em 2012 nos resultados. Isso satisfaz-nos bastante e satisfaz-nos muito. Espero que seja o início de uma nova tendência que se venha a consolidar e que não seja apenas um ponto estatístico que sai fora da tendência que tem vindo a ser seguida. Espero que seja um sinal de uma inversão nos resultados. Isso agradar-nos-ia imenso.

Agora o que nos preocupa é efetivamente quando às vezes há alunos que saem do privado para o público e o façam com o intuito de irem para um ensino mais fácil e não para um ensino melhor, ou para um ensino mais barato e não para um ensino melhor.

O que nós queremos é que a concorrência que o público (vamos assim chamar, a concorrência, parece uma palavra um bocadinho desadequada) e o privado têm se faça na qualidade e não por outros critérios. Por isso é que a questão do financiamento foi importante e foi importante aqui ressaltar, porque o que é para nós preocupante é que o público seja visto como uma forma de ensino mais fácil e não melhor ou igual. Esse é que é o cerne da nossa preocupação quando nós falamos aqui em indicadores comparativos. O Governo continua empenhado nas melhorias, que as escolas continuem empenhadas nas melhorias e que continuem a trabalhar nesse sentido. Portanto, esse é que é o nosso propósito e o nosso objetivo e não o contrário, nem o desvalorizar, nem o de produzir aqui qualquer ataque à escola pública, até pelo contrário.

Por isso, neste caso, queria deixar aqui estes esclarecimentos também ao Sr. Secretário, porque parece-nos que talvez tenha sido interpretado mal o que nós dissemos ontem, como um ataque à escola pública o que efetivamente não é.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para pôr alguma tónica e esclarecer a questão da especialidade que há bocadinho o Sr. Deputado Costa Pereira referiu da aprovação ou não por parte do PSD há 18 meses, nesta casa, no referido artigo.

No diário das sessões pode ler-se que iríamos votar uma proposta do Bloco de Esquerda para o artigo 20.º que era a eliminação do artigo. No resultado da votação nós temos 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Ah!

A Oradora: Se o PSD vota contra a eliminação do artigo das coimas eu não sei o que é que isso quer dizer, porque se depois nós lermos o diário das sessões vemos que havia apenas uma reticência por parte do Sr. Deputado Pedro Gomes, que foi quem interveio nesta matéria,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Saudosa memória!

A Oradora: ...sobre a expressão “consciente” e o PSD propunha a eliminação da expressão “consciente” do artigo para poder votá-lo favoravelmente e como não foi retirada a expressão “consciente” o PSD, depois de ter votado contra a eliminação do artigo na proposta do Bloco, absteve-se na proposta do PS.

Se isso não é ser a favor, então não sei do que se trata.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Uma pirueta!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Furtado, acho absolutamente lamentável a forma como a senhora abordou esta questão. É lamentável porque sou eu que estou em causa

e não vou fazer mais considerações, só lhe vou dizer aquilo que disse na altura e que está escrito no diário das sessões que vou ler. Disse isto: “Sra. Secretária, agradeço o seu esclarecimento sobre a questão dos pareceres dos conselhos executivos sobre este assunto, que é o que interessa aqui debater, e o que nós temos a dizer é simplesmente isto e é uma preocupação que fica aqui expressa. É que se os órgãos executivos das escolas e os conselhos executivos de uma maneira geral acharam este diploma e esta proposta que aqui estamos a debater, no domínio específico das contraordenações, uma boa solução, quem somos nós, que não estamos neste momento no terreno, para dizer que essa solução não é boa. Agora permita-me deixar aqui exposto que temos algumas dúvidas sobre a exequibilidade das normas que aqui ficam estabelecidas...”

Deputado Berto Messias (PS): Deve dizer isso ao seu colega Joaquim Machado!

O Orador: ...e para além disso Sra. Secretária temos uma reserva que é muito mais profunda e para ela gostava de ouvir as suas explicações. Tem a ver com uma ameaça de injustiça comparativa que paira sobre o sistema das coimas, tal como ficou aqui estabelecido. É que os pais estão divididos em dois grupos: os pais encarregados de educação que recebem apoios da Ação Social Escolar que terão um tratamento diverso dos pais encarregados de educação dos alunos que não têm esses apoios.” E não preciso ler mais.

Sra. Deputada, aquilo que a senhora fez foi lamentável.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Lamentável é a confusão entre o senhor e o seu colega Joaquim Machado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado não gosta de ser citado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projeto de Decreto Legislativo do Bloco de Esquerda que também está em discussão neste momento, embora nenhum Deputado ou Deputada se tenha lembrado de tal facto e o Sr. Secretário já agora também não, mas atendendo a que os objetivos fundamentais desse Projeto de Decreto Legislativo Regional estão explícitos na proposta de decreto do Governo relativamente ao Estatuto do Aluno, refiro-me concretamente às coimas e às sanções acessórias, o Bloco de Esquerda retira o seu Projeto de Decreto Legislativo Regional, não sem antes fazer questão de deixar claro o seguinte, já que falámos mais uma vez de coerência durante esta manhã.

O Bloco de Esquerda foi absolutamente coerente, quer durante a discussão do Estatuto do Aluno na versão da antiga Secretária da Educação, quer durante a votação relativamente a estes artigos das coimas e das sanções acessórias que repudiámos em absoluto (não tivemos nenhuma dúvida, repudiámos em absoluto), quer na votação do próprio Estatuto em votação final que votámos contra, da mesma maneira que agora não temos nenhuma dúvida uma vez que neste assunto foi finalmente reconhecida a justeza da nossa posição pelo Governo Regional, neste caso pelo Secretário da tutela, e também não temos dúvidas em aceitar tal como está proposto na proposta do Governo.

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional da Educação tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, muito brevemente para apresentar formalmente um pedido de desculpas à Sra. Deputada Zuraida Soares. Tinha intenção, aliás, tinha no meu texto fazer uma referência ao Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Bloco de Esquerda, como de resto tinha feito no anterior. Foi um lapso lamentável que assumo.

De qualquer maneira gostaria de salientar que a Sra. Deputada antecipou-se ao Governo embora os conteúdos dos dois diplomas sejam exatamente iguais (a Sra. Deputada antecipou-se), o que quer dizer que estamos, nessa matéria, na mesma onda. Felizmente o Governo foi bastante mais longe na intervenção neste diploma, de qualquer maneira quero reconhecer o valor da sua participação e lamentar o meu esquecimento.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Fazemos a votação toda depois do intervalo.

Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente que me acompanhem até à sala de reuniões, por favor.

Eram 11 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 14 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos.

Tendo sido retirado o Projeto de Decreto Legislativo Regional por parte do Bloco de Esquerda não iremos então votá-lo e passamos de imediato à votação, na generalidade, da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Vamos então fazer a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos iniciar a votação na especialidade.

Apenas uma referência à câmara de que irei proceder à votação das propostas de alteração ao Anexo do diploma e depois votar o Anexo com as alterações introduzidas.

Concordando com esta metodologia, passo de imediato à votação na especialidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Vamos votar as propostas de alteração ao Anexo.

Proponho a votação conjunta do artigo 1.º ao 4.º, uma vez que não existem propostas de alteração.

Não havendo oposição, vamos então passar à votação dos artigos 1.º ao 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 5.º temos uma proposta de alteração apresentada pelo PCP. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Proponho de seguida a votação conjunta dos artigos 6.º ao 12.º, uma vez que não foram apresentadas nenhuma propostas de alteração.

Não havendo oposição passo de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao artigo 13.º, apresentada pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** O Grupo Parlamentar do PSD-Açores requeria que fosse feita a votação em separado do n.º 2 e do n.º 6, que são efetivamente os dois números que são objeto de alteração.

Presidente: Vamos colocar então à votação em separado o n.º 2 e o n.º 6.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para explicitar que uma parte das alterações que começam neste artigo, introduzidas por um grupo de Deputados que as subscreveu, têm a ver com a integração no diploma em apreço das competências que desde a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens está em vigor e estão atribuídos à escola enquanto entidade de competência em matéria de infância e juventude e assim aproveita-se a ocasião para uniformizar a linguagem e procedimentos a esse nível. Daí todas as alterações e todos os procedimentos que remetem em termos de comunicação por parte da escola às entidades competentes em função da idade do menor, da criança ou jovem.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais intervenções, vamos então colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda ao n.º 2, do artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração para o n.º 6 deste mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora ao artigo 14.º e coloco em primeiro lugar à votação a proposta de alteração subscrita pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Qual é o artigo que estamos a votar?

Presidente: Nós estamos a votar a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 14.º.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Posso fazer uma interpelação?

Julgo que a proposta do PCP deu entrada em primeiro lugar e não percebo por que é que está a ser votada em primeiro lugar a proposta apresentada pelo Partido Socialista e pelo Bloco.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A proposta do PS entrou primeiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Confirmo.

Presidente: As propostas do PS e do Bloco de Esquerda deram entrada primeiro.

Vou de qualquer forma repetir a votação para que possamos tomar nota dos resultados em conformidade.

Portanto, como estava a dizer, estamos a votar a proposta de alteração ao artigo 14.º, apresentada pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: As alterações anunciadas foram aprovadas com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Naturalmente que a proposta de alteração para este mesmo artigo apresentada pelo PCP fica prejudicada.

Avançamos assim para o artigo 15.º e para a proposta de alteração...

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção porque não pude deixar de ficar extremamente surpreendida com a votação ao artigo 13.º por parte da bancada do PSD e passo a explicar porquê.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Apoiado!

A Oradora: Com a entrada em vigor da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo criou-se em Portugal um sistema em pirâmide que tem na sua base as entidades com competência em matéria de infância e juventude, nas quais se incluem as escolas, tem num plano intermédio as comissões de proteção de crianças e jovens e tem no topo da pirâmide os tribunais. Aquilo a que essa lei obriga é que cada uma das entidades deve primeiro esgotar os seus meios para solucionar as situações de perigo e só depois tem legitimidade para comunicar ao patamar seguinte de intervenção.

O que acontece na escola é que, perante uma situação de ausência do aluno, de absentismo escolar, de abandono, antes de se comunicar à Comissão de Proteção, a escola tem de esgotar todos os seus meios no âmbito da intervenção consensual que está determinada por lei e só esgotada essa intervenção a comissão tem legitimidade para passar ao patamar seguinte.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já está votado! Isso é declaração de voto!

A Oradora: Não! Eu estou a explicar. O que está no artigo 15.º é exatamente a mesma coisa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda não chegámos lá!

A Oradora: É a integração no Estatuto do Aluno dos princípios de intervenção que resultam da Lei de Promoção e Proteção, pelo que não tendo conseguido compreender por que é que o PSD vota contra a integração no Estatuto do Aluno de um procedimento que está na lei desde o início o século, senti-me na obrigação de dar esta explicação, porque não posso efetivamente entender o sentido de voto da vossa bancada.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me que faça esta observação, Sra. Presidente: não estamos a fazer um debate repristinado, isto é, voltámos atrás ao artigo 13.º, quando efetivamente íamos entrar no 15.º, até porque já votámos o 14.º, portanto, julgo que é um debate que, em termos formais, não faz muito sentido, ...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Faz todo o sentido!

O Orador: ...mas já que ele foi iniciado V. Exa. há de me permitir que também possa, naturalmente, ...

Presidente: Claro que sim. Dei-lhe a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: ...e agradeço a atenção que decorre daí.

Fico espantado é com a observação da Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Por quê?

O Orador: Oh Sra. Deputada, se essa disposição existe na lei desde o princípio do século, por que é que a proposta que o Governo Regional trouxe aqui esqueceu esse pormenor?

Fico espantado é com o vosso atraso se isto vem desde o princípio do século.

A motivação do PSD para votar contra o n.º 6, e daí termos pedido uma votação separada dos artigos, é porque nos termos em que é redigida essa proposta de alteração ela remete para a escola toda a responsabilidade.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não! Não remete!

O Orador: Explico. Basta ler só isto: “O Conselho Executivo deve comunicar à Comissão de Proteção de Menores [aí não há problema nenhum, estamos perfeitamente de acordo] quando a escola não consiga afastar a situação de perigo decorrente da violação reiterada.”

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): É o que está na lei, Sr. Deputado!

O Orador: Mas nós discordamos, porque não pode ser a escola a tomar a responsabilidade do absentismo que deve ser imputável e deve estar ao cuidado de pais e encarregados de educação. Tão simples quanto isso.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): A intervenção é feita com os pais e com encarregados de educação!

O Orador: Agora, se havia uma falha desde o princípio do século e o PSD não ouviu, não foi o PSD que não ouviu, foi a proposta do Governo que não a incluiu.

Deputados Jorge Macedo e Costa Pereira (PSD): Muito bem!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Saída airosa...

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então votar a proposta de alteração subscrita pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 16.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dar nota de que esta redação que nós propomos visa simplesmente isto. É uma cópia do que está definido no Estatuto do Aluno a nível nacional e trata-se tão só de dar aos professores dos Açores a mesma proteção especial que têm os professores no conjunto do país.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os professores do continente estão desprotegidos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD acusou ontem o Governo de copiar atabalhoadamente normas relativas à autoridade dos professores e referiu-se precisamente a esta norma que integrou na sua proposta de alteração e o Sr. Deputado Joaquim Machado fez questão hoje de reiterar essa visão que tem daquela que foi a iniciativa apresentada pelo Governo.

Se bem percebo aquilo que o PSD pretende com esta proposta de alteração é agravar nos seus limites mínimo e máximo a moldura penal dos crimes que sejam cometidos contra professores.

O Código Penal prevê já inúmeras situações em que as penas são agravadas em função de um conjunto de circunstâncias e até para determinados crimes praticados contra funcionários públicos e, portanto, nós poderemos discutir ou não se este agravamento faz sentido, mas não é isso de que cuidarei aqui.

Aquilo de que cuidarei aqui é do fundamento, da legitimidade da proposta que o PSD apresenta, até porque eu lembro-me que o Sr. Deputado Joaquim Machado no dia em discutimos a proposta do Código do Trabalho do Bloco de Esquerda recomendou responsabilidade no exercício da atividade legislativa por esta Assembleia.

Vou ler-lhe, Sr. Deputado, o n.º 4, do artigo 44.º do Estatuto do Aluno da Região Autónoma da Madeira, que reza assim: “ Os docentes gozam de especial proteção na lei penal relativamente aos crimes cometidos contra a sua pessoa, o

seu património, no exercício das suas funções ou por causa delas.” E não diz mais nada.

O artigo 165.º da Constituição, que trata da reserva relativa de competência da Assembleia da República, diz que é da “ exclusiva competência dessa Assembleia salvo autorização ao Governo: [alínea c)] definição dos crimes, penas, medidas de segurança e respetivos pressupostos, bem como o processo criminal.”

O artigo 227.º, n.º 1, alínea b) da Constituição diz que as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas “têm o poder de legislar em matéria de reserva relativa da Assembleia da República mediante autorização desta”, com exceção, entre outras, da alínea c), do artigo 165.º da Constituição.

Tenho duas perguntas para lhe fazer, Sr. Deputado.

A primeira é: atendendo ao que diz a Constituição e atendendo à responsabilidade a que o senhor apelou quando se legisla, como é que o senhor fundamenta esta proposta de alteração que apresenta?

E a segunda é: quem é que fez uma cópia atabalhoada da legislação nacional?

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): 30-0! Depois disso pedia a minha demissão!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra, mas alerta que tem pouco mais de 1 minuto, minuto e meio.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, a resposta para as questões que levanta são muito rápidas e fáceis de dar e a primeira é saber se o Partido Socialista está ou não,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): A sua sorte é que a ex-Secretária de Estado da Defesa vai para aí!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*): Fiz-lhe duas perguntas!

Deputado Berto Messias (*PS*): Responda lá às perguntas!

O Orador: ...efetivamente, disposto a reforçar a defesa dos professores perante a lei.

Primeira: saber se o Partido Socialista está ou não está disponível?

Em segundo lugar: se quer ou não quer fixar isso no diploma regional?

Depois, vou responder ao resto. A questão está do lado do Partido Socialista. Saber se quer ou não que os professores dos Açores tenham ou não a mesma proteção que têm os seus colegas no resto país...

Deputado Berto Messias (*PS*): Está equivocado!

O Orador: ...e se está disponível para criar o consenso aqui com a mesma disponibilidade que o PSD mostrou para as outras matérias todas.

Deputado Berto Messias (*PS*): Responda às perguntas!

O Orador: Agora, Sra. Deputada, quanto à cópia, a cópia é uma cópia exata do diploma nacional. Se ela está ferida de alguma matéria que ultrapassa o limite das competências desta Assembleia o PSD e eu, em nome do Grupo Parlamentar do PSD-Açores, que fui responsável por esta alteração, é o primeiro a reconhecer que havendo um erro ele deve ser reparado imediatamente.

Agora, isso não dispensa os senhores de dizerem e de decidirem se querem ou não...

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Qual é a sua alternativa?

O Orador: ...que os professores dos Açores tenham a mesma proteção perante a lei que os seus colegas do resto do país. **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): 60-0!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues** (*PS*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Que manobra o Sr. Deputado fez para evitar responder às minhas perguntas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A senhora não respondeu!

Deputado Joaquim Machado (PSD): A senhora também não respondeu!

A Oradora: A questão não está do lado do Partido Socialista. O Partido Socialista apresentou propostas de alteração na máxima extensão em que o podia fazer e em nenhum momento o senhor pode dizer que esta proposta de Estatuto do Aluno que está aqui à discussão não procura garantir aos professores a autoridade que lhes é devida.

Portanto, essa manobra que o senhor aqui faz não é mais do que tentar distrair-nos do erro em que o senhor incorreu,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Isso é que é!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ...o senhor e a sua bancada, porque o senhor estava tão entusiasmado esta manhã, o senhor mencionou esta questão imensas vezes. Percebo e lamento ter destruído o entusiasmo, mas o que importa aqui é que o senhor foi lesto em apontar o dedo ao Governo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exato! Muito bem!

A Oradora: Pois use da mesma celeridade para reconhecer que errou...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ...em vez de procurar empurrar a questão para o lado desta bancada que não lhe deve resposta nenhuma, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Grande carrete!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não há mais inscrições.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vai intervir por causa de uma vírgula!?

O Orador: Talvez!

Julgo que as questões que foram abordadas neste ponto do diploma são claramente importantes e por serem importantes e por nomeadamente o Governo estar imbuído deste espírito de busca de consenso é que gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Joaquim Machado que interpretação é que faz da Constituição para permitir esta proposta de alteração.

Julgo que havendo uma interpretação que viabilize essa proposta de alteração, não vejo porque não estaremos interessados nesta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto não é o Tribunal Constitucional!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O senhor não se obrigou a respeitar a Constituição da República, mas houve alguém aqui que se tenha obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra, mas tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, era para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação.

O Orador: Saber da possibilidade do Grupo Parlamentar do PSD poder apresentar oralmente uma proposta de emenda a esta redação, porque a matéria substantiva que aqui está em causa não teve resposta do Partido Socialista, nomeadamente o consenso que sobre esta matéria deve haver, que é dos professores dos Açores terem a mesma proteção perante a lei dos seus colegas a nível nacional.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, à sua resposta dizer-lhe que nesta fase não pode fazer alteração à proposta de alteração que já apresentou. Não há forma de poder substituir a proposta de alteração.

Sr. Presidente do Governo, penso que tinha pedido a palavra, para uma intervenção.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para reiterar a pergunta que faço ao Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que nós temos todo o interesse em compreender qual a interpretação que o Grupo Parlamentar do PSD faz da Constituição que permita, que considere, que é viável esta proposta de alteração. Se nos quiserem explicar qual é esta proposta, qual é esta interpretação, obviamente que teremos todo o gosto em ouvir.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Francisco César (*PS*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Joaquim Machado penso que é para uma intervenção agora.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sim, senhora.

Presidente: Tem pouco tempo.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Com certeza.

Muito rapidamente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, é a mesma interpretação que este Parlamento fez numa matéria que nós logo à tarde vamos reparar.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Mas o Sr. Deputado já disse alguma coisa aqui!

O Orador: Portanto, há limites constitucionais que por vezes têm de ser testados e com a mesma segurança que o senhor, que o seu Governo, nos trouxe um diploma aqui que todos nós, incluindo esta bancada, fizemos aprovar mesmo tendo algumas dúvidas dos tais limites institucionais poderem ou não ser ultrapassados,...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: ...V. Exa. fica agora também desafiado, nesta matéria, a fazer o mesmo exercício sendo que ele tem por objetivo...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ...pôr os professores dos Açores com o mesmo nível de defesa perante a lei que os seus colegas do resto país.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Registo, em primeiro lugar, que o Sr. Deputado Joaquim Machado por opção ou por impreparação resolveu não responder à pergunta que lhe foi colocada.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Luís Rendeiro (PSD): Respondeu, respondeu!

O Orador: Certamente que da parte da tarde teremos condições para explicar quais as opções que foram tomadas nessa altura e, portanto, reitero a pergunta: que interpretação é que o senhor faz dos limites de reserva absoluta de competência da Assembleia da República, ou melhor, de reserva relativa de competência da Assembleia da República, para permitir essa proposta de alteração?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Governo já respondeu?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é para si!

O Orador: Nós estamos a discutir um diploma em concreto. Nós queremos saber se é possível, que interpretação faz o Grupo Parlamentar do PSD para apresentar essa proposta, esta proposta ser de certa forma considerada. É essa a pergunta tão simples. Não vejo qualquer motivo para a irritação do Sr. Deputado Joaquim Machado. É uma pergunta simples: qual é a interpretação que faz para essa questão?

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tenho mais que fazer!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Já que toda a gente pergunta alguma coisa eu também gostava de perguntar o seguinte: em que medida é que os nossos professores, os professores desta Região, estão menos protegidos do que os seus colegas no continente? Ainda não consegui compreender.

Mais! Ainda não ouvi nenhum professor dizer que não se sente protegido ou que está menos protegido...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui, ui, Sra. Deputada!

A Oradora: ...do que os seus colegas do continente.

Se vamos falar em proteção, proteção dos professores do continente, da classe docente do continente, só se for proteção da polícia, porque eles não têm proteção de mais nada, nem no desemprego.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O problema dos professores não são os alunos, é o Governo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mais um carrete!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais intervenções. Vamos então passar à votação.

Vamos votar a proposta de alteração do PSD ao artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Avançamos agora para a votação da proposta de alteração subscrita pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

O Sr. Deputado Paulo Estêvão está de pé por alguma razão?

Ainda não coloquei à votação. Faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Creio que a dúvida do Sr. Deputado Joaquim Machado referia-se ao facto da bancada do PSD ter aditamentos para este artigo. Não sei se querem votar em separado ou se votamos o artigo completo.

Presidente: Ia colocar na mesma à votação depois de votar a proposta de alteração do PS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Afinal de quem é a proposta?

Presidente: Vou votar a proposta de alteração do PS e depois colocarei à votação os dois aditamentos propostos pelo PSD.

Sras. e Srs. Deputados, penso que agora estamos em condições de proceder à votação.

Agora sim, Sr. Deputado Paulo Estêvão, vou colocar em primeiro lugar não é a proposta do Partido Socialista, é a proposta do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda ao artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração subscrita pelo PSD a este mesmo artigo 17.º, nomeadamente com um aditamento ao n.º 4 e ao n.º 5.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Apenas para uma justificação, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É que este aditamento, quer do ponto 4, quer do ponto 5, é absolutamente redundante com o que está estabelecido, sendo uma competência do conselho executivo no documento que vamos analisar da parte da tarde da autonomia e da gestão das escolas.

Portanto, a questão de ser gestão comportamental ou em qualquer área das áreas de formação, esse levantamento da necessidade de formação é uma competência dos órgãos de gestão intermédios.

Não faz sentido aqui estar.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à consideração da câmara a possibilidade de votarmos conjuntamente dos artigos 19.º ao 22.º, uma vez que não temos para estes artigos nenhuma proposta de alteração.

Não havendo oposição, vamos então votar este conjunto de artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração ao artigo 23.º, apresentado pelo PCP.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, o Grupo Parlamentar do PS gostaria de fazer a votação em separado dos números que constituem este artigo.

Presidente: Muito bem.

Então vamos primeiro colocar à votação, da proposta de alteração do PCP, a proposta de eliminação ao n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PCP para o n.º 5 deste artigo 23.º.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** O Grupo Parlamentar do PSD-Açores apresentou uma proposta ao n.º 2.

Presidente: Como a proposta do PCP entrou em primeiro lugar estou a votá-la primeiro separadamente e depois vou votar a proposta do PSD.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora sim coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 2, do artigo 23.º.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para intervir?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era para uma intervenção.

Presidente: A bancada do PSD já não dispõe de mais tempo.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração subscrita pelo PS e pelo Bloco de Esquerda a este n.º 2, do artigo 23.º.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que há pouco creio que o Sr. Deputado Joaquim Machado, por não ter tempo, não interveio para a apresentação da sua proposta.

A proposta de alteração do PSD privilegiava, contemplava uma retroatividade em relação a sanções que os alunos podiam ter sido sujeitos para representação dos seus pares em determinados órgãos.

Relembro que a proposta ora apresentada, quer pelo PS, quer pelo Bloco de Esquerda, vai no sentido de que esta sanção ou esta representatividade nos órgãos da escola, estritamente os da escola, (aqui não está a associação de estudantes) é relativa apenas ao ano letivo da infração e limita-se a sanções superiores à repreensão escrita que é entrando na ordem só da suspensão de escola.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Agora sim estamos em condições de votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 2 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 24.º do Anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 25.º.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado pediu a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o artigo se 25.º divide apenas em alíneas, queria apenas referir-me à proposta apresentada pelo PSD, que vem nitidamente dar ... É também uma transposição para a questão do Estatuto do Aluno na Região do que é o Estatuto do Aluno na República, com o cunho ideológico do PSD e do CDS/PP na República.

Ou seja, passo a ler, uma vez que o Sr. Deputado Joaquim Machado não tem tempo para intervir,...

Deputado Berto Messias (PS): Espero que a JSD não tenha nada a ver com isto!

A Oradora: ...a alínea que diz que os alunos devem “apresentar-se com vestuário que se revele adequado às especificidades das atividades escolares no respeito pelas regras estabelecidas na escola.”

Não sei se aqui se pretende um vestuário relativo à prática de educação física, se essa proposta era para ter sido para o ensino privado, cooperativo, que normalmente são os sítios que usam uma farda ou uma bata toda igual.

Deputado Costa Pereira (PSD): Os senhores não se esqueçam que já apresentaram uma proposta semelhante!

Deputado Berto Messias (PS): Espero que a JSD não tenha nada a ver com isto!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Para uma interpelação à Mesa? É a única figura que pode usar neste momento.

Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, era só para esclarecer que esta proposta do PSD visava tão só definir que os alunos deviam usar vestuário adequado por razões de segurança e higiene, nomeadamente em trabalhos de laboratório e na disciplina de educação física.

Deputado José Ávila (PS): Não é o que está aqui!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, prestado que está este esclarecimento...

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É muito claro nos deveres do aluno neste Estatuto que o aluno deve apresentar-se com o material imprescindível e indispensável à prática e à condução das atividades letivas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Vestidos de preferência!

A Oradora: Portanto, as batas nos laboratórios, os manuais, os esquadros, tudo isso está definido no material, nos contratos estabelecidos dentro das disciplinas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A senhora está há muito tempo fora da escola!

A Oradora: Era uma forma airosa de coartar o que são as regras e o que são as modas do século XXI.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A higiene não está! Esqueceu-se dessa parte!

Deputado Joaquim Machado (PSD): A higiene não está! A senhora não dá aulas há muito tempo, por isso é que diz isso! Uma coisa é levar o vestuário para a aula de educação física, outra coisa é levar esse mesmo vestuário para outra aula!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Eu tenho filhos na escola!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

Srs. Deputados, alguma atenção!

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários (Srs. Secretários aliás, porque hoje só há Srs. Secretários):

Nós queríamos em relação às alterações a este artigo...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Nuno Melo Alves faça a sua intervenção.

O Orador: Nós queríamos apenas rejeitar aqui quaisquer interpretações que possam ser feitas, nomeadamente ao nosso sentido de voto nesta matéria, a esta adenda que o PSD propõe sobre uniformização ou uniformes escolares que não tem nada a ver.

Inclusive o próprio artigo 25.º, na sua alínea o), propõe que os alunos mantenham padrões de higiene e asseio pessoal adequados, sendo adequados uma palavra absolutamente subjetiva e como tal enquadrada também, se calhar, o vestuário que se revele adequado. Portanto, são tudo situações de adequação e há subjetividade efetiva aqui.

Não há nenhuma tentativa de criar uniformes, pelo menos na nossa leitura, nem de obrigar a que isso aconteça, pese embora em muitos países, a escola pública (a escola pública, não a privada), incluindo o Brasil, utiliza uniformes.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isto é que é uma intervenção em declive!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar a proposta de alteração do PS e do Bloco de Esquerda ao artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração do PCP a este mesmo artigo 25.º e colocaria agora à votação a proposta de aditamento...

Sra. Deputada Catrina Moniz Furtado, para um esclarecimento, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Creio que não fica prejudicada, porque era um aditamento de uma alínea.

Presidente: A do PSD. A do PSD não. A do PCP é que fica prejudicada, porque era uma nova redação a uma alínea já existente.

Vou então colocar à votação a proposta de aditamento a este artigo 25.º, numa alínea ac), apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O aditamento anunciado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então encerrar os trabalhos para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Vamos continuar com a votação da proposta de Decreto Legislativo Regional referente ao Estatuto do Aluno.

Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Alteração do PSD ao artigo 26.º.

Vou repetir a votação, peço desculpa.

Vamos votar a proposta de alteração do PSD ao artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos agora colocar à votação a proposta de alteração ao artigo 27.º, apresentada pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta de alteração ficam prejudicadas as propostas apresentadas para este mesmo artigo pelo PCP e pelo PSD.

Vamos votar o artigo 28.º, que não tem propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração subscrita pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Sra. Deputada Catarina tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, se pudéssemos repetir a votação, porque acho que houve aqui um equívoco. A proposta do PCP é de igual teor, só que está prejudicada, portanto julgo que o sentido de voto do Sr. Deputado não era aquele.

Presidente: Então vou repetir a votação.

Vamos votar a proposta de alteração subscrita pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Como já foi indicado pela Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado a proposta do PCP ficou prejudicada, apesar de ser de igual teor.

Avançamos para o artigo 31.º e para a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração também subscrita pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Votamos agora o artigo 35.º do Anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 37.º do Anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para a proposta de alteração subscrita pelo PS e pelo Bloco de Esquerda para o artigo 38.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votaremos agora o artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração também subscrita pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 41.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do CDS/PP.

Presidente: Votamos agora o artigo 42.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 43.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, de aditamento neste caso, apresentada pelo PCP a este mesmo artigo 43.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O aditamento anunciado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 44.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A proposta apresentada pelo PCP para este mesmo artigo fica naturalmente prejudicada.

Coloco agora à consideração da câmara a possibilidade de colocar à votação os artigos 45.º a 48.º, uma vez que não têm propostas de alteração.

Não havendo oposição, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 49.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora a possibilidade de votar em conjunto do artigo 50.º a 53.º.

Não havendo oposição, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda ao artigo 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Por fim, votamos o artigo 55.º do Anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem.

Vou colocar agora à votação o Anexo com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Anexo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Por fim, coloco à votação os que constituem o corpo do diploma: 1.º, 2.º e 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então dar por concluído este ponto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do BE)

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação:

Conforme o PSD-Açores teve a oportunidade de dizer no início deste debate, este é um diploma cuja alteração que aqui nos foi apresentada para análise e votação tinha virtudes, tinha novidades e tinha algumas imperfeições.

Relativamente às suas virtudes, creio que todos nós estivemos unidos na identificação daquilo que eram essas virtudes, nomeadamente a eliminação das contraordenações e coimas e na eliminação também daquilo que eram burocracias que colidiam com o bom funcionamento do nosso sistema educativo regional.

Foram também expurgadas matérias que se revelaram de difícil ou de impossível exequibilidade.

O PSD-Açores procurou e deu provas do consenso que era possível fazer à volta desta matéria, dando o seu voto favorável a muitas delas e também o seu contributo com algumas propostas, nem todas consensuais, mas julgamos

todavia que uma das propostas que não tivemos oportunidade, por falta de tempo regimental, de apresentar, merecia outra resposta do Partido Socialista, não só pela circunstância de ter aqui muitas vezes invocado o consenso que estas matérias naturalmente devem ter, mas sobretudo por aquilo que estava em jogo. Lembro designadamente o artigo 34.º.

O PSD apresentou uma proposta que simplesmente tratava de corrigir aquilo que só pode ser uma gralha, que é o facto de um aluno que, faltando justificadamente, justificando as faltas com todos os requisitos que estão neste Estatuto, mesmo assim seja excluído de frequência e seja excluído de frequência não só em atividades e disciplinas de natureza facultativa, mas até nas áreas de vocação artística, como seja a música e as artes.

Entendemos que só por gralha pode ter vindo a este Parlamento uma disposição nesse sentido e só por teimosia o PS não aprovou a proposta do PSD que corrigia.

Não faz sentido que numa Região caracterizada por um grande pendor para as artes, nomeadamente para a música, numa Região que tem um Secretário Regional da Educação, que já foi titular da Direção Regional da Cultura, possa vir apresentar uma proposta e definir como critério que seja excluído por faltas um aluno que falte a essas atividades ou disciplina justificadamente.

Julgo que é apenas uma nódoa que caiu no bom pano que é esta versão do Estatuto do Aluno que nós passamos a ter a partir deste momento, mas devia-se ter tido atenção para esta matéria e não fosse a obstinação do PS de chumbar todas as propostas do PSD e tínhamos evitado este imbróglio com o qual ficamos daqui para a frente.

Não é todavia esta nódoa que eu disse que caiu no bom pano que nos faz ter uma avaliação menos positiva desta versão de Estatuto. Ela é de facto, ainda que com algumas imperfeições e nomeadamente esta, muito mais positiva, muito mais favorável ao bom funcionamento do nosso sistema educativo. Por isso, o PSD, tal como foi dito logo no início, votou favoravelmente. Agora uma coisa também é certa: há 19 meses que já podíamos ter estas matérias tal e qual elas ficaram agora.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo (Sr. Secretário):

Para já, e para começar, queria de facto congratular-me, porque mais uma vez nesta casa matérias estruturantes como são as relativas à educação reúnem de facto unanimidade na sua essência e como vimos aqui na sua votação final global.

É de congratular a postura de todos os partidos com vista ao diálogo e ao consenso.

Não ficou ninguém de fora. Ninguém! O Partido Socialista congratula-se com isso, porque só assim poderemos percorrer o caminho para ter um sistema educativo regional cada vez mais apropriado aos desafios que temos de enfrentar.

Com estas alterações introduzidas ao Estatuto do Aluno nós vemos reforçada a boa convivência, como diz o Sr. Deputado Joaquim Machado, quer por parte da autoridade dos professores, quer também com o respeito que nos merecem os cidadãos que são os alunos e jovens que frequentam o nosso sistema educativo regional.

Não posso deixar de precisar, porque apesar de ser em sede de declaração de voto, que o facto da não aprovação, que devo lembrar ao Sr. Deputado Joaquim Machado, não foi uma teimosia, nem sequer uma obstinação do PS, porque o PS não votou sozinho este artigo, não votou sozinho esta proposta de alteração.

Portanto, o PS não se estende ao Bloco de Esquerda, o PS não se estende ao PCP, não é extensível. Não é uma obstinação. A única coisa e o voto contra prende-se com o facto do respeito pelos regimes específicos que se regem as áreas que o Sr. Deputado falou. O ensino vocacional para a música e para as artes têm, ao nível dos conservatórios, regimes específicos próprios que nos impedem de, nesta sede, salvaguardar outra coisa que possa colidir com o modo

de funcionar. Daí esse sentido de orientação de voto não só desta bancada, mas de vários partidos que compõem esta Assembleia.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Agora sim não havendo mais declarações de voto, vamos passar para o ponto 12 da Agenda Reunião.

Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 5 para as 4.

Eram 15 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 04 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, entramos no ponto 12 da Agenda da Reunião: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/X – “Proposta de alteração ao regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional”**.

Os tempos para este debate foram aprovados pela Conferência de Líderes e são os seguintes: Partido Socialista e Governo, 35 minutos; PSD, 30 minutos; CDS, 23 minutos; Bloco de Esquerda, PCP e PPM, com 20 minutos.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa; Sras. e Srs. Deputados; Sr. Vice-Presidente do Governo; (ia dizer Sra. e Srs. Membros do Governo, mas estamos todos presentes aqui em espírito):

Gostaria de salientar que a ideia do pacto de estabilidade para a educação está de facto a funcionar e o Governo orgulha-se disso.

As votações de ontem e de hoje vão nesse sentido e gostaria de me congratular, porque é de facto a trabalhar em conjunto que podemos contribuir para que o nosso sistema educativo seja não o resultado de uma luta partidária, mas a consagração de um objetivo que é de todos nós.

O diploma que o Governo apresenta hoje a esta Assembleia, que introduz algumas alterações ao Regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, é mais um contributo para a revisão que estamos a fazer da legislação específica do sector da Educação, no sentido de a adaptar às novas realidades e assim contribuir para a melhoria do sistema.

Tais alterações resultam de um longo processo de discussão e de recolha de contributos das escolas, dos gestores escolares, dos professores, dos pais e encarregados de educação, dos parceiros sociais e do público em geral, que, através do Portal da Educação, entenderam manifestar as suas opiniões, fazer as suas sugestões ou formular perguntas criativas.

Tanto quanto foi possível, todos estes contributos foram aceites, total ou parcialmente, e mesmo aquelas medidas que o Governo entendeu assumir como argumentos de princípio político foram, caso a caso, confrontadas com as opiniões divergentes muitas vezes que foram surgindo, saindo de tais confrontos posições nossas que julgamos consolidadas.

É assim que funciona o XI Governo dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Porque é por esta via que entendemos que o Pacto de Estabilidade para a Educação deve funcionar: sem perdermos de vista os nossos objetivos programáticos estamos sempre abertos para ouvir, para dialogar, para pôr e contrapor, porque é assim que sabemos trabalhar.

Para além de um conjunto de medidas mais de carácter legístico e formal, com vista a precisar conceitos e melhorar o funcionamento dos diversos órgãos das unidades orgânicas ou até corrigir algumas incongruências e desfazer ambiguidades, o Governo submete à consideração desta Assembleia, através

desta Proposta, algumas alterações de caráter mais político e de alcance mais profundo ao tecido do Decreto Legislativo Regional n.º12/2005/A, entretanto alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 25/2006/A e 17/2010/A, de que passo a elencar as mais importantes:

Começo, naturalmente, pela Assembleia de Escola, cujo papel deve ser reforçado, enquanto representante da relação entre a escola e a comunidade em que se insere, e que nessa medida deve dar um contributo fundamental para definir o papel da escola no seu contexto social.

Entendemos que este órgão deve ser chamado a funcionar, obrigatoriamente, com maior frequência, podendo, de acordo com as matérias em agenda, constituir-se em comissões de especialidade – como acontece, por exemplo, com o Conselho Nacional de Educação ou, no nosso caso, embora com outra forma, com o Conselho Regional do Sistema Educativo.

No entendimento do Governo, o Conselho Pedagógico deve ser o organismo de topo que define as políticas gerais da Escola, nos limites da sua autonomia legal, bem como a sua matriz pedagógica: cada escola é um projeto pedagógico e, por isso, quem lhe deve definir o âmbito de atuação será o Conselho Pedagógico, ao qual chamamos, reforçando-lhes a representatividade, os pais e encarregados de educação; nesta nossa proposta, relocalamos o Conselho Pedagógico no seu lugar adequado na hierarquia da escola, isto é, acima do Conselho Executivo – a quem competirá executar as políticas definidas pelo Pedagógico.

Entendemos também que os Conselhos Executivos, para além da sua submissão hierárquica ao Conselho Pedagógico, e por se tratar precisamente de um órgão executivo, deve funcionar em equipa coesa, eleita e com mandato terminado em conjunto, não podendo ser eleito para mais de três mandatos consecutivos de três anos.

Este princípio da limitação de mandatos é, para nós, uma medida que reforça a gestão democrática das escolas: após cada período máximo de nove anos consecutivos de mandato, cada equipa deverá, saudavelmente, regressar à sala

de aula no triénio seguinte para retomar o contacto com a dinâmica docente a tempo inteiro...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...e, se assim o entender, preparar um novo programa de trabalho de gestão executiva para ser discutido pelos seus pares em novo processo eleitoral.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Cremos que, com esta medida, se poderão evitar hábitos e rotinas de dependência clientelar dos eleitos face aos eleitores e, ao mesmo tempo, gerar-se condições que dinamizem o debate público no interior da escola. Além disso, esta proposta visa impedir que o mesmo docente se eternize como presidente e/ou (porque às vezes há a tendência para a rotatividade) vice-presidente do Conselho Executivo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Outra medida importante que introduzimos e que terá continuidade no Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, sobre o qual estamos neste momento a trabalhar (e como já tive a oportunidade de dizer deve ser visto globalmente, sistemicamente), consiste na revogação da norma que obriga os docentes a frequentar todos os anos um determinado número de horas de formação (muitas vezes sem nada a ver com a matéria que é a sua função), para assim obterem créditos para progressão na carreira, o que, diz a experiência, introduziu vícios no sistema que urge corrigir: para cumprirem tais requisitos, os Centros de Formação, que agora eliminamos, viram-se ao longo do tempo obrigados a investir em numerosas ações de formação, de carácter generalista, descurando assim a formação específica e com rigor científico que, tantas vezes, faz falta aos nossos professores.

Com as medidas que agora introduzimos, atribuímos às escolas a responsabilidade (e é importante salientar isso) de zelarem pela formação dos seus docentes, porque uma escola é, por definição, uma entidade formadora – é formadora de alunos de alunos, mas também é formadora de professores (e felizmente a média etária dos nossos professores é jovem) –, na medida em que

tem nos seus quadros formadores creditados; e para além desses formadores creditados tem professores com larga experiência que deram provas e que podem a qualquer momento ser chamados, nos limites das suas cargas letivas, a trabalharem com os professores mais jovens, ajudando-os, transmitindo conhecimento e experiência. Quando a escola não tiver formadores específicos para uma ação em concreto, a tutela, mediante pedido da escola, tomará as medidas necessárias para que tal formação seja dada, em benefício da escola, em benefício dos professores e em benefício dos alunos.

Ou seja, não queremos ações de formação por catálogo, mas aquelas ações de formação que cada escola, no seu contexto e de acordo com as suas necessidades, entende que deve facultar aos seus docentes, sempre fora dos respetivos horários letivos.

A isto chama-se reconhecer e reforçar a autonomia pedagógica das escolas e envolver os professores no projeto pedagógico da escola, para além do seu trabalho direto com os alunos.

É este, como vêm, em suma, o teor geral desta Proposta que o Governo aqui apresenta e que, como já tive oportunidade de salientar em outra sede ainda há poucos minutos, deve ser vista como elemento solidário de um ato sistémico.

Como até aqui, em que sempre estivemos abertos à discussão e aos contributos daqueles que com boa-fé no-los quiseram dar, o Governo continua aberto para discutir com as senhoras e senhores deputados aqueles aspetos que lhes mereçam atenção, reparos e, por que não?, como gostaríamos que fosse, apoios. Porque o grande objetivo das políticas de Educação é, como não poderia deixar de ser, uma preocupação de todos nós. E o Governo está aqui para a assumir, sem equívocos, sem medos, sem facilitismos. Com estas medidas, as escolas serão chamadas a utilizar todas as potencialidades que a sua autonomia, nos limites da lei, lhes permite. Porque é na escola, não no governo, que existem os meios materiais e humanos para que, nos próximos anos e com uma revisão dos seus métodos organizacionais e pedagógicos, possamos ter uma escola cada vez mais inclusiva – não porque as nossas crianças e jovens sejam obrigados a lá estar, mas porque eles gostam de lá estar. E os alunos que gostam de estar numa

escola onde também gostam de estar os professores que os formam, serão, sem dúvida, alunos de aproveitamento normal, nos limites das suas capacidades cognitivas ou outras.

Nós não queremos apontar para os alunos da excelência. Venham eles! Queremos apontar para os alunos médios, para os alunos normais, porque são esses que representam a generalidade da nossa população.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura:

Estas alterações que o Governo Regional nos propõe ao Regime de Autonomia e Gestão das Escolas, para além de outras questões que não direi que são de pormenor, têm alguma importância, são marcadas essencialmente por duas grandes alterações.

Primeiro, acaba-se com centros de associação de escolas, aliás, num processo espúrio. Eles foram encerrados por um qualquer despacho de V. Exa. sem que tivesse vindo aqui primeiro esta iniciativa e que ela tivesse sido aprovada, o que me parece que é uma prática que, digamos, foge um pouco àquilo que tem sido o discurso ou a narrativa, se preferirem, do Partido Socialista, quer relativamente à forma como ouvem e como decidem depois de ouvir, quer relativamente à questão do famoso pacto de estabilidade para a educação.

Essa é uma das questões que marca de facto as alterações a este diploma.

Uma outra é a questão da limitação de mandatos dos presidentes...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Dos membros!

O Orador: ...dos membros dos conselhos executivos.

Ora bem! Relativamente à questão dos centros de formação de escolas nós não estamos de acordo com o seu fim por diversas razões e não será certamente pelo facto de V. Exa. ter afirmado que a sua intenção é dar autonomia às escolas no

processo de formação dos seus docentes. Aliás, se V. Exa. estivesse preocupado com isso permitira certamente que os docentes estabelecessem um percurso individual de formação e que a ele tivessem acesso sem limitações, coisa que os governos do Partido Socialista acabaram há muito tempo.

De facto haveria alguma necessidade de avaliar, de repensar a questão da formação continuada dos docentes, mas não me parece que tenha feito qualquer avaliação do modelo que estava em vigor, o que me parece lamentável. Introduzir alterações sem avaliar o modelo que estava implementado, com o qual eu até posso ter algumas discordâncias, gostaria que isto não tivesse sido uma imposição de V. Exa. que tem um objetivo muito preciso e que para já até me dispense de o enunciar.

Relativamente à questão da limitação de mandatos julgo que esta iniciativa é claramente a demonstração de duas coisas.

Primeiro, que o Deputado Paulo Estêvão não tem razão quando acusa o Partido Socialista de perseguição,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Não tem mesmo!

...de que as suas propostas não são devidamente atendidas, etc., etc., até porque isto é a prova clara de como o Deputado Paulo Estêvão domestica politicamente o Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Domestica e persegue!

O Orador: Isso V. Exa. o dirá, mas que domestica politicamente o Partido Socialista é verdade.

Todos nós nos lembramos da iniciativa que o PPM, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Começou na terça-feira com a perseguição e na sexta-feira domestica!

O Orador: Mas é o PPM! O PPM a domesticar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Todos nós estamos lembrados que o Deputado Paulo Estêvão trouxe há algum tempo a esta casa, a esta câmara, uma proposta para a limitação dos mandatos e todos estamos lembrados de como é que decorreu a votação, isto é, houve dois partidos, nesta câmara, que votaram contra a proposta do PPM. Um deles foi a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, outro foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Penso que o Bloco de Esquerda votou favoravelmente.

Portanto, acho que não há dúvidas relativamente à grande influência que, digamos, a filosofia política e a atuação do Deputado do PPM tem junto do Partido Socialista e, portanto, V. Exa., Sr. Deputado, não se queixe do Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixe-se disso!

O Orador: Como está provado V. Exa. acaba por ter uma grande influência junto do Partido Socialista e domestica-o politicamente.

Mas o Partido Socialista assume aqui não só esta submissão aos ditames do PPM, mas assume aqui um outro...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é um mandato, é o património da democracia!

O Orador: Ah!

...princípio: não acredita na democracia. Não acredita! Porque se acreditasse na democracia deixaria que ela funcionasse. Quando se limita os mandatos, quer seja destes órgãos a que nos estamos a referir, seja de outros, é porque efetivamente não se acredita nas virtualidades do sistema democrático de que tanto Vs. Exas. fazem uso e às vezes até acusam o PCP de não ser um partido democrático, mas entretanto quem não reconhece essas virtualidades e introduz estas ajudas (ajudas entre aspas) ao funcionamento da democracia são Vs. Exas. e não o PCP, porque o PCP acredita nos eleitores, nos órgãos que são eleitos e que dependem de determinado colégio eleitoral. As mudanças têm que ser feitas por essa via, por via eleitoral, e não por outras ou por esta que Vs. Exas. estão a propor que é uma medida administrativa. Podem colocar-lhe lá também a palavra política, mas é uma medida administrativa que vai perverter aquilo que

é um princípio básico dos sistemas democráticos, que é a eleição e os resultados eleitorais.

Portanto, aquilo que Vs. Exas. hoje aqui assumem, primeiro, é que o PPM efetivamente vos domesticou politicamente ou vos domestica politicamente, portanto, o Deputado do PPM não tem razão de se queixar, não tem razão de queixa,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para assentar o Partido Socialista para ver se mudam de opinião!

O Orador: ...e todas as críticas que faz ao Partido Socialista se esmorecem hoje, aqui; por outro lado, Vs. Exas. de facto não acreditam no sistema democrático quando introduzem esta medida administrativa para evitar que, enfim, os eleitores se pronunciem livremente sobre as opções que lhes são colocadas.

Portanto, pelo facto de que se está aqui acabar com o centro de associação de escolas, com um determinado modelo de formação sem ele ter sido devidamente avaliado e com tudo aquilo que vier daqui para a frente, que não se está a discutir e que necessita de ser discutido, e também por esta medida administrativa da limitação dos mandatos, que corresponde efetivamente a não querer deixar funcionar a democracia, a Representação Parlamentar do PCP irá votar inequivocamente contra esta iniciativa que estamos agora a discutir.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é, no nosso entendimento e no entendimento julgo que da câmara, um dos diplomas estruturantes para o funcionamento das nossas escolas e para o bom sucesso do nosso sistema educativo onde se inclui, naturalmente, o sucesso dos nossos alunos, que deve ser a preocupação central que nos mobiliza a todos.

Esta manhã ouvimos o Sr. Secretário anunciar a sua satisfação, que partilhamos, com os resultados comparativos dos nossos alunos no exame nacional da

disciplina de matemática do 12.º ano, tendo referido que a média dos alunos dos Açores era ligeiramente superior à da média nacional, o que é naturalmente um motivo de regozijo, mas a esse propósito solicitava ao Sr. Secretário que esclarecesse a câmara no sentido de clarificar se a média a que o Sr. Secretário se referia era a média dos alunos internos e externos dos Açores em conjunto, ou se era só a dos internos e sendo a dos alunos internos e externos qual é a média dos alunos internos dos Açores.

Centrando agora a nossa preocupação no presente diploma, cumpre-nos referir que ele se organiza em três áreas essenciais, na nossa perspetiva (as alterações que são aqui apresentadas, que se precise).

Em primeiro lugar, é retirada a possibilidade das escolas dos Açores se constituírem em associações de escolas para a prossecução de determinados projetos.

Em segundo lugar, acabam-se com os centros de formação existentes nas escolas e substitui-se esse modelo pela entrega dessa responsabilidade ao binómio conselho pedagógico/conselho executivo das escolas.

Finalmente, inclui-se a limitação dos mandatos dos conselhos executivos, estabelecendo-se o limite de 3 mandatos consecutivos.

O PSD faz uma avaliação diferenciada destas propostas de alteração e faz essa avaliação com o conforto da coerência das suas posições.

Vejamos o caso da limitação dos mandatos dos membros dos conselhos executivos. Na passada legislatura o PPM apresentou aqui, no Parlamento, uma proposta que ia no sentido de limitar o mandato dos presidentes dos conselhos executivos. Essa proposta, que também apoiámos, foi recusada pelo Partido Socialista e neste momento não há limitação de mandatos nas escolas dos Açores a nível dos órgãos do conselho executivo, porque o Partido Socialista não quis.

Volvidos 2 anos, esse mesmo Partido Socialista, que não quis a limitação dos mandatos, agora já aprova e já entende que a limitação de mandatos é um ganho para o nosso sistema educativo.

Pela nossa parte, com toda a coerência, continuamos a defender que a implementação da limitação de mandatos nos conselhos executivos é uma boa medida e vamos votá-la (repito: com toda a coerência) favoravelmente.

Pior é a proposta de extinção dos centros de formação das escolas. Aliás, esta proposta, como já foi aqui referido e bem pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, é apenas uma proposta faz de conta, porque ao arrepio da legalidade, por despacho da tutela, já foram encerrados os centros de formação quando não podiam ter sido, porque não acho que em conformidade legal seja entendível que um membro do Governo, por despacho, possa alterar um decreto legislativo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, pode-se dizer que esse modelo dos centros de formação poderia ter imperfeições, pode-se dizer que esse modelo dos centros de formação necessitaria de ajustamentos e até aceitamos e reconhecemos esses desideratos, mas em vez de se melhorar o modelo, a opção foi, pura e simplesmente, acabar com ele e fazê-lo substituir por uma nebulosa partilhada entre o conselho pedagógico e o conselho executivo, cujas consequências na prática temos as mais sérias dúvidas da sua exequibilidade e conformidade.

Com efeito entendemos, nomeadamente a nível da capacidade financeira das escolas, e não sabemos se vai haver possibilidade de garantir a formação que os professores necessitam e que devem ter. Isto para não referir a objetiva incapacidade e impossibilidade das unidades orgânicas mais pequenas da Região conseguirem, de entre o seu corpo docente, ter os formadores e todos os formadores necessários para a formação especializada, muitas vezes em didática específica que os centros de formação às vezes tinham dificuldade em conseguir, muito menos as novas escolas. Já para não se falar quando houver necessidade da implementação de formação na área de novos programas.

Por isso, respeitamos o caminho que o Sr. Secretário e o Partido Socialista querem trilhar, mas com a nossa posição entendemos que está a caminhar-se para uma nebulosa a troco de um sistema que podia ter insuficiências, mas que funcionava.

O PSD apresentará um conjunto de alterações que visam na sua essência a reposição do sistema dos centros de formação tal qual estava estabelecido na legislação em vigor e para além dessas alterações com esse fim apresentamos também outras que são propostas de alteração de carácter pontual e que na especialidade poderemos explicitar.

É verdade, Sr. Secretário, que este diploma é muito diferente daquele que inicialmente foi posto à consideração das nossas escolas e a capacidade que o Sr. Secretário e a sua Secretaria revela em se abrir à participação e, sobretudo, em se abrir a acolher as propostas das escolas, daqueles que estão efetivamente no terreno, que conhecem a realidade, o levou a alterar profundamente alguns aspetos filosóficos do diploma naquilo que inicialmente colocou à consideração dessas unidades orgânicas. Só abona em seu favor e por isso mesmo nós entendemos que a teimosia nunca é boa conselheira. Portanto, as propostas que o senhor alterou, acolheu, e que fizeram reformular profundamente este diploma, por comparação com aquilo que foi a sua primeira versão e que foi colocada às escolas, é naturalmente uma boa opção.

Mas a verdade é que há aqui alterações que, no nosso entendimento e algumas delas o Sr. Secretário fez referência, são, na nossa visão, absolutamente vazias de conteúdo.

Veja-se o caso do exemplo dado pelo Sr. Secretário da alteração da hierarquia entre os órgãos da escola. Isso é apenas uma alteração de mudança de alíneas na proposta do diploma, porque a verdade é que o senhor diz que altera a hierarquia, mas as funções são iguais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

O Orador: Portanto, isto é mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E ainda bem que assim é!

O Orador: Mas não havia necessidade, Sr. Deputado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É verdade!

O Orador: Outra questão que também me parece que é uma questão reveladora de algum vazio nas afirmações que são feitas, e com isto concluo, tem a ver com o preâmbulo do próprio diploma em que se diz, de uma forma até

pomposa, que as alterações que aqui são agora propostas resultam da “imprescindibilidade da implementação de estratégias para que as lideranças das unidades orgânicas do sistema educativo regional sejam fortes”.

Sinceramente, Sr. Secretário, gostava que o senhor me desse um exemplo das propostas que foram aqui trazidas, que estão neste diploma e que exemplificam este dado filosófico de partilha.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação:

Começo por dar o meu sentido de voto. Vou votar favoravelmente a proposta que V. Exa. aqui nos traz.

Devo dizer que há coisas com que concordo e outras coisas com que discordo, mas somando aquilo com que concordo e aquilo com que discordo o resultado é positivo.

Devo dizer-lhe o seguinte, que considero que há duas questões fulcrais: a questão dos centros de formação e a questão da limitação de mandatos.

Vou começar pelo tema que me é mais caro, vou começar pela limitação de mandatos.

Devo dizer-lhe o seguinte e começo por dar algum tipo de resposta ao que o Sr. Deputado Aníbal Pires disse.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dê, dê!

O Orador: A posição do PCP nesta matéria não é nenhuma novidade. O PCP nesta matéria tem ficado sistematicamente isolado sempre que se quer introduzir a limitação de mandatos. Foi assim quando se quis fazer a mesma coisa em relação às autarquias locais, aos presidentes das câmaras municipais. O PCP foi o único partido que votou contra a limitação dos mandatos.

Devo dizer também que em relação à limitação de mandatos do Presidente do Governo Regional o PCP também tem uma posição, que é contra. Ou seja, a

posição de princípio do PCP em relação à limitação de mandatos nos diversos órgãos é sempre contra.

Devo dizer que este princípio da limitação de mandatos é um património que não é do PPM, não vou reivindicar algo que o PPM, na sua modéstia, deve reconhecer que não tem. O património da limitação de mandatos é da evolução dos sistemas democráticos ocidentais. Temos um bom exemplo. Um dos grandes presidentes dos Estados Unidos foi o presidente Roosevelt que no final ganhou a 2.^a Guerra Mundial, que fez vários mandatos e que teve um papel importantíssimo na história dos Estados Unidos. No entanto, o que se considerou é que não tinha sido benéfica a sua permanência durante um período ilimitado de tempo há frente do estado norte-americano.

Depois temos muitos exemplos. Temos exemplos na Constituição Portuguesa. Por exemplo, o nosso Presidente da República está limitado apenas a dois mandatos; o Presidente do Governo Regional, como já referenciei, está limitado a três mandatos;...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o rei quantos mandatos tem?

O Orador: ...os presidentes das câmaras municipais estão limitados a três mandatos.

Portanto, o princípio da limitação de mandatos é um princípio positivo no sentido de garantir que existe rotatividade, alternância de poder e que de facto existe a perspetiva...

Diga Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O rei deve ter mandatos limitados?

O Orador: Diga, diga!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O rei deve ter mandatos limitados?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O rei, o rei!

O Orador: Devo dizer que em relação a esta questão da limitação de mandatos tenho...

Oh, Sr. Vice-Presidente, vamos lá ver! Vou responder ao seu aparte: o rei não governa, o rei reina.

(Risos da câmara)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Presidente da República governa?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga, porque tenho uma pergunta para lhe fazer!

O Orador: Estamos a falar de outras coisas Sr. Vice-Presidente, mas se quiser dou-lhe uma aula de história, se for necessário.

O que acho que é fundamental é reconhecer que esta limitação de mandatos é importantíssima...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o Presidente da República governa?

O Orador: Agora não tenho tempo!

...em relação à alternância do poder democrático.

O Sr. Deputado vai ouvir o seguinte, vai ouvir o que não quer. Ouça!

A limitação de mandatos é para evitar aquele espetáculo que nós podemos assistir muitas vezes.

Já viu como é que o Brejnev estava no final dos seus mandatos todos?

Desculpe a expressão: babava-se todo!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vá lá que quero fazer uma pergunta!

O Orador: Como é que Mau Tsé-Tung estava no final dos seus mandatos?

Não vou falar de Cuba, porque sei que é uma coisa que lhe diz muito,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

O Orador: ...mas se calhar tem o mesmo estado de alma e estado físico.

Portanto, devo dizer-lhe que a limitação de mandatos tem esta vantagem enorme de evitar estas figuras e também em relação a esta questão é preciso reconhecer que o Governo Regional traz uma proposta diferente daquela que apresentou o PPM.

Nós apresentámos uma proposta de limitação dos presidentes, apenas circunscrita aos presidentes dos conselhos executivos, porque têm competências próprias, porque é um cargo que tem um sentido de responsabilidade diferente, do ponto de vista hierárquico tem com certeza outro tipo de consequências em relação à posição institucional do presidente do conselho executivo no âmbito dos órgãos de escola.

Mas devo dizer-lhe o seguinte: foi-me apresentado também um argumento com que eu concordo com o Sr. Secretário, que é o medo de que possa suceder nos conselhos executivos o chamado efeito Putin, ou seja, se não se é presidente, pode ser-se primeiro-ministro e depois de ser primeiro-ministro pode ser-se outra vez presidente.

Outro facto. Acho que existe esse perigo e acho que essa questão deve ser considerada, por isso é que também estou pronto a aceitar no sentido (não sendo a minha proposta original, que continuo a acreditar que é a melhor) em que também considero que de facto alargar a limitação de mandatos a todos os membros dos conselhos executivos afasta alguns perigos em relação à eficácia da medida que se quer implementar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os perigos da democracia!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, o que lhe devo dizer é: limitação de mandatos, sim, é positivo para a democracia, é positivo para a alternância e as nossas escolas estão a precisar de facto de uma renovação, renovação de ideias, de pessoas. É necessário renovar projetos e é de facto necessário criar, iniciar aqui um novo ciclo.

O Partido Socialista em relação a esta questão da limitação de mandatos apresenta também uma alteração em relação à norma transitória. Devo dizer que vou votar também de forma positiva. Considero que não vem mal ao mundo criar uma norma transitória que permite aos presidentes de conselhos

executivos que já preenchem estas condições (portanto, já não se podem candidatar) e aos outros membros dos conselhos executivos poderem fazer mais um mandato.

É uma solução que foi adotada para as câmaras municipais, foi uma solução que foi adotada também para a presidência do Governo Regional e considero que não vem mal ao mundo adotá-la também neste caso da limitação de mandatos dos conselhos executivos. Portanto, estou completamente de acordo.

Questão da formação.

A questão da formação penso que é uma questão mal resolvida neste diploma, porque de facto considero que os centros de formação tinham diversas deficiências. Tive oportunidade, durante muitos anos, de trabalhar com os centros de formação. Tinham diversas deficiências, mas também tinham de facto uma garantia durante o tempo em que existiu o financiamento adequado e que os docentes tinham oportunidade de aceder à formação.

Considero que neste momento o Governo não nos traz os mecanismos necessários para garantir que a formação dos professores, nomeadamente a formação específica, possa ser realizada da mesma forma, com qualidade e com alguma frequência.

Considero que esta questão não fica resolvida com o fim dos centros de formação e que em alternativa o Governo Regional não nos traz um projeto muito sólido.

Por isso, nesta matéria, não posso acompanhar aquela que é a proposta do Governo, mas nas restantes questões estou de acordo e claramente o Governo pode contar com o apoio político do PPM nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou não tentar repetir aquilo que o Deputado Paulo Estêvão acabou agora de dizer relativamente aos centros de formação e também à limitação de mandatos,

porque em muitos aspetos estou de acordo com ele. Vou tentar dizer de outra maneira mais ou menos a mesma coisa, pois já estava inscrita.

A primeira é que o Deputado Paulo Estêvão, a partir agora com o cognome de “O domesticador”,...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

...é para todos nós “O domesticador”. Pessoalmente duvido que tenha domesticado o Partido Socialista. Tenho a certeza que não domesticou o Bloco de Esquerda e o Bloco de Esquerda já propôs nesta câmara a limitação de mandatos até bastante mais limitativa, digamos assim, do que a própria proposta do Partido Popular Monárquico, que era de dois mandatos e não três. Faço, fazemo-lo, em nome da democracia e porque acreditamos na democracia, mas sabemos (e a história e a vida mostra-nos) que a democracia pode transformar-se numa pesada ditadura.

Sras. e Srs. Deputados, se a democracia não precisasse de ser arejada, protegida e vivificada não andariam tantos milhares de portugueses na rua a pedir eleições antecipadas. É a prova de que a democracia precisa muitas vezes de arejamento. Se não em nome das suas regras nós teríamos que esperar até 2015 para podermos sonhar ter outro governo.

Para além do mais a limitação de mandatos, do nosso ponto de vista, é uma boa regra para variadíssimos cargos eletivos. Não há nenhuma razão para não ser uma boa regra dentro de uma comunidade escolar que tem exatamente o mesmo tipo de preceitos, são cargos eletivos, eleitos pelos seus pares. Não tem é que criar à sua volta um sentimento de resignação, indiferença, deixa andar, alguém está lá para fazer por nós, (não queria utilizar este termo que é forte, mas vou assumi-lo) muitas vezes de algum laxismo, quando na realidade a democracia, na sua essência, deve fazer exatamente o contrário, deve provocar, deve polemizar, deve estimular as pessoas à participação, ao contraditório, à opinião diversa e à luta, evidentemente, pelo poder, seja ele de que natureza for.

Penso que isso é que é democracia e não o seu contrário.

Relativamente aos centros de formação. Independentemente da sua forma de extinção ser no mínimo questionável, porque é na realidade, há uma coisa que é também verdade Sr. Secretário Regional e aí pedia-lhe talvez o seu contributo no sentido de uma maior explicitação.

Até sou capaz de aceitar sem discutir neste momento a forma com que se extinguiram estes centros, a metodologia é que é questionável, com o objetivo, no fundo, também de algum refrescamento e de algum pôr fim a vícios e a rotinas criadas que não respondiam de maneira nenhuma às necessidades concretas da formação de professores. Até sou capaz de aceitar, defendendo que a formação é um fator essencial numa escola, a formação de professores é fundamental para a excelência, fundamental para a pedagogia, fundamental para a pacificação da comunidade porque também passa por aí a formação de professores e até de outros corpos, digamos, da escola, discentes e até auxiliares, mas agora no caso os professores.

As alternativas criadas e que constam deste diploma é que são muito fluídas, ou seja, acabou-se com uma coisa que tinha defeitos, que tinha carências, que tinha limitações e provavelmente vícios. Não nos parece é que tenha sido criada uma alternativa suficientemente clara para se poder afirmar e apresentar como a melhor proposta, a melhor medida.

Nesse sentido pedia o seu contributo para explicar melhor como é que um professor faz quando sentir uma necessidade, ele próprio, de formação em qualquer tipo de componente ou de matéria que faça parte da sua área didática?

Como é que o conselho pedagógico e executivo funciona a esse nível?

Que tipo de resposta dará a tutela (porque o Sr. Secretário disse que em última análise a tutela garantiria a formação que eventualmente não houvesse dos seus pares ao nível da escola)? Sempre a resposta imediata? Fica-se à espera para o ano seguinte? As escolas têm de facto capacidade, em termos de pares, para assegurar essa formação?

Gostaria de o ouvir sobre esta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar por, de facto, congratular-me por mais esta iniciativa e porque de todas as intervenções que me antecederam estamos perante mais uma situação em que se tenta e se prevê já haver consensos.

Sobre este diploma já bastante foi dito, desde a explicação dos vetores essenciais das alterações que lhe são introduzidas pelo Governo e algumas aqui já foram também muito abordadas. Perante tudo isso há que destacar, por um lado o que aqui já foi dito, e a enaltecer a capacidade de diálogo do Sr. Secretário, porque sabemos que este diploma teve várias versões enquanto esteve em estruturação e em debate, quer com as escolas, quer com outras entidades e, portanto, aqui também já foi enaltecida, ao contrário do que foi ontem, a capacidade de diálogo do Sr. Secretário. Nós ontem dissemos que era capacidade de diálogo, chamaram-lhe outra coisa, mas hoje já lhe chamaram capacidade de diálogo por parte do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Relativamente a algum esvaziamento.

Neste diploma há vários anos está estipulado algo que me é muito caro, que tem vindo a ser também bastante reiterado por parte da tutela e desde a campanha eleitoral por parte do Partido Socialista, que tem a ver com o conferir de uma maior autonomia às nossas unidades orgânicas e esta maior autonomia aqui parece-me que está nitidamente patente (este conferir de maior autonomia), desde logo pela passagem, ou pela possibilidade de passagem, da própria formação dos centros de formação de escolas para as unidades orgânicas. Agora também é claro.

Seguindo o que já disse a Sra. Deputada Zuraída Soares, solicitaria também ao Sr. Secretário Regional da Educação que precisasse um pouco mais em que medida, ou em que espaço e como é que ficará mais regulamentada ou definida a questão de alguns procedimentos, de alguns condicionamentos (é o professor

que quer saber onde se vai formar ou como pode ir). Queria que explicasse um pouco mais isso.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não sabe, mas vai votar a favor!

A Oradora: Percebo e acho uma grande mais-valia essa formação passar para as unidades orgânicas e não posso deixar de dizer ao Sr. Deputado Costa Pereira, que há bocadinho disse que (nessas três áreas) vinha retirar a possibilidade das escolas se associarem entre si, que não posso estar de acordo. Sr. Deputado, pus aqui, tomei uma nota: “é retirada a possibilidade de associação de escolas”.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sim, sim!

A Oradora: Palavras do Sr. Deputado. “É retirada a possibilidade de associação de escolas.”

Deputado Costa Pereira (PSD): Por essa figura!

A Oradora: Queria lembrar o Sr. Deputado que neste mesmo diploma, que nem está sujeito a alterações por parte do Governo e, que me tenha sido dado a perceber, por nenhum partido membro desta Assembleia, está consagrado aquilo que é uma coisa que eu prezo e que de facto ainda não vi nenhuma unidade orgânica se chegar à frente (e passei-me o termo, mas tem a ver com o lidar de perto com a JS):...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Más influências!

A Oradora: ...os contratos de autonomia.

Há graus de contratos de autonomia e está previsto e estabelecido neste diploma em que termos e em que condições cada unidade orgânica, fazendo as parcerias que entender e isso não está coartado a outras unidade orgânicas, pode estabelecer os seus critérios de patamares, de objetivos a atingir através de um contrato de autonomia de vários níveis estabelecido e proposto à tutela,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A tutela não deixa!

A Oradora: ...depois com o propósito de ser acompanhado e organizado de forma a ser implementado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, julgo que este, de facto, é um diploma extremamente importante na nossa arquitetura legislativa do ponto de vista do sistema educativo regional, porque confere todos os instrumentos para que as nossas unidades orgânicas possam, de forma adequada, perfeitamente consentânea com as características da comunidade onde se inserem, estabelecer quais os objetivos que melhor podem contribuir para atingir aquilo que todos nós temos falado e refalado aqui dentro, que são melhores resultados, mais sucesso educativo. É para aí que todos nós queremos levar o nosso sistema educativo depois de o termos devidamente infraestruturado, depois de estarmos apetrechados e termos uma estabilidade legislativa que aqui estamos a tratar.

Portanto, julgo que este diploma traz esta grande valia, já a tinha, mas acentua e sai reforçado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais convicção, Sra. Deputada!

A Oradora: Estou perfeitamente convencida, porque é um desafio que deixa às unidades orgânicas de aproveitarem este instrumento legislativo para porem em prática os contratos de autonomia por ele aqui previstos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Diretora Regional depois não autoriza!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para uma intervenção muito simples e que terminará com uma pergunta ou um desafio se assim entenderem, que tem a ver com a questão da limitação de mandatos.

Sim senhor, Sr. Deputado Paulo Estêvão! V. Exa. enumerou aí um conjunto de circunstâncias, na opinião de V. Exa. (e pelos vistos a opinião de V. Exa. só não reúne unanimidade porque a Representação Parlamentar do PCP às vezes gosta de ficar assim isolada), mas esqueceu-se de uma limitação. Esqueceu-se de que há, ou fica só a faltar, designadamente na estrutura política nacional, um grupo

onde não há limitação de mandatos. Somos nós, os deputados! Não há limitação de mandatos, por quê?

Deputado Francisco César (PS): Não são funções executivas!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Mas devia haver!

O Orador: Mas por quê? Por que é que não há limitação de mandatos?

Então se Vs. Exas. consideram que é importante haver limitação de mandatos o desafio fica feito. Tragam essa! Limitem os nossos mandatos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São órgãos executivos!

Deputado Francisco César (PS): Óbvio!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois é!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Duas notas breves.

Uma para destacar aqui alguns assuntos que já foram aflorados, portanto, não me vou aprofundar neles, mas tem a ver efetivamente com a mudança profunda que é efetuada no âmbito da formação dos professores e preocupa-nos este aspeto porque não vemos aqui efetivamente qual é a alternativa sobretudo para as escolas mais pequenas, onde há mais dificuldades formativas dos próprios professores, onde há mais isolamento, onde há menos recursos. Não vemos qual é a solução efetiva que possa beneficiar essas escolas e os professores que nessas escolas estão.

Por outro lado, não podemos deixar de dar aqui uma palavra em relação à questão da limitação dos mandatos. Se é verdade que não se tratam de órgãos de exercício de poder político, são efetivamente órgãos que são eleitos e sendo órgãos que são eleitos têm um universo eleitoral que pode estar sujeito também a acomodação, sujeito a todo o tipo de perigos e riscos que vemos noutros universos eleitorais. Trata-se de um órgão efetivamente executivo, não é um órgão representativo, por si só é um órgão que tem funções de desempenho

executivo e a tradição que temos tido no nosso país de alguns anos a esta parte de limitação de mandatos efetivamente abrange os órgãos executivos, especificamente os órgãos executivos. Portanto, neste caso, não vejo que seja desenquadrada.

Aliás, a nossa posição até vai em certa medida um bocadinho mais longe do que algumas propostas que aqui são apresentadas, na medida em que propomos que quem está a fazer o terceiro mandato poderá ainda se candidatar a mais um no triénio subsequente, ficando com o máximo de quatro. Quem já tem quatro ou cinco na sua bagagem naturalmente fica excluído desta prerrogativa de continuar, porque se não também não faria sentido como fazemos a contagem e a aplicação da limitação de mandatos desde já.

Por outro lado, achamos que este período de três mandatos também cria um horizonte temporal suficientemente alargado e legítimo para que os professores, que se queiram candidatar a estas funções, possam apresentar um projeto, não só para o primeiro triénio, mas com alguma componente já de médio e longo prazo, propondo assim também projetos que antecipem um pouco medidas para o futuro e que garantam alguma estabilidade no seu desempenho de funções.

Achamos que faz sentido esta medida até porque, como aqui já foi referido, alguns destes professores ficando muito tempo fora do exercício das suas práticas letivas também acabam por “perder um pouco a mão” como se costuma dizer noutras práticas e noutras questões mais relacionada às vezes com o exercício na medicina e na saúde.

Resta dizer que, se calhar, nesta medida da limitação também os professores requisitados para funções administrativas deviam estar limitados para não perderem efetivamente as suas qualidades letivas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Gostaria de começar pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, mas vou passar para o Sr. Deputado Costa Pereira que começou por me fazer uma pergunta relativamente às médias do 12.º ano. Utilizou um conceito que não percebi muito bem. Referiu-se a alunos internos e a alunos externos. Não sei exatamente a que é que se estava a referir, se era a alunos do ensino público e alunos do ensino particular.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sabe?! São conceitos elementares!

O Orador: No contexto em que estamos a falar não sei se é assim tão elementar.

Deputado Costa Pereira (PSD): Internos, são os alunos que estão a fazer o seu percurso escolar na escola; os externos os que se auto propõem!

O Orador: Ah! Portanto, os que estão a frequentar a escola normalmente.

Os exames são feitos na escola e, portanto, os valores que nós temos são valores globais que têm a ver com as escolas. Não faz a distinção entre os alunos externos e os alunos internos, mas posso dizer-lhe (não vou perder muito tempo com isso, depois posso passar-lhe) as escolas que têm exame de 12.º ano na Região: o Colégio do Castanheiro, Escola Jerónimo Emiliano de Andrade, Domingos Rebelo, Antero de Quental, Laranjeiras, Manuel de Arriaga, Lajes do Pico, São Roque do Pico, Santa Maria, Ribeira Grande, Vitorino Nemésio, Flores, Velas, Calheta, Graciosa, Nordeste, Madalena, Povoação, Lagoa, Mouzinho da Silveira,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pode dizer as outras todas! Não é isso!

O Orador: ...Vila Franca do Campo e Tomás de Borba. São as escolas onde houve exames de 12.º ano.

Sr. Deputado, se quiser ser mais explícito na sua pergunta o que tenho aqui são valores por...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor é que deveria saber a diferença!

O Orador: Como?

Nós estamos a falar da gestão das escolas. O Sr. Deputado fez-me uma pergunta sobre alunos internos ou externos. Não tenho os valores dos alunos internos ou

externos, porque esses valores não estão ainda apurados. Tenho valores por escolas. Se servir terei muito prazer em dizer; se não servir, pois quando tiver a informação dá-la-ei.

Relativamente ao desaparecimento das associações de escolas.

As escolas, no âmbito das suas autonomias, podem entender-se como entenderem umas com as outras. Portanto, não é necessário estarmos a criar a figura da associação de escolas que depois tinha como chapéu-de-chuva um centro de formação, tínhamos três, que depois iria trabalhar com essas escolas.

Nós, já passando para os centros de formação, deixamos de ter três centros de formação, passamos a ter quarenta. É isso que é importante, porque cada escola é um projeto pedagógico, cada escola tem por natureza formadores lá dentro...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Têm!

O Orador: ...e esses formadores tanto podem trabalhar com os alunos, como podem trabalhar com os professores.

Agora já passando um pouco para a questão que me foi posta pela Sra. Deputada Catarina e também pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão: o que é que se pretende em termos de formação?

Até ao momento e como disse na minha intervenção inicial tínhamos uma corrente que começava na existência de um centro de formação que fazia um determinado programa de formação e depois tinha um resultado que era dar créditos aos professores, que por sua vez os fazia promover, progredir na carreira.

Ora nós entendemos que isso não é formação, isso é carreirismo. O que nós queremos é que em cada escola (e cá está um dos elementos que também pediu relativamente à utilidade, em que é que saem reforçados os órgãos de gestão das escolas) seja o conselho pedagógico a fazer o levantamento das necessidades (porque é pedagógico) que a escola tem em termos de formação de professores, defina qual o tipo de formação que deve ser dada e encontre os meios, quer com os meios da casa, quer, se for necessário, solicitando à tutela, os meios adequados para que essa formação seja feita.

Nós não queremos professores formados para subirem na carreira. Todas essas matérias vão ser tratadas no próximo diploma que é o Estatuto da Carreira Docente. Aí vai ser tudo clarificado.

O que nós queremos é que num determinado momento, com o contexto sociocultural, económico, geográfico de cada escola, o conselho pedagógico defina quais são as áreas que são mais carenciadas para a formação dos seus professores e ponha em prática esse programa.

Não é provavelmente o programa pensado para a Escola Mouzinho da Silveira, do Corvo, será mais aplicado para a Escola Canto da Maia, de Ponta Delgada, porque cada escola é uma realidade. Os professores estão lá dentro, incluindo aqueles professores que pelo seu mérito, pela sua experiência e em alguns casos (não obrigatoriamente) também pela sua idade já reuniram um conjunto de competências que provavelmente serão mais úteis, em termos de carga letiva, para serem aplicados a trabalhar com os professores mais jovens, do que estar a desempenhar as tarefas tradicionais do professor em aula, ou seja, os professores a recolher, a aproveitar o imenso capital humano, científico, pedagógico e didático que constitui um professor com anos de experiência comprovada e com avaliações superiores. Esses professores podem – em meu entender – e devem ser utilizados para complementar a formação dos jovens professores. Isso para mim é formação. Como também será formação um professor num determinado contexto na sua área achar que para dar uma matéria que tem inovações (vamos pensar, por exemplo, na física, ou noutra disciplina) deve melhorar a sua formação profissional. Apresenta um plano, apresenta um pedido de formação, que será naturalmente avaliado, mas que terá sempre por objetivo valorizar as competências científicas, as competências pedagógicas do professor e não fazer um tapete de arraiolos para progredir na carreira como aconteceu muitas vezes. Lembro-me sempre do caso de uma escola do ensino básico aqui na Região onde veio uma equipa do continente dar formação e começou por explicar aos professores que os Açores eram constituídos por 9 ilhas, em 3 distritos autónomos, etc., quando já estávamos em plena autonomia. Essa formação decididamente não!

Se vierem perguntar como perguntou o Sr. Deputado: não foi feita avaliação? Foi, sim senhor, e a maior avaliação está nos resultados.

Que resultados é que produziram isso? Produziu, eventualmente, professores subirem na carreira, porque fizeram tapetes de arraiolos. Não porque tiveram uma formação formal, científica, adequada à sua formação.

É evidente que posso estar a generalizar. É evidente que o tapete de arraiolos pode ser uma anedota, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é! São bem bonitos!

O Orador: ...mas isso existe como qualquer pessoa que é do terreno sabe que existe. Portanto, a maior avaliação que nós fazemos dos centros de formação são os resultados que nós temos e que por muito que possamos neste momento estar um bocadinho orgulhosos, porque a coisa está a melhorar, o que é facto é que os resultados a nível do aproveitamento dos nossos alunos não reproduzem em nada a eventual bondade dos centros de formação. Queremos é que os professores tenham uma formação adequada para a sua função.

O Sr. Deputado Aníbal Pires já voltou. Gostei muito, com o seu espírito de humor que muito aprecio, que tenha nomeado o Sr. Deputado Paulo Estêvão como o domador das feras.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nem foi domador, nem foi das feras, mas está bem!

O Orador: O Sr. Deputado até utilizou que o Sr. Deputado Paulo Estêvão é o domador do Governo. Não é domador do Governo até porque o Governo não é fera, nem o Sr. Deputado é domador, mas há uma coisa que é importante nós termos em conta: nós conseguimos falar com o Sr. Deputado Paulo Estêvão, como conseguimos falar com qualquer membro desta casa que queira falar connosco e por isso (vem na sequência daquilo que já foi dito aqui) qualquer ato, qualquer sugestão que seja dada com lealdade será sempre aceite por nós e posso prová-lo.

Quando disseram que se acabou com os centros de formação através de uma portaria ou de um despacho meu quando ele está no decreto... Não! Nós não acabámos com os centros de formação. Nós suspendemos a atividade dos

centros de formação, porque é agora que eles acabam com a aprovação deste diploma.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe que grande diferença! O que é que aconteceu com os diretores e com o pessoal que lá está? Está suspenso!

O Orador: Nós somos práticos, Sr. Deputado. Por quê?

Porque as escolas tinham necessidade de fazer a redistribuição do seu pessoal.

O senhor se conhecesse as escolas, como suponho que não conhece, perceberia o que estou a dizer ou então ouviria e depois responderia.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Conheço! O senhor é que nunca esteve em nenhuma, senão não diria as asneiras que diz!

O Orador: O que quero dizer é que havia um determinado momento em que as escolas tinham que programar o seu novo ano letivo e, portanto, precisavam saber...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é falso! Suspendeu em março!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Março deste ano?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sim!

O Orador: Este documento estava a ser preparado, fez-se tudo para que fosse aprovado agora para que as escolas começassem a preparar o ano letivo. Não é em agosto, nem setembro, como sabe.

Para preparar o seu ano letivo precisavam saber com que pessoas é que podiam contar, com que professores é que podiam contar e eventualmente com os formadores que tinham, como é que os podiam usar.

Portanto, a atividade foi suspensa, porque de facto não estava a produzir resultados nenhuns e agora, formalmente, enterramos os centros de formação.

Quando o Sr. Deputado Aníbal Pires manifesta as suas posições, que são ideológicas e que são extremamente fundamentadas contra a limitação de mandatos. É evidente que não vou referir o famoso caso da Coreia do Norte ou da limitação de mandatos. É eterna! Mas há outras situações dessas.

Sr. Deputado, esta lei, esta medida...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu pensei que V. Exa. não fosse por esse caminho, mas está bem!

O Orador: Sr. Deputado, nós estamos num espírito de confraternização e com algum humor.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não! Não estamos num espírito de confraternização, mas já lá vamos!

O Orador: Não fiz comparação. Apenas ocorreu assim uma ideia.

Sr. Deputado, todos nós sabemos, ninguém aqui precisa de explicar aos outros o que é a democracia, agora que a democracia precisa de vez em quando levar uns abanõezinhos, precisa, senão não havia eleições, senão tínhamos as coisas a funcionar, à medida que caoticamente elas iam acontecendo.

Acho que de vez em quando é necessário, porque há escolas onde passaram gerações de professores que entraram e saíram com o mesmo conselho executivo.

Deputado Paulo Estevão (PPM): É verdade!

O Orador: O que é que aconteceu?

Atualmente temos uma média de idades felizmente bastante jovem de professores no nosso sistema que precisam de ter oportunidade de vencer a instituição que está há 30 anos instalada para poder manifestar, para poder ter ideias e para poder arriscar um projeto de escola.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado não gosta? Paciência!

Mas agora vamos ver o resultado.

De qualquer maneira pergunto, como aliás há bocadinho, pelos centros de formação. Explique-me Sr. Deputado, perante os resultados que nós temos nas nossas escolas em geral e não estou a pessoalizar, qual é a relação ou a correlação que existe entre longos mandatos e aproveitamento escolar?

Se me dissesse que um conselho executivo está há 30 anos e tem excelentes resultados, a escola funciona muito bem, tudo bem; mas temos excelentes resultados em algumas que não têm essa situação e temos péssimos resultados em outras escolas onde os conselhos executivos lá estão. Portanto, não há nenhuma correlação.

Vamos de vez em quando criar condições para que os mais jovens, os professores recém-formados, com novas ideias, com novas técnicas didáticas possam provar, possam ter oportunidade de provar aquilo que sabem.

Como sabe, quem está no poder tem sempre possibilidade de dominar, de controlar o processo democrático.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah é? Então afinal o Deputado Paulo Estêvão tem razão!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado sabe disso muito bem.

O Sr. Deputado Costa Pereira também me perguntou de onde é que vinham as verbas para a formação no modelo que nós apresentamos. Vêm do mesmo lugar, porque não deixa de haver formação. O dinheiro que até aqui era usado para os centros de formação vai continuar a ser usado. Portanto, aí a questão não é essa.

O grande “dinheiro” que é necessário para isso é o capital humano...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou quase a aplaudir!

O Orador: ...que está dentro das escolas e que está consolidado, não é andarmos a comprar a agências privadas pacotes de formação para dar créditos. O que nós vamos usar é o capital humano que está instalado, que é bom, que é consolidado e que vai produzir os seus resultados.

É evidente que em determinadas situações, sobretudo nas escolas mais pequenas, é provável que a escola não tenha naquele momento os meios adequados humanos para dar essa formação. Pode articular com a escola do lado, pode articular com a tutela.

Aliás, nós já estamos a lançar no terreno para o primeiro ciclo equipas de trabalho de professores de português e de matemática e 1 professor de 1.º ciclo, cujo trabalho vai ser exatamente trabalhar com os professores do 1.º ciclo e não com os alunos deles. Vão andar a circular de escola em escola. Há uma equipa em São Miguel e Santa Maria, uma equipa na Terceira, Graciosa e São Jorge e outra equipa no Pico, Faial, Flores e Corvo. Professores altamente qualificados

que estão já a montar o seu trabalho, já estão a trabalhar e que vão trabalhar com os professores no terreno. Isto é formação.

Em português e em matemática porque são as áreas dominantes, fundamentais do ensino básico e é por aí que nós devemos começar.

“Não discutimos nada disto.” Como é que não discutimos, Sr. Deputado?

Toda esta discussão começou desde que sou titular desta pasta em dezembro, quando reunimos a Comissão Permanente do Conselho Coordenador do Sistema Educativo. Houve uma discussão de base que foi nesse conselho de onde saíram ideias. Essas discussões foram depois feitas na especialidade com pessoas que deram os seus contributos.

O Sr. Deputado referiu (simpaticamente para mim, devo reconhecer, mas queria-o confrontar) que tinha sido feito um processo...

Deputado Costa Pereira (PSD): Não disse que não tinha sido discutido, não disse que o não tinha feito!

O Orador: ...e agradeço que o tenha referido, porque de facto é verdade.

“Nós só neste momento é que estamos a discutir isto, mas o trabalho já vem de há 8 meses?!”

Temos estado a trabalhar com as pessoas, a recolher elementos, foi a Conselho do Governo e depois de ir a Conselho de Governo e de vir para esta casa já houve consulta pública por iniciativa da Assembleia. Portanto, se há documentos que foram discutidos, foram de facto estes.

Pedi-me também para dar (já dei, mas relembro) exemplos do que é que este diploma traz em matéria de reforço dos órgãos de gestão da escola.

Nós temos os conselhos. O conselho pedagógico faz o levantamento das necessidades, elabora o projeto educativo da escola, prepara e elabora o plano de formação de professores e o seu acompanhamento. Isto não é poder? Isto não é reforçar as competências do conselho pedagógico que como sabem até ao momento, em muitas situações, limitava-se a assinar umas faltas?

Sra. Deputada Zuraida Soares, suponho que já respondi indiretamente às perguntas que fez. Queria salientar que relativamente aos centros de formação, de facto, e como disse, também tudo isto é sistémico e o que tem a ver com a

carreira dos professores, com a progressão da carreira dos professores, com a sua formação, será considerado não na gestão das escolas, mas no estatuto em sede própria, que é o Estatuto da Carreira.

De resto, Sr. Deputado Melo Alves, agradeço as suas palavras e de facto no que diz respeito à limitação de mandatos nós não acreditamos, nem queremos estirpes de gestores escolares. O que nós queremos é professores que num determinado momento da carreira saem da aula, vão ajudar a gerir a escola e depois voltam à aula (para perceber o que é que é a escola). Se quiserem voltam mais tarde.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não queremos estirpes, não queremos, enfim, aquela bolsa como acontece nas empresas públicas, por esse país fora e em outras empresas, em que os mesmos gestores estão a gerir 40 empresas ao mesmo tempo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): O Governo não, o PS é que quer!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, reconheço que V. Exa. é uma pessoa inteligente e desculpo o facto de lhe terem entregue esta pasta até por isto, porque V. Exa. não conhece o funcionamento do sistema educativo regional. Não conhece o funcionamento! Portanto, perdoo-lhe, digamos, algumas questões sem lhe fazer nenhum favor, porque não faço favores a ninguém. Reconheço que é um homem inteligente e, portanto, fiquei profundamente admirado que na sua argumentação para rebater algumas das questões que aqui levantei, tivesse feito, e aliás o Deputado Paulo Estêvão também fez isso, o reconhecimento implícito, quando se referiram a alguns países, da democracia que se vive nesses países. Pelos vistos Vs. Exas., que

tantas críticas fazem a esses países, reconheceram, pela forma como o fizeram, que afinal de contas são regimes democráticos. Até hoje parece que não eram na vossa opinião.

Há aqui uma questão, que é a seguinte, e que é muito mais grave...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Eleições não são sinónimo de democracia!

O Orador: ...e eu, Sr. Deputado (quer o Deputado Paulo Estêvão, quer o Sr. Secretário) reconheço que são pessoas dotadas até de uma fina inteligência,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Acho que lhe vai pagar o jantar hoje!

O Orador: ...mas vão-me perdoar Vs. Exas. pois só se utiliza a argumentação que Vs. Exas. utilizaram quando não têm outros argumentos para desconstruir aquilo que foi dito por mim relativamente à questão da limitação de mandatos.

Portanto, e para responder ao seu aparte,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não fiz nenhum aparte!

O Orador: Fez quando há pouco fiz...

Vou-lhe dizer o seguinte: é evidente que nós não somos órgãos executivos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah!

O Orador: ...somos legislativos. Mas somos, ou pelo menos alguns de nós são, permeáveis a *hobbies*.

Aliás, já ontem se aprovou aqui um documento relacionado com o Estatuto...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não são *hobbies*, são convicções!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem nada a ver!

O Orador: ...do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário em que claramente aquilo que aconteceu foi uma cedência ao *lobby* do ensino particular, cooperativo e solidário.

Portanto, Sr. Deputado, se o argumento da limitação de mandatos serve para os órgãos executivos, na sua perspetiva, não na minha perspetiva, deveria servir para limitar os mandatos dos Deputados, quer desta Assembleia,...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Está a chutar para canto!

O Orador: ...quer de todas as outras, designadamente à Assembleia da República.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vocês estão a fazer de forma a que ninguém esteja a ouvir!

O Orador: Isso não me preocupa, Sr. Vice-Presidente, nada! Rigorosamente nada!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pois! Se calhar esse é o objetivo!

O Orador: Se eu tivesse o GaCS talvez, mas não tenho o GaCS. Como sabe se eu estivesse a contar com a cobertura da comunicação social regional, relativamente à cobertura que faz dos trabalhos da Assembleia, enfim,... Não trabalho para isso. Não trabalho nem para o GaCS, nem trabalho para a comunicação social regional.

Estou aqui em representação do povo açoriano e em defesa dos princípios e do compromisso que firmei com o povo açoriano em outubro passado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não pode fazer anos muitas vezes!

O Orador: É isso que estou aqui a fazer. Vs. Exas. eventualmente estarão a trabalhar para o *sound byte* e para os...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Já está a ficar sem tempo!

O Orador: Não acabou não, Sr. Deputado.

Presidente: Mas vai acabar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu sei Sra. Presidente!

Aliás, estou a aproveitar este tempo e tenho de agradecer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque foi ele que conseguiu que nós tivéssemos mais tempo na discussão deste ponto. Muito lhe agradeço, Sr. Deputado.

Mas como vê, Sr. Vice-Presidente, preocupa-me pouco se me estão a ouvir ou não estão a ouvir. Sei é que V. Exa. me está a ouvir e o repto fica de novo lançado. Tragam a limitação de mandatos para os Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Secretário, para dizer que os alunos internos são os alunos que frequentam a escola e que se matriculam no 12.º ano. Os alunos externos são os autopropostos.

Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Eu sei, só não estava a perceber no contexto!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sr. Deputado, já sabemos que o Sr. Secretário não conhece o funcionamento do ensino! Não seja mauzinho!

O Orador: É importante sabermos a estatística que estava a referir, os números a que o Sr. Secretário se referia (de quem eram), porque a nível nacional (o Ministério da Educação) as estatísticas dos resultados são diferenciadas entre os alunos internos e os alunos externos. Nós gostávamos de saber a quem é que se referem os números que o senhor referiu, se é a alunos internos, se é a alunos externos, se é à soma dos dois e sendo a soma dos dois qual é a percentagem dos alunos internos.

Quanto à questão que o Sr. Secretário fez referência sobre a formação e exemplificou com a questão dos tapetes de arraiolos que serviam para a progressão na carreira de alguns docentes. Pois isso realmente é um exemplo extremo, mas pergunto-lhe: o que é que a tutela fez sobre isso?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Acabou!

O Orador: Mas quando há um caso particular não quer dizer que isso é a norma para tudo e se existem casos (e aliás, tive o cuidado de dizer aqui que eram conhecidas algumas questões de insuficiente funcionamento dos centros de formação) não pode ser que por causa de um abate-se tudo.

Portanto, Sr. Secretário, a questão é que gostava muito de acreditar na bondade e na exequibilidade daquilo que o senhor propõe e que tentou explicar aí. Mas vou ser muito sincero consigo: depois de ouvi-lo fiquei com a leve sensação de

que nem o senhor faz bem ideia do que é que vai fazer a seguir sobre a formação.

As verbas de onde provêm? O senhor diz que vêm do mesmo sítio.

Vou ler-lhe um depoimento público que diz assim: “Quanto à eliminação dos centros de formação só se entende a medida se for acompanhada de alterações da progressão na carreira, pois falar em orçamentos das escolas parece uma provocação. Sem centros e sem mais dinheiro exigir que as escolas garantam o acesso dos docentes a um crédito por ano é miragem. Um crédito por escalão talvez.”

Sabe quem é que disse isto? Dra. Fabíola Cardoso, a antepenúltima Diretora Regional da Educação...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Mas não é a atual!

O Orador: ...a quem reconheço competência técnica e pedagógica para dizer o que disse.

Penúltima! É um pequeno engano!

Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Mas eu ainda não expliquei a ela!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, respeito aquilo que quer implementar, mas penso que também respeitará as dúvidas que temos sobre a exequibilidade e a adequabilidade dessa sua ideia àquilo que vai ser efetivamente implementado.

Portanto, ficamos com a nossa sã discordância e daqui a um ano ou dois havemos de fazer contas e ajustar o nosso discurso à realidade.

Quanto à questão colocada pela Sra. Deputada Catarina Furtado e que o Sr. Secretário também aflorou, que tem a ver com a questão do fim das associações de escola.

No vosso entender, os senhores, na vossa proposta, revogam os artigos 117.º e 118.º que eram os artigos que permitiam e que davam enquadramento legal à figura da associação de escolas. O vosso discurso é: “A gente revoga a possibilidade das escolas se associarem, mas fica tudo igual”. E então invocam outro artigo que está na lei, que são os contratos de autonomia, que é o artigo

46.º. Mas se lerem bem, que acho que é uma coisa que ainda não fizeram, o que é um contrato de autonomia e o que é uma associação de escola, gostava que me dissessem ao abrigo de que legislação, agora com esta revogação, é que as unidades orgânicas de uma mesma ilha ou de ilhas vizinhas se podem associar? Gostava que me dissessem qual é o enquadramento legal para esta situação.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não vá por aí!

Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Tudo isso será discutido no âmbito do Estatuto da Carreira Docente!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada e Sr. Secretário, das duas, uma: se estavam previstas as duas figuras na legislação em vigor, a associação de escolas e os contratos de autonomia, agora tiram a associação de escolas e dizem que fica tudo igual, não me estão a querer enganar, naturalmente?!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não! É óbvio que não!

O Orador: Quanto a uma outra questão que me parece importante, que é a questão da limitação de mandatos, sobre esse assunto o silêncio do Partido Socialista é absolutamente elucidativo e sepulcral.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ia precisamente responder a V. Exa. e dizer-lhe o seguinte.

Sr. Deputado Aníbal Pires, permita-me que lhe diga o seguinte: o Sr. Deputado acabou de fazer aí um exercício de populismo. De populismo porque o Sr. Deputado quis, voltando-se para as câmaras, dizer: “ E os Deputados? E os Deputados? Os senhores estão a fazer isto aos outros e os Deputados?”

Olhe, essa lição para mim não serve, como Presidente Nacional do Partido, para introduzir limitação de mandatos no meu partido (enquanto presidente).

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aos Srs. Deputados!

O Orador: Ou seja, ninguém na liderança do partido pode fazer mais de três mandatos.

Ponto n.º 1: introduzi essa limitação de mandatos.

Dizer-lhe o seguinte: em nenhum país democrático se introduziram limitações de mandatos nos órgãos legislativos.

A resposta é óbvia. Esta questão foi introduzida por diversos países, em diversos sistemas políticos, em diversos sistemas institucionais nos órgãos executivos, porque esses é que têm o poder de executar, têm o poder também do ponto de vista disciplinar, têm o poder hierárquico, têm essas diversas competências, essas diversas componentes que limitam ou que colocam os diversos funcionários dessas instituições numa posição subalterna. É completamente diferente daquela que é a componente legal, daquela que é a componente do exercício democrático numa Assembleia Legislativa e de um Parlamento. Portanto, são questões completamente diferentes e ninguém no mundo ocidental o fez. Fizeram sim em relação aos órgãos executivos. Portanto, lamento que o Sr. Deputado não tivesse resistido a esse exercício de populismo e de demagogia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O quê? Não tem mais nada para me dizer? É que se não tem, não merece... Os aquários continuam vazios!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para elucidar o Sr. Deputado Costa Pereira de que o PS não está mudo e quedo relativamente à limitação. Não achei necessário perante tudo o que estava previsto falar do assunto, até porque concordamos com a limitação de mandatos e temos uma proposta que prevê.

Quanto à associação de escolas o senhor é que não quis ou não entendeu o alcance da minha intervenção prévia e o que está disposto no artigo 46.º que me prescindo de ler,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Má vontade, Sr. Deputado! Está a ver?

A Oradora: ...mas creio que inclui outros pareceres e aí não estão excluídas outras unidades orgânicas nem outras escolas.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo mais inscrições, vamos então colocar à votação esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande aliança!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos passar então agora à votação na especialidade.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se V. Exa. me permite era para fazer uma sugestão à câmara.

Considerando que entraram várias propostas de alteração dos diferentes partidos, pelo que nenhum dos proémios contempla todos os artigos que serão alterados, ia propor que não se fizesse a votação do proémio e se fizessem as votações dos artigos que se propõem alterar, que no final se fizesse a votação final do artigo 1.º com as alterações que lhes fossem introduzidas e que a comissão de redação final integrasse depois no proémio todos os artigos que forem alterados em resultado da votação.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada, pelo esclarecimento e sugestão.

Parece-nos que faz sentido a sugestão que coloca.

Na prática iremos passar à votação na especialidade de todos os artigos de alteração sem fazer a votação em concreto dos proémios do artigo 1.º.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Temos que começar a votação.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa, no sentido de propor a esta câmara que se fizesse a votação de todos os artigos da proposta para os quais não existam propostas de alteração. Que fossem votados em conjunto todos os artigos para os quais não foram apresentadas, pelos diversos partidos, propostas de alteração.

Presidente: Fica a sugestão.

Pergunto à câmara se há oposição?

Não havendo vou passar a indicar os artigos da proposta que não têm ou que não sofreram quaisquer propostas de alteração por parte dos partidos com assento na Assembleia: do 64.º ao 70.º, o 74.º e o 75.º, o 77.º, 80.º e 83.º, o 102.º a 104.º.

Aqui só me estou a referir aos artigos que compõem o artigo 1.º da proposta do Decreto Legislativo Regional que é aquilo que decidimos antes do intervalo votar.

Posso então colocar esses artigos à votação?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos então passar a votar as propostas de alteração aos artigos da proposta.

Para o artigo 3.º temos uma proposta de aditamento do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, acho que há uma alteração ao artigo 1.º na proposta que veio do Governo.

Presidente: As propostas de alteração que temos ao artigo 1.º é ao artigo 1.º da proposta que inclui todos os artigos do diploma original e para o artigo 1.º do Decreto Legislativo Regional 12/2005/A a Mesa não tem propostas de alteração.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** O artigo 1.º do Anexo. O artigo 1.º da proposta inserida no artigo 1.º.

Presidente: Aquilo que foi sugerido pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues é que não fizéssemos a votação do artigo 1.º da proposta, do proémio.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Julgo que o Sr. Deputado Costa Pereira o que está a dizer é que antes de votarmos a proposta de alteração para o artigo 3.º do PPM, nós temos que votar o artigo 1.º tal como vem do Governo, que está alterado. Esse tem de ser votado e depois então para este ou para outros que haja termos que votar.

Presidente: Está correto. Aliás, este também deveria ter sido votado em conjunto com aqueles que votámos por não ter propostas de alteração.

Houve aqui esta falha, mas colocarei à votação o artigo 1.º.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Julgo que a proposta do Sr. Deputado Paulo Estêvão, se bem percebi, naqueles artigos que votámos inicialmente, foi para aqueles que não têm alteração...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: ...que esteja descrita em qualquer dos proémios dos partidos que entregaram propostas de alteração. Pelo menos foi isso que percebi que tínhamos votado. Todos aqueles que tiverem propostas de alteração, quer vindas do Governo, quer aqui objeto de alteração nesta casa, terão de ser votados.

Presidente: Está correto.

A questão é que deveria ter incluído este artigo 1.º na lista de artigos que não sofrem propostas de alteração, porque este não tem proposta de alteração.

Este artigo 1.º do Decreto Legislativo Regional 12/2005/A não tem proposta de alteração de nenhum partido.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah sim, não tem dos partidos mas tem que ser votado!

Presidente: O que o Sr. Deputado Paulo Estêvão propôs foi que eu pudesse ter colocado à votação todos estes artigos que não sofriam propostas de alteração e a Mesa por lapso não colocou este artigo 1.º, como aliás verão que há aqui e ali um outro artigo também que não coloquei à votação naquele grupo de artigos que votámos inicialmente.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, com todo o respeito, se me permite, na proposta inicial do Sr. Deputado Paulo Estêvão julgo que será mais avisado, e devido à extensão do diploma e a quantidade de propostas de alteração que nós temos, que nós votemos artigo a artigo ou em blocos quando assim for.

Julgo que fica um bocado confuso, porque podemos estar a concentrarmo-nos nos proémios do artigo 1.º da proposta e não depois nos artigos que são alterados dentro do artigo 1.º.

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, acho que há aqui um pequeno mal-entendido, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ...porque a proposta que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez parece-me que é uma proposta que acelera os nossos trabalhos e, portanto, o meu

entendimento é que todos os artigos do Anexo que não sofrem propostas de alteração por parte dos partidos para os quais não foram feitas propostas de alteração na proposta de alteração do Governo foram votados em conjunto e já foram aprovados.

Agora vamos começar a votar apenas os artigos do Anexo que foram alterados ou por cada um dos partidos que aqui está ou pela proposta do Governo.

O equívoco é que o artigo 1.º do Anexo tem uma proposta de alteração do Governo à alínea c). Portanto, deve ser votado, porque foi alterado.

Penso que é este o entendimento. Devíamos começar pelo artigo 1.º do Anexo que tem uma proposta de alteração do Governo e não pelo artigo 3.º que é do PPM.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É isso!

Presidente: Para que não restem dúvidas então vamos votar o artigo 1.º...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Do Anexo!

Presidente: Não é propriamente do Anexo, porque está incorporado no artigo 1.º da proposta do Governo, mas do diploma original.

Vamos votar o artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora sim avançamos para o artigo 3.º e para a proposta de alteração apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: De seguida o artigo 4.º.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, peço desculpa, mas acho que nós temos de votar a proposta que vem do Governo, senão estamos a aprovar a do PPM que tem uma proposta de alteração para a alínea u), mas fica por votar o resto que é o que vem da proposta do Governo: a alínea h), que é alterada; a alínea t), que é incluída.

Portanto, acho que a gente tem de incluir naquilo que estamos a votar as alterações que vêm da proposta do Governo e que não foram alteradas por nenhum dos partidos. Portanto, essa proposta de alteração que vem do Governo tem que ser votada, penso eu.

Presidente: A Mesa estava a considerar as propostas de alteração à proposta do Governo, porque automaticamente as propostas de alteração que não forem aprovadas...

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Nesse caso o Sr. Deputado Costa Pereira observou bem, porque a proposta de alteração do PPM é uma proposta de aditamento e na sua elencagem ele mantém... Na verdade, a proposta de alteração do PPM é uma alteração à proposta, adita à proposta que vem do Governo. Convém que seja por alíneas. Portanto, votamos a proposta do Governo e depois votamos a proposta de aditamento do PPM.

Presidente: Vamos então fazer a votação.

Votamos a proposta de alteração do PPM para este artigo 4.º...

Coloco agora à votação a proposta do artigo 3.º, peço desculpa!

Coloco agora à votação a proposta do Governo para o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o artigo 4.º que não tem qualquer proposta de alteração de nenhum partido.

Vamos votar então.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos agora para o artigo 23.º e para a proposta de alteração do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Relativamente agora à votação do artigo 23.º da proposta do Governo, votarmos em separado a alínea l) e depois o resto pode ser tudo junto.

Presidente: Assim farei.

Coloco então à votação a proposta de alteração do Governo à alínea l) do artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Pergunto à câmara se há necessidade de colocar a restante proposta de alteração, uma vez que mantém a proposta original que está em vigor.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Tem que pôr a alínea l)!

Presidente: Já coloquei.

A minha questão é se vale a pena colocar as outras porque mantêm a redação tal como está no diploma em vigor.

Muito bem. Sendo assim avançamos para a proposta de alteração do PPM para o artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração...

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Agora sim, Sra. Presidente, temos de votar as alíneas em separado da proposta do Governo desde a) até à e).

Presidente: Penso que bastará a e), porque da a) até à d) mantém a redação original.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Da a) à d) uma vez que a proposta do PPM era para a e) e para a f).

Presidente: Não. A proposta do PPM era só para a f). Não promove nenhuma alteração à alínea e).

Portanto, bastará colocar...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Da a) à e).

Presidente: ...da a) à e).

Colocarei então à votação a proposta do Governo para este artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos para a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos para a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada esta alteração, as propostas apresentadas pelo PPM e pelo PSD ficam prejudicadas.

Avançamos para o artigo 36.º e para a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sendo assim também as propostas do PPM e do PSD para este artigo ficam prejudicadas.

Avançamos com a votação e para a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao artigo 38.º.

Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Teremos votado a proposta do Governo para o artigo 36.º?

Presidente: Peço desculpa. Não, não fiz a votação.

Vou colocar à votação a proposta do Governo para o artigo 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora sim coloco à votação a proposta de alteração do PPM para a alínea o) do artigo 38.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica prejudicada. Por isso avançamos para a votação da proposta de alteração apresentada pelo PPM para o artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Avançamos agora para a proposta de alteração apresentada pelo PPM para o artigo 42.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Governo ao artigo 43.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos agora para a votação da proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, nesta alteração era só para ficar gravado e dar credibilidade para redação final a seguinte proposta, que é: onde se lê “Diretor Regional”, nós alterámos para “um Membro do Governo Regional competente em matéria de”. A este propósito queríamos validar perante a câmara a possibilidade de mudar, alterar tudo na própria republicação e naqueles artigos que aqui não foram alterados essa nomenclatura de onde se lê “Diretor Regional” passar a ser “um Membro do Governo Regional competente em matéria de”.

Foi uma sugestão em comissão do Sr. Deputado Costa Pereira e que nos parece importante que quando for à pessoa é “um Membro do Governo competente”, quando for à estrutura, à Secretaria, à tutela ser à “entidade competente em matéria de”.

Departamento! Peço desculpa!

“ O departamento governamental competente em matéria de”.

Presidente: Será uma indicação que a Mesa dará então à comissão para em sede de redação final ter em consideração esta terminologia.

Coloco à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Peço desculpa, o que votámos?

Presidente: Foi a proposta do PS de alteração ao artigo 47.º.

Agora vamos votar o artigo 51.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração do PPM ao artigo 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do Governo para este mesmo artigo, uma vez que tem uma alteração ao n.º 6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos com a proposta de alteração do PPM para o artigo 55.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 15 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos então agora votar a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 56.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Julgo que com esta aprovação fica prejudicada a proposta do Governo para este artigo.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não era essa a intenção. Falta na nossa proposta os pontos relativos aos pontos 3 e 4, ou seja, devíamos ter votado em separado. O nosso é mesmo só referente ao 1.º e 2.º. A intenção não era eliminar...

Presidente: A vossa alteração refere-se apenas ao n.º 1. Peço desculpa.

A Oradora: ...o 3 e o 4. Portanto, podemos votar o ponto 3 e o ponto 4 desse artigo, se faz favor.

Presidente: Muito bem. Então coloco à votação o n.º 3 e n.º 4 do artigo 56.º proposto pelo Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos agora para a proposta de alteração do Governo ao artigo 57.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PCP ao artigo 59.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta ficam prejudicadas as propostas do PPM, do PSD e a do Governo.

Coloco agora à votação a proposta de alteração do Governo para o artigo 61.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do Partido Socialista que altera o artigo 62.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a proposta de alteração fica prejudicada a proposta de eliminação apresentada pelo PPM para esta alínea e também a proposta de alteração ao n.º 3, naturalmente.

Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 63.º.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Falta votar a proposta do Governo!

Presidente: A proposta do Governo. Peço desculpa. Deve ser do adiantado da hora!

Vamos colocar então à votação a proposta do Governo ao artigo 62.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora sim avançamos para as propostas de alteração apresentadas ao artigo 63.º e neste caso em particular a proposta apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tendo sido rejeitada, coloco agora à votação a proposta de alteração para esta mesma alínea apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Governo para este mesmo artigo, o 63.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, acho que falta votar a alínea n) proposta pelo PPM.

Presidente: Vou colocar à votação a proposta de alteração para a alínea n), apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora sim à votação a proposta de alteração do Governo para o artigo 63.º.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Para perguntar o seguinte. Uma vez que o artigo 63.º tem alíneas que já foram votadas então deveria ser feita alínea a alínea...

Presidente: Alínea a alínea?

Bastarão aquelas que sofrem alteração.

O Orador: Exato. Separar a alínea f) das restantes.

Presidente: A b), a f) e a o), neste caso.

Coloco então à votação a alínea b), do artigo 63.º da proposta de alteração do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora coloco à votação a alínea f), do n.º 1, do artigo 63.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Vou repetir a votação, Sr. Deputado. Não faz mal. Vou repetir a votação.

Portanto, vamos votar a alínea f), do n.º 1, do artigo 63.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Agora sim e por último, coloco à votação, da proposta do Governo, a alínea o), do n.º 1, do artigo 63.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: No início desta votação coloquei em bloco um conjunto de artigos à votação do 64.º ao 70.º por não sofrerem propostas de alteração. Portanto, posso dar por considerada a votação destes artigos.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Penso que o artigo 68.º da proposta do Governo tem alterações. O 69.º e o 70.º têm que ser votados em separado.

Então vou votá-los todos em separado para que não haja dúvidas.

Coloco então à votação a proposta de alteração do Governo para o artigo 64.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do Governo ao artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 66.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 67.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 68.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 69.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 70.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos agora para o artigo 71.º com a proposta de alteração apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 71.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 72.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao artigo 73.º, apresentada pelo PCP.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Peço desculpa, Sra. Presidente, mas a minha dúvida é depois na proposta seguinte.

Peço desculpa.

Presidente: Sendo assim então coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 73.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração para o artigo 73.º, apresentada pelo PPM.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Pedia que se fizesse a votação em separado, particularmente do n.º 3.

Presidente: Farei então a votação número a número.

Vamos votar o n.º 2 da proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PPM para o n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 15 votos contra do PSD,...

Desculpe. Vou repetir.

Foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco então agora à votação a proposta de alteração do PPM para o n.º 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração do PSD ao n.º 2, do artigo 73.º, uma vez que não ficou prejudicada, já que votámos contra a proposta do PPM.

Coloco à votação a proposta de alteração do PSD ao n.º 2 do artigo 73.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A restante proposta do PSD fica prejudicada.

Coloco agora à votação...

Não? Penso que sim. Diga, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Porque a nossa proposta para o n.º 3 continua a ter validade mesmo com a redação proposta pelo Governo, que se está a referir à contagem do tempo em comissão executiva provisória. Portanto, penso que continua a ter validade porque não depende daquilo que nós estabelecíamos no 1. Isto é válido para aquilo que ficou na proposta do Governo.

Presidente: Sim, mas nós aprovámos a proposta de alteração do PPM para o n.º 3. Portanto, o entendimento da Mesa é o seguinte: ao aprovarmos a proposta de alteração do PPM para o n.º 3, automaticamente a do PSD deveria ficar prejudicada.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** O que o PSD propõe é um aditamento. Portanto, é um novo n.º 3, que depois o n.º 4 é o anterior n.º 3, o 5 é o anterior n.º 4 e o 6 é o anterior n.º 5. Portanto, isto é um aditamento e não é a proposta de que o PPM fala do n.º 3 da proposta do Governo.

Presidente: Muito bem. Então colocarei à votação a proposta de alteração do PSD, ao n.º 3, do artigo 73.º.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida sobre esta proposta do PSD que tem a ver com o seguinte.

Como sabem as comissões executivas provisórias têm um mandato apenas de um ano, o que significa que se fizerem 3 mandatos de um ano, ao fim de 3 anos já não podem realizar o 4.º mandato. Portanto, é um tempo demasiado curto e é uma solução que, penso eu, não irá servir as escolas, porque as comissões executivas provisórias só surgem numa situação em que não aparece nenhuma lista na escola, como sabem, ou seja, não se candidata nenhuma lista. Como não se candidata nenhuma lista o presidente da comissão executiva provisória é eleito através da Assembleia, mas não prejudica o ato democrático, porque só é eleito desta forma porque entretanto não apareceu nenhuma lista. Portanto, aqui talvez estamos a ser mais papistas que o Papa, porque há muitas escolas que têm esse tipo de situações, o presidente da comissão executiva provisória pode vir a realizar o cargo apenas por 3 anos. De facto é uma situação que resulta do não surgimento de listas e vai limitar a atividade democrática na escola.

É a minha opinião e achei que valia a pena pela importância da questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, o nosso entendimento é de que uma comissão executiva provisória não é considerada um conselho executivo.

Deputado Costa Pereira (PSD): Essa agora! Não é um órgão de gestão?

Deputado Joaquim Machado (PSD): E depois como é que se resolve?

Presidente: Muito bem. Vamos votar então, Sras. e Srs. Deputados, a proposta de alteração do PSD ao n.º 3 do artigo 73.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não vai lá com entendimentos! Que fique registado!

Presidente: Vamos votar o artigo 74.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Temos que votar a proposta do Governo à exceção do ponto 3 que está prejudicado.

Presidente: A proposta do Governo para o 73.º?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sim.

Presidente: Em relação apenas...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ao ponto 5, por exemplo.

Presidente: Ponto 5?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Falta votar o ponto 5, Sra. Presidente.

Presidente: Tinha ficado com a ideia de que a do PPM teria sido aprovada para o n.º 5.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não, não!

Presidente: Foi chumbada. Está certo.

Se foi chumbada então tem que se votar a proposta de alteração do Governo para o n.º 5, do artigo 73.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Catarina.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** O ponto 2 também ficou por votar, porque nós votámos contra as propostas de alteração para o ponto 2. Portanto, o ponto 2 da proposta do Governo mantém-se válido e não está votado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa aí esqueci-me!

A Oradora: Pois é! Dava jeito!

Presidente: Sim, porque esta também foi chumbada. Tem razão. Muito obrigada pela colaboração.

Vamos então votar também a proposta de alteração do Governo para o n.º 2, do artigo 73.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Agora sim vamos votar o artigo 74.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração do Governo para o artigo 75.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 76.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, alguma questão? Não.

Sendo assim, tendo sido aprovada, quer a proposta do PPM, quer a proposta do PSD ficam prejudicadas, assim como também a proposta de alteração do Governo para este n.º 7.

Coloco agora à votação a proposta de alteração do Governo para o n.º 4, do artigo 76.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 77.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 80.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 83.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PPM para o n.º 3, do artigo 88.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta do Governo para este artigo 88.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do Governo para o artigo 89.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao artigo 90.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A proposta do PSD fica naturalmente prejudicada com esta aprovação.

Coloco agora à votação a proposta de alteração do Governo para este artigo 90.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o artigo 93.º e com a proposta de alteração apresentada pelo PCP a este artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta do PPM a este artigo 93.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do Governo ao artigo 102.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 103.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Artigo 103.º da proposta do Governo.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 104.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora proponho colocar à votação em conjunto as propostas de alteração apresentadas por 3 partidos, claro que votarei uma de cada vez, mas para um conjunto de artigos do 117.º a 128.º.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A do Governo que foi a que entrou primeiro.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que se vota primeiro são as propostas de alteração!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): São as alterações!

Presidente: Coloco então em primeiro lugar a proposta de alteração do PCP para o conjunto de artigos do 117.º ao 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta do PPM de igual teor para este conjunto de artigos.

Podemos considerá-las prejudicadas quer a do PPM, quer a do PSD, porque a redação é a mesma, portanto, tendo sido chumbada uma, serão reprovadas as outras duas também.

Sendo assim vamos votar a proposta do Governo para os artigos 117.º a 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao artigo 130.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do Governo para o artigo 130.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do Governo para o artigo 131.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS,...

Vou repetir.

A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Avançamos então para a proposta de alteração para o artigo 139.º, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A Sra. Deputada Catarina pede que se repita a votação, não é?

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** É só para um esclarecimento à câmara.

Esta proposta do PPM propõe que neste momento os docentes que exercem o cargo de diretores de turma podem escolher entre a redução de duas horas semanais ou uma gratificação.

A proposta do PPM vai no sentido deles ficarem apenas com a redução letiva. Nós consideramos que isso coarta a liberdade de opção do professor que, querendo, pode ter a gratificação e na mesma exercer a sua disponibilidade,

sobretudo na altura em que estamos em que pode haver famílias dependentes disso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É assim uma espécie de esmola do Partido Socialista!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, para pedir a repetição da votação deste artigo.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É efetivamente como a Sra. Deputada Catarina Furtado explicou. Aqui, a nossa opção é uma opção que foi tomada também a nível nacional, em que de facto, obrigatoriamente, os diretores de turma ficam com uma redução de dois tempos para se poderem dedicar aos alunos. O que nos preocupa é fundamentalmente que os professores trabalhem junto dos alunos e das turmas.

É um trabalho extremamente importante.

E mais!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em busca dos encarregados de educação!

O Orador: É muito importante e tem outra consequência: o aumento do número de horários dos professores. São mais duas horas de redução. Duas horas de redução significam também o aumento do número de horários que ficarão disponíveis para os professores. É só somar. Por cada 10 diretores de turma ou por cada 11 diretores de turma abre-se mais um horário. São 22 horas letivas. Por cada 11 diretores de turma abre-se mais um horário para os professores. A questão não é tão simples como a Deputada Catarina Furtado quis passar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Acho que as contas do Sr. Deputado Paulo Estêvão estão bastante bem feitas, mas ele também podia era

ver que tendo a República optado por isso em setembro de 2012, foi uma maneira do então Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, e Nuno Crato terem somado 25 mil professores, vezes 80 € mensais, que ficavam em caixa.

Deputado Costa Pereira (PSD): Misericórdia! Nem nisto conseguem falar só sobre os Açores!

A Oradora: Se alguém está aflito com falta de horários, com professores em excesso e que está a ter uma política de muita proteção aos professores é a República e não aqui.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que compreendendo a argumentação do Deputado Paulo Estêvão no sentido de criar mais postos de trabalho (nós temos estado aqui tanto a falar de autonomia e temos até um diploma que trata da autonomia da escola) temos que respeitar a autonomia dos professores.

O professor é livre de escolher se quer a redução ou se quer o dinheiro e penso que a sua autonomia, a sua liberdade de escolha, também deve colher o nosso apoio, pelo menos o do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

A questão é a seguinte. O papel do diretor de turma é importantíssimo, não só no apoio aos alunos e no acompanhamento aos alunos, como fazendo a ponte com as famílias, que é uma preocupação nossa. É uma preocupação de todos. A importância de fazer a ponte com a família.

Nós queixamo-nos tanto que as famílias se demitem e o papel do diretor de turma é esse. Só quem não conhece o papel...

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

...ou nunca foi diretor de turma é que não percebe a importância da redução.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É livre de escolher!

O Orador: A questão não se trata aqui de uma liberdade de escolher, Sra. Deputada, trata-se de desvalorizar aqui a condição de diretor de turma.

Portanto, se Vs. Exas. querem gratificar os diretores de turma, acho muito bem que se gratifique; mas preferia ainda assim - até porque sou professor - ter mais uma hora de redução no exercício do cargo de diretor de turma do que ter uma gratificação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão é uma questão crucial. Estamos a falar nesta matéria, nas famílias e nos alunos. Eu gostaria que o sistema obrigasse e disponibilizasse de facto ...

(Diálogo entre o Deputado Aníbal Pires e a Deputada Zuraída Soares)

Presidente: Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabar a sua intervenção.

O Orador: Acho que esta questão é da maior importância e deve ser analisada com cuidado, porque a minha preocupação são os alunos. O trabalho do diretor de turma é um trabalho fundamental que esta legislação desvalorizou. Não quero saber se o professor ganha mais cinquenta e tal euros ou 60 €...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Depende!

O Orador: ...e fica sem aquela disponibilidade no horário para servir as famílias e para servir os alunos. Isto é que é o mais importante.

Deputada Zuraída Soares (BE): É tudo irresponsável! Todos os professores são irresponsáveis!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso, Sra. Deputada!

O Orador: Agora há aqui uma questão fundamental. É também uma questão de solidariedade, uma questão de que em cada 11 diretores de turma que tomarem a decisão de optarem pela gratificação, é mais um horário que se fecha. No final, se somarmos, são umas centenas de professores que ficam sem emprego. Portanto, as questões são estas. Isto é uma questão de solidariedade, é uma questão de termos aqui mais um conjunto de horários que são disponibilizados para os docentes e mais importante ainda, porque isto não é uma questão de classe, é o serviço que é feito do ponto de vista pedagógico, do atendimento aos alunos, que é a grande preocupação do sistema e é isso que, se os professores tiverem esses dois tempos de redução, fica garantido com outra qualidade de certeza absoluta.

Portanto, esta questão tem estas duas vertentes. Estas duas vertentes são muito importantes.

Não foi uma opção do Governo da República. É preciso dizer. Foi imposta ao Governo da República por todos os sindicatos de professores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo.

Presidente: Vamos então repetir a votação da proposta de alteração apresentada pelo PPM ao artigo 139.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então agora votar a última proposta de alteração enquadrada no artigo 1.º da proposta que parte do PPM para o artigo 142.º.

(Aparte inaudível da câmara)

Presidente: Desculpe? Do 139.º?

Tem que votar.

Vamos votar a proposta de alteração do Governo para o artigo 139.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora sim vamos votar a proposta de alteração do PPM ao artigo 142.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1.º da proposta do Governo com estas alterações que acabámos de aprovar e que depois em sede de comissão a redação final irá ter em consideração os artigos que aprovámos.

Artigo 1.º da proposta do Governo com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, era para repetir.

Presidente: Nós vamos votar agora o artigo 1.º da proposta do Governo com as alterações que lhe introduzimos no decorrer desta votação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com certeza.

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 2.º da proposta do Governo.

Artigo 2.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 3.º a Mesa recebeu 3 propostas de alteração. A primeira a ser votada é a do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação...

Sr. Deputado Aníbal Pires quer dizer alguma coisa? Não.

Então vamos continuar a votação agora com a proposta do Partido Socialista ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PPM, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento do CDS ao artigo 3.º.

O Sr. Deputado vai fazer alguma intervenção?

(Risos da câmara)

Vamos então votar a proposta de aditamento...

Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, peço desculpa, mas salvo melhor opinião penso que a proposta do CDS/PP está prejudicada pela aprovação da anterior.

Presidente: Tem razão. Então o Sr. Deputado Nuno Melo Alves tinha razão.

(Risos da câmara)

Falta votar em relação a este artigo 3.º a proposta de alteração do Governo em relação ao n.º 1. Não?

Sim, porque ao aprovarmos a do PS automaticamente ficou a redação para o n.º 1.

Vamos então votar a proposta de alteração do PPM ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 4.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação e penso que poderei votar em conjunto o artigo 5.º e 6.º da proposta do Governo, uma vez que não houve propostas de alteração para estes artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Diálogo entre as bancadas)

Secretária: Os artigos anunciados...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas a senhora vai fazer um intervalinho agora, não vai?

Presidente: Oh Sr. Deputado! Não estava a pensar fazer, mas vamos permitir que a Sra. Secretária anuncie a votação, por favor.

Sra. Secretária faça o favor de anunciar a votação.

(Pausa)

Presidente: Oh Sr. Deputado, não há necessidade!

Falta fazer a votação final global, por isso agradecia que não se ausentasse.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:...

Presidente: Está a pedir a palavra para?

O Orador: Para lhe solicitar, Sra. Presidente, a repetição da votação do artigo, porque o Sr. Deputado do PCP chamou-me a atenção que eu tinha cometido aqui um erro e ele tem razão pela primeira vez.

(Risos da câmara)

Presidente: Mas basta fazer a votação da proposta do Governo? Não é da sua proposta de alteração? É só da proposta do Governo.

Então vamos repetir a votação à proposta do Governo para o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora sim, vamos fazer a votação final global desta proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ainda?!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, não posso deixar de fazer para assinalar pontos que na especialidade não referenciei.

Em primeiro lugar, nesta questão, porque é justo que se diga, felicitar o Sr. Secretário Regional da Educação pela coragem de trazer este assunto, que sei que é um assunto polémico e problemático, mas o facto de ter tido a coragem de trazer esta questão da limitação dos mandatos acho que é importantíssima e gostaria de o felicitar. Acho que foi, do ponto de vista da mudança do sistema de ensino regional, muito importante. Vai permitir a renovação das lideranças

nas escolas, que era um dos problemas que nós tínhamos, uma certa cristalização das lideranças no sistema de ensino dos Açores. Resolve um problema.

A segunda questão que considero que é da maior importância é o facto de pela primeira vez na história do sistema educativo dos Açores passar a ser possível que um não professor possa liderar um órgão de gestão, no caso o que foi aprovado foi a Assembleia. Neste sentido é possível que a Assembleia venha a ser liderada por um encarregado de educação ou um não docente. Considero este assunto da maior importância, porque valoriza a participação dos pais, valoriza a participação da comunidade no seu todo, no âmbito do funcionamento da Assembleia. A Assembleia representa a comunidade e é possível, se assim for o desejo da comunidade educativa e da Assembleia (da maioria da Assembleia), que esta venha a ser liderada nos Açores por alguém que não é professor. É uma abertura de paradigma completo nos Açores.

Tenho a maior honra de ter feito essa proposta nesta câmara e devo elogiar o Governo Regional por ter dado mais este passo no sentido da abertura do sistema educativo às comunidades, aos encarregados de educação, que podem vir a ocupar funções de enorme responsabilidade na escola, mas é uma abertura que é feita com muita coragem política, considero eu também.

Estes dois pontos são da maior importância.

O terceiro ponto que é fundamental, e para terminar, é que nós muitas vezes falamos nas propostas e naquilo que é proposto. Nunca falamos daquilo que se mantém. É importante dizer que esta proposta mantém – e por isso é que o PPM a apoiou politicamente – a escola democrática nos Açores, o paradigma da escola democrática, ou seja, a escola em que os órgãos são eleitos e não são nomeados.

Este paradigma da escola democrática só resiste num cantinho da Europa, só resiste nos Açores, porque em Espanha, em Portugal Continental já caiu e em alguns outros, num conjunto grande de países, este sistema da escola democrática tem sido trocado por diretores, por sistemas de nomeação política e

aqui nós mantemos a autonomia das escolas, mantemos a nomeação (a nomeação, não), mantemos a eleição democrática dos responsáveis escolares...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Tal como é!

O Orador: ...e nesse sentido considero que esta nomeação nas escolas é um passo importante no sentido de assegurar a manutenção do nosso sistema de ensino e este modelo de escola democrática.

Portanto, estes são 3 pontos absolutamente fundamentais.

Sr. Deputado Lizuarte, falo do sistema interno, não falo de (e neste momento não quero estar a falar nessas questões, não gosto de ser ingrato) influências externas ao sistema educativo.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Exatamente!

O Orador: O sistema educativo é justo que se reconheça, porque é aquilo que não foi proposto, mas é aquilo que é mantido. Mantém-se um sistema democrático nas escolas que é o ultimo reduto das escolas em que os membros dos órgãos de escola são eleitos pelas comunidades educativas e isto é de realçar. É da maior importância e é da maior importância que se diga que se cria aqui também a oportunidade de pessoas (e termino, Sra. Presidente) que não são docentes, mas que querem dar a sua colaboração ao funcionamento do sistema escolar, possam vir a ser presidentes de Assembleia. É um paradigma novo, é da maior importância e tenho muito orgulho de estar ao lado desta proposta,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Do PS!

O Orador: ...tenho muito orgulho de ter participado nestas alterações fundamentais para a vida das escolas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma brevíssima declaração apenas para dizer que o Bloco de Esquerda tem bem consciência de que assumiu uma posição de risco relativamente aos centros de formação e, portanto, vai dar a oportunidade e o benefício da dúvida ao

Governo Regional e no caso ao Sr. Secretário Regional da Educação para provar que há um modelo alternativo em favor da formação dos professores, logo, em favor da qualidade do nosso sistema de ensino.

Estamos a contar com isso e como diz o outro vamos ficar muito atentos para ver se de facto isso é uma realidade ou não e cá estaremos para rever a nossa posição se isso tiver que acontecer.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, para uma declaração de voto. Não?

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também umas palavras breves apenas para congratular por esta maratona de diplomas da educação que converge neste último da autonomia e gestão das escolas em que se demonstrou que é possível os consensos em matérias estruturantes como é a educação.

Vimos aqui espelhado, e agora mesmo na declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que aqui é o único espaço onde ainda temos uma escola democrática, com gestão democrática. Isto só demonstra a abertura que o Grupo Parlamentar mostrou e viu na aprovação de propostas de todos os grupos parlamentares, as do PSD teriam sido acolhidas na mesma se não fossem de igual teor àquelas que as precederam.

De maneira que nós só temos neste momento de nos congratularmos e congratular o Governo por este bom trabalho e como a educação é de facto algo estruturante para nós, acabaria esta maratona com uma citação de Macolm Max, que é para todos uma inspiração mesmo nos dias que correm. Passo a citar: “A educação é o nosso passaporte para o futuro, pois o amanhã pertence às pessoas que se preparam para ele hoje.”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o PSD se absteve neste diploma, porque considerando que o mesmo é um diploma estruturante para a organização do nosso sistema educativo, contempla naturalmente um conjunto de propostas e de alterações com as quais nós nos revemos e que apoiamos, mas também encerra um conjunto de novidades para as quais não estamos plenamente convencidos e temos sérias dúvidas sobre a sua exequibilidade e a sua adaptação aos novos tempos, aos novos tempos que ainda nos esperam.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD, com toda a coerência, apoiou um conjunto de alterações que visam, por exemplo, limitar os mandatos dos presidentes dos conselhos executivos, mas simultaneamente o mesmo Partido Socialista que defende a limitação dos mandatos agora, acaba de aprovar uma proposta de alteração que (imaginem!) vai fazer com que um conselho executivo que esteja já há 6 ou 9 anos no exercício das funções e que acabe de ser eleito ao abrigo do sistema que está em vigor, da legislação que está em vigor, vai poder completar o seu mandato de 3 anos que inicia agora e ainda vai poder estar mais 3.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mais 3?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sabe o que é que votou?

O Orador: Srs. Deputados, acho que isto não é compatível com a limitação de mandatos que os senhores aqui anunciaram, porque a alteração que os senhores propuseram na norma final, na norma transitória, vai fazer com que aqueles que já estão eternamente no poder e que acabaram de ser eleitos, possam estar pelo menos mais 6 anos e nós não concordamos com isso e achamos que isso é apenas fazer de conta, que é aquilo que os senhores fizeram aqui.

De resto, Sr. Secretário, e fazendo minhas as palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares, faço votos, para bem do sistema educativo, que aquilo que o senhor aqui se comprometeu a fazer, em termos daquilo que é a formação nas escolas, tenha sucesso, porque o sucesso não é naturalmente só seu, será o sucesso das escolas, dos alunos e dos professores.

Vamos esperar para ver.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Regional da Educação, Ciência e Cultura:

A Representação Parlamentar do PCP votou contra este diploma por duas razões.

Primeiro, porque sem ter havido nenhum processo de discussão, nem nenhum processo de avaliação relativamente ao funcionamento dos centros de formação de associação de escolas, a proposta do Governo extinguiu.

Em segundo lugar, porque não concordamos com a limitação de mandatos pelas razões que eu aqui aduzi no início do debate e que me escuso agora de voltar a repetir, mas as razões que levaram a votar contra este diploma foram no essencial estas duas.

Julgo que para além de outras alterações que podem trazer algumas alterações positivas ao sistema educativo regional, neste caso, e em relação às duas a que me referi, penso que apenas são montagens de *Photoshop* e ajudas à democracia, porque o PS não acredita e quem apoiou esta iniciativa, quem apoiou este diploma, não acredita, no sistema democrático que, na narrativa comum, vem alimentando ao longo destes anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim, não havendo mais declarações de voto, vamos avançar na nossa agenda.

Vamos para o ponto 13: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/X – “Regula para o ano de 2013, a calendarização do processamento do subsídio de férias e das prestações correspondentes ao 14.º mês e equivalentes”.**

Para apresentação da iniciativa, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Governo dos Açores, satisfazendo um compromisso assumido no passado mês de junho, apresenta a esta câmara a proposta de decreto legislativo que regula a calendarização do pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores da Administração Regional dos Açores.

A publicação do decreto-lei do Governo da República que determinou o pagamento do subsídio de férias aos funcionários da Administração Pública apenas no mês de novembro exigiu que o Governo dos Açores, no âmbito das suas prerrogativas autonómicas, definisse pela primeira vez na nossa história autonómica uma calendarização diferenciada da aprovada sobre esta matéria na República.

E isso apenas se tornou necessário porque a maioria PSD/CDS-PP aprovou, é bom lembrar, uma norma que obrigava especificamente os Açorianos a só receberem o subsídio de férias em novembro.

Com esta decisão pretendiam atrasar em cinco meses, também nos Açores, o pagamento desta remuneração, introduzindo uma dificuldade adicional ao rendimento disponível das famílias açorianas e um acréscimo às dificuldades que já lhes têm vindo a ser impostas por via da cega austeridade dos mesmos partidos na República.

Como o Governo dos Açores desde logo afirmou, a sustentabilidade financeira da Região Autónoma dos Açores, alicerçada no rigor, na transparência e na boa gestão das finanças públicas regionais, confere-nos, pois, disponibilidade financeira para proceder à antecipação do pagamento do subsídio de férias aos funcionários da administração regional.

Com o aumento imediato que daí decorre do rendimento disponível das famílias esperamos fomentar o aumento da procura interna, incentivar o consumo e, conseqüentemente, a sustentabilidade das nossas empresas e o desenvolvimento das economias de cada uma das nossas ilhas.

Estas razões justificam, do nosso ponto de vista, a aprovação unânime da nossa proposta, na convicção de que todos os partidos aqui representados farão a mesma – e adequada – avaliação do que está verdadeiramente em causa.

E, neste contexto, posso anunciar que, se a nossa proposta for hoje aprovada, procederemos, como anunciámos, ao pagamento do subsídio de férias a todos funcionários públicos já na próxima sexta-feira, dia 19 de julho, conjuntamente com o vencimento deste mês.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS) e Deputado José San-Bento (PS):
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com um mês de atraso!

Deputado Berto Messias (PS): Com 4 meses de antecedência!

O Orador: Foi este o compromisso que assumimos. É este o compromisso que vamos cumprir, a bem dos Açores e dos Açorianos.

Apesar das dúvidas que, por inveja ou desconhecimento,...

Deputado José San-Bento (PS): Inveja!

Deputado Berto Messias (PS): As forças de bloqueio!

O Orador: ...foram colocadas na operacionalização da medida ou do seu enquadramento processual e para a infelicidade daqueles que pensam que, o que for bom para os Açorianos é mau para os seus interesses partidários, aqui estamos a cumprir o prometido e a demonstrar que tínhamos razão.

Afinal, estavam errados aqueles que afirmaram que não tínhamos dinheiro para pagar o subsídio de férias.

Afinal, estavam errados aqueles que afirmaram que o presente diploma tinha, imagine-se, erros graves.

Afinal, estavam errados aqueles que afirmaram que os prazos estavam, imagine-se, mal contados.

E estavam também totalmente equivocados aqueles que afirmaram que o Governo pretendia encontrar uma desculpa para não pagar o subsídio em julho.

Felizmente, para bem dos Açorianos, enganaram-se mais uma vez.

Mas esta proposta pretende também demonstrar que não podemos aceitar a norma anti autonómica que o PSD e o CDS-PP queriam impor aos Açores, proibindo o pagamento do subsídio de férias aos funcionários públicos açorianos antes do mês de novembro, como se o mal de todos fosse bom para alguém.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Não, não é. E ao tomarmos a decisão de propor a esta Assembleia a aprovação de um decreto que nos permitirá antecipar para este mês de julho o pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores, estamos a cumprir o nosso primeiro dever, que é o de defender a nossa Autonomia.

Porque a situação financeira dos Açores é significativamente melhor do que a do resto do país, podemos e vamos fazê-lo.

O tempo de dificuldades acrescidas que vivemos exige não só o melhor do nosso saber e do nosso empenho, mas também medidas de firmeza e de coragem.

Temos conferido toda a prioridade na afetação dos meios e recursos disponíveis ao objetivo de contrariar os efeitos da conjuntura adversa com que nos deparamos no exterior.

Os efeitos nefastos das medidas, por vezes, de impiedosa austeridade que sufocam a atividade económica do país provocam a ruína das empresas e levam as famílias ao desespero, temo-los combatido sem descanso.

Repito que, felizmente para os Açorianos, o Governo dos Açores dispõe dos meios financeiros para empreender esse combate.

Mas também saliento que, talvez mais importantes e decisivos do que essa disponibilidade financeira, temos a vontade, temos o empenho, temos o gosto e a satisfação de lutar pelos Açores e pelos Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Quero começar por dizer que de facto a República, uma vez mais, tentou asfixiar aquilo que são as competências autonómicas. É verdade, sim senhor!

Mas, Sr. Vice-Presidente, permita-me que lhe diga o seguinte: a partir do momento em que foi publicado ou é conhecido o acórdão do Tribunal Constitucional e que me parece que esse acórdão é de 5 de abril (alguém que me corrija se assim não for) que ao abrigo das mesmas competências autonómicas com que V. Exa. nos apresenta aqui este diploma, também poderia ter e de imediato providenciado para que o subsídio de férias dos trabalhadores da administração regional e do Setor Público Empresarial da Região tivesse sido pago no devido tempo, isto é, em junho de 2013, isto é, o mês passado.

Deputado José San-Bento (PS): Outra vez a mesma cassette?

O Orador: Portanto, por muito que V. Exa. se esforce em tentar dizer que está a pagar com 4 meses de antecedência, a verdade é que V. Exa. está a pagar com 1 mês de atraso o subsídio de férias aos trabalhadores da administração pública regional. Isto é que é verdade.

Mas há outras verdades neste processo.

Também ao abrigo das competências autonómicas, durante o ano de 2012, o Governo Regional, se utilizasse essas competências autonómicas, tinha aprovado, ou tinha tomado a iniciativa, as propostas que vieram a este Parlamento para que fosse pago o subsídio de férias e o subsídio de Natal, quer dos trabalhadores da administração pública regional, quer aos trabalhadores, por exemplo, designadamente aos trabalhadores da EDA, que se viram privados do seu subsídio de férias e do seu subsídio de Natal, sem que esse roubo que foi feito a esses trabalhadores tivesse dado nenhum contributo até para o orçamento regional. Antes pelo contrário! Lá foram direitinhos para os acionistas privados da EDA.

Mas a verdade é esta, Sr. Vice-Presidente. Sei que lhe custa ouvir, mas tem de ouvir. Não quis o ano passado,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não quis o ano passado?

O Orador: ...não quis este ano, atrasou isto 1 mês para poder dizer que vai pagar com 4 meses de antecedência. Mas não é verdade, Sr. Vice-Presidente!

Sr. Vice-Presidente, o Governo Regional vai pagar com 1 mês de atraso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

No dia 5 de abril, quando o Tribunal Constitucional produziu o acórdão sobre esta matéria, esse facto passou a ser uma boa notícia para as famílias, para as empresas, portanto, também para a economia.

Esse acórdão obrigou todas as entidades públicas a fazerem o pagamento do subsídio de férias aos seus funcionários e colaboradores.

Ficou obrigada a República, ficou obrigado o Governo Regional dos Açores na mesma medida e, portanto, a partir dessa altura podiam e deviam.

Deputada Graça Silva e Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E a Madeira!

O Orador: Tanto o Governo da República, como o Governo Regional dos Açores, deviam ter feito no mês de junho o pagamento deste subsídio como era habitual, como era dever e como a lei permitia.

Nada, aliás, impediu o Governo Regional de fazer o pagamento em junho e é falso o que aqui o senhor nos veio dizer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Porque não foi o facto do Governo da República ter dado entrada com um diploma que estabelecia, como de resto estabeleceu a partir do dia 21 de junho,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Até ao dia 21!

O Orador: ...o diferimento deste pagamento. Até aí nada impediu o Governo Regional dos Açores de fazer o pagamento.

Lembro que essa lei só foi publicada no dia 21 de junho e como era habitual nos anos em que se realizava o pagamento do subsídio de férias, esse pagamento até se fazia antes dessa data e até à entrada em vigor dessa data. O Governo Regional teve toda a liberdade, toda a possibilidade técnica, legal, e mais as outras que o senhor quiser para ter realizado o pagamento do subsídio de férias. Aliás, foi isso que aconteceu com as câmaras municipais. Não quero acreditar, continuo convictamente a não querer acreditar, que o Governo da Região Autónoma dos Açores teve menos competências do que as câmaras municipais para fazer o pagamento.

Se não vejamos: de 19 câmaras municipais apenas 1 não fez, até esta data, o pagamento do subsídio de férias. Houve mais uma que não fez a totalidade.

Por que razão não fez o Governo Regional o pagamento?

Qual foi a lei que o impediu de fazer o pagamento, mas que permitiu às câmaras municipais realizar o pagamento?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor só vai receber em novembro!

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado, isso é uma intervenção inacreditável!

O Orador: O senhor não tem explicação para isto. E sabe por que é que não tem explicação?

Porque em vez de pagar em junho quando até veio a este Parlamento uma proposta que recomendava que o fizesse, o que é que fez a bancada do Grupo Parlamentar que apoia o seu Governo?

Chumbou!

Portanto, é hipocrisia política...

Deputado José San-Bento (PS): É sua!

O Orador: ...vir aqui dizer que não podia pagar em junho, porque podia, porque as câmaras municipais pagaram em junho, com base no mesmo princípio legal.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Um orçamento retificativo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não vás por aí! Não é preciso um orçamento retificativo!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente insinuou que as câmaras municipais, que já fizeram o pagamento (18, vou dizer até de forma mais correta: 17 na totalidade e 1 que só não pagou aos seus funcionários contratados), que essas 17 câmaras cometeram uma legalidade, pagando o subsídio quando pagaram?

Responda, Sr. Vice-Presidente!

Basta acenar com a cabeça, se elas cometeram ou não uma ilegalidade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já falo a seguir! Já vou falar sobre o petróleo! Hoje vamos ter mais petróleo!

O Orador: Porque se cometeram, estamos aqui perante um caso muito grave; se não cometeram é porque tiveram todo o suporte legal para o fazer e, portanto, por maioria de razão, o Governo Regional também poderia ter pago.

Aliás, como já dissemos aqui no dia 21 de junho, no debate de urgência deste diploma, curiosamente, por coincidência ou talvez não, o Governo Regional só anunciou que ia pagar o subsídio depois de uma câmara, por acaso do PSD (aí é que está a coincidência),...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ainda do PSD!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ainda!

O Orador: ...ter anunciado que ia fazer esse pagamento.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é pura cassete!

O Orador: O subsídio de férias que é devido nos termos em que foi produzido o acórdão do Tribunal Constitucional que é devido aos funcionários públicos é uma boa notícia para as famílias, para as empresas, para a economia.

O Governo Regional, como o Governo da República (repito!) podiam e deviam ter pago em junho.

O Governo Regional vai pagar em julho. Esperamos que efetivamente pague e que tenha posto, como também dissemos aqui no dia 21 de junho, toda a segurança jurídica neste diploma. Sendo uma boa notícia para as famílias, para as empresas e para a economia,...

Deputado José San-Bento (PS): É sempre aquela esperançazinha de que algo corra mal!

O Orador: ...naturalmente como já dissemos em junho, vamos apoiar esta iniciativa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Esperam? Então para que é esse teatrinho?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos. Regressamos às 21 horas.

Eram 20 horas 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 21 horas e 13 minutos.

Estávamos no debate no âmbito do ponto 13 e estava inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Disse o Sr. Vice-Presidente há pouco que havia previsivelmente uma unanimidade na votação deste diploma do Governo e posso garantir-lhe que o Bloco de Esquerda contribuirá com o seu voto para a unanimidade.

Contudo, este processo tem uma história e, usando uma expressão há pouco dita pelo Sr. Deputado José San-Bento, a história é lamentável. Faço questão de a trazer em breves pinceladas à nossa memória.

Nós temos um Partido Socialista que pela voz do seu líder parlamentar, o Deputado Berto Messias, diz que o confisco do 13.º e do 14.º mês, um bocadinho através do imposto do ano 2011, bastante no ano de 2012 (disse, está escrito, toda a gente ouviu e viu, dizia o líder parlamentar - e bem!), que este “confisco era uma estupidez económica”. A expressão é do Sr. Deputado. Reconhecê-la-á, não é minha.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É mais uma daquelas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já não se lembra!

A Oradora: “Uma estupidez do ponto de vista económico” e o Bloco de Esquerda diz: “O Deputado Berto Messias tem toda a razão.” É uma estupidez do ponto de vista económico, seja ela executada no continente, na Madeira ou nos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Não é coisa boa!

A Oradora: Mas depois do líder parlamentar do Partido Socialista dizer que isto era uma estupidez económica, nós chegámos ao orçamento para 2012, o orçamento regional para 2012. E o que é que acontece?

Acontece que o Governo Regional não paga o subsídio de férias nem o subsídio de Natal na Região e diz o Sr. Vice-Presidente, disse-o também mais do que uma vez, disse-o publicamente: “Nós até tivemos que alterar o orçamento regional depois de sabermos que não tínhamos que pagar o subsídio de férias e o subsídio de Natal, porque dinheiro nós tínhamos”, disse o Sr. Vice-Presidente. “Tanto que tínhamos que até estava inscrito no orçamento e depois nós tivemos que o tirar de lá.”

Ao mesmo tempo, à pergunta do Bloco de Esquerda: “Mas então se têm dinheiro por que é que não pagam o subsídio de férias e de Natal na Região no ano de 2012?

É porque o Ministro Vítor Gaspar não deixa?

É porque a República não deixa?

Ou é porque o Governo Regional não quer?”

A verdade é que nunca obtivemos uma resposta clara da parte do Sr. Vice-Presidente, nem nesta Assembleia, nem nos debates públicos em que estivemos,

nem noutra circunstância qualquer, a esta pergunta. Ficou sempre por responder: por que é que não paga?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas o Deputado José San-Bento respondeu!

Deputado José San-Bento (PS): Respondi. Gostava de saber é como é que essa medida é financiada?

A Oradora: Mas a posição do líder parlamentar do Partido Socialista, o Deputado Berto Messias, deve manter-se e nós concordamos com ela e é para manter. Agora fazemos uma pergunta: por que é que uma decisão é estúpida para um Governo e não é estúpida para outro?

Ou dito de outra maneira: a estupidez do ponto de vista económico cometida pelo Governo da República é igualzinha à estupidez do ponto de vista económico cometido pelo Governo Regional. Mas isto o Sr. Deputado Berto Messias não concluiu, mas em boa verdade e em nome da lógica, que não é uma batata, a conclusão só pode ser esta.

Passou um ano e chegámos ao ano de 2013. Agora já não é porque o Governo Regional não quer, mas agora é porque o Orçamento de Estado proíbe.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

A Oradora: É o que foi dito nesta Região. Proíbe! O Orçamento de Estado proíbe.

Ora bem, debatemos aqui o assunto da proibição, se bem se lembram. O Governo não pagava porque estava proibido e o Bloco de Esquerda provou nesta câmara que isto era falso. O Governo Regional não estava proibido de coisa nenhuma por duas razões fundamentais: primeiro, porque o Estatuto Político-Administrativo da nossa Região não foi revogado; segundo, porque na nossa Região existe uma coisa que se chama remuneração compensatória e que à luz do mesmo tipo de proibição também não poderia existir.

Passa o tempo. O Tribunal Constitucional diz que em 2013, através do seu acórdão, tem mesmo que se pagar, pagar o 13.º e o 14.º mês, porque a ilegalidade cometida no ano anterior, mas que o Tribunal Constitucional tinha decidido deixar suspenso, era uma ilegalidade, mas ficava mesmo assim por causa do contexto troikista que nós estávamos a viver. Este ano o Tribunal

Constitucional disse: “Não, não! Desta vez não volta a passar, tem mesmo que se pagar.”

Eis senão quando o Governo da República impõe uma forma de pagamento e diz que as regiões autónomas estão proibidas de fazer de maneira diferente.

Então o que é que o Governo Regional faz?

O Governo Regional que não pagou no ano de 2011 e 2012 podendo pagar, nunca tendo explicado...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): 2011?

A Oradora: 2012, no ano de 2012.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas disse 2011!

A Oradora: Peço desculpa. No ano de 2012.

Podendo pagar os dois subsídios, podendo pagar...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É preciso ter cuidado!

A Oradora: É preciso ter muito cuidado, Sr. Vice-Presidente. Concordo consigo e agradeço-lhe sempre quando me corrige e reconheço sempre quando erro também. Faça o favor de reconhecer isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estou às suas ordens!

A Oradora: No ano de 2012.

O Governo Regional e o Sr. Vice-Presidente que não pagaram no ano de 2012, podendo pagar, agora no ano de 2013 dizem assim: “Agora que é proibido, agora que o Orçamento de Estado não deixa, agora que o Governo da República impede as regiões autónomas de o fazer, pois agora é que nós o vamos fazer.”

Em traços largos esta é a história, Sras. e Srs. Deputados, por muito surreal que pareça, mas não há aqui nenhuma falsidade factual.

Deputado José San-Bento (PS): Não há nada de surreal!

A Oradora: Primeira conclusão desta história: o presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha toda a razão em chamar estúpida a esta medida, à medida de confisco dos dois subsídios, mas não foi coerente ao não classificar a mesma medida do Governo Regional como estúpida. Uma coisa que é estúpida no continente, provavelmente continua a ser estúpida na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): É tão habilidosa! Jogo de conceitos!

A Oradora: Segunda conclusão da história e agora dirijo-me diretamente ao Sr. Vice-Presidente: afinal é proibido quando, onde e como?

Onde é que está essa proibição que nós ainda não percebemos tanto mais que o Governo Regional vai pagar? Que raio de proibição afinal é esta?

Ou seja, quando dá jeito ao Governo Regional na guerrilha contra o PSD e o CDS é proibido; quando não dá jeito ao Governo Regional e também ao Partido Socialista deixa de ser proibido e paga-se.

Entretanto, no meio disto tudo, a economia dos Açores e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras desta Região são assunto secundário, mas há uma outra pergunta, Sr. Vice-Presidente: e então a autonomia onde é que fica?

É que mais de 80 câmaras no nosso país pagaram o subsídio de férias no mês de junho, 17 câmaras na nossa Região pagaram o subsídio de férias no mês de junho e pergunto: mas então estas câmaras têm mais autonomia do que o Governo Regional?

Alguma coisa está mal nesta história, mas está ali o Sr. Vice-Presidente para nos esclarecer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Com todo o prazer!

A Oradora: O problema é que a autonomia para o Governo Regional acaba sempre por ser mais um instrumento para a luta política, para a luta política pequenina (diga-se de passagem), do que um valor a defender todos os dias em nome dos açorianos e das açorianas e com um Governo que minimiza a autonomia, esta está mais do que nunca em perigo perante os inimigos poderosos que tem, já agora dentro e fora da Região.

O Bloco de Esquerda regista que o Governo Regional vai pagar com o atraso de um mês o subsídio de férias aos trabalhadores e às trabalhadoras dos Açores. Fica a dever por sua culpa o subsídio de férias e de Natal de 2012. Paga um com atraso e está a dever dois, que são de 2012, de férias e de Natal, que não pagou porque não quis, porque nada o proibia de o fazer, nem sequer a falta de dinheiro como o Sr. Vice-Presidente muito bem explicou.

Tudo isto, uma medida que o líder parlamentar do Partido Socialista disse (e bem!) que é estúpida. Mais vale tarde do que nunca, Sras. e Srs. Deputados, é verdade! Mais vale tarde do que nunca e por isso o Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta proposta.

Deputado José San-Bento (PS): Oh! Mas é atrasado! É inadmissível um atraso do Bloco de Esquerda!

A Oradora: Mas tem duas perguntas a fazer.

Primeira pergunta: o que é que aconteceu à proposta apresentada, nesta câmara, pelo Bloco de Esquerda em maio, solicitando ao Governo a urgência da resolução de pagamento do subsídio de férias no mês de junho?

Sr. Vice-Presidente, a República...

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou acabar, Sra. Presidente.

...não está atrasada 3 meses. A República está fora da lei, que é uma coisa diferente. A República está fora da lei,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também acho!

A Oradora: ...porque o acórdão do Tribunal Constitucional obriga a cumprir a lei em vigor e a lei em vigor diz claramente que se paga no mês de junho e, portanto, se a República está fora da lei, os Açores...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A lei não diz isso! Mudaram a lei!

Deputado José San-Bento (PS): O PSD mudou a lei!

A Oradora: ...não estão adiantados 3 meses, os Açores estão a cumprir a lei, o que é muito diferente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A lei não é essa!

A Oradora: É isto que tem de ser dito aos açorianos e açorianas.

O Governo Regional não está a ser bonzinho, não está a ser generoso.

Presidente: Sra. Deputada tem mesmo que terminar.

A Oradora: Não! Está a cumprir a lei e desse ponto de vista, Sr. Vice-Presidente, até pode dizer que está a dar uma lição à República, que é um Governo fora da lei neste ponto de vista. O que não pode dizer é que se está a

adiantar, porque o senhor não está nada adiantado. Em relação à lei em vigor está atrasado um mês depois de ter aqui chumbado (o Partido Socialista) um projeto de resolução do Bloco de Esquerda que exatamente recomendava ao Governo que cumprisse a lei e pagasse juro, como a maior parte, a esmagadora maioria das câmaras desta Região, já o fizera.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tenho que contrariar a Sra. Deputada Zuraída Soares no fim da sua intervenção. O Governo da República não está fora da lei. Sabe por quê?

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Não!

O Orador: Porque a Assembleia da República mudou a lei e é preciso que nós nos entendemos todos. Nós estamos aqui porque no dia 8 junho os Deputados do PSD e do CDS-PP decidiram por lei que o subsídio de férias passaria a ser pago em novembro.

Deputado José San-Bento (*PS*): Porque era proibido pagar antes!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não!

O Orador: É isto que nos traz aqui. É uma legislação que foi criada alterando a data de pagamento do subsídio de férias.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): À revelia do acórdão do Tribunal Constitucional! Por isso é que é fora da lei!

O Orador: O mais grave (e isso é que é grave e por isso é que estamos especificamente aqui, por isso é que não é competência do Governo, mas sim da Assembleia Regional criar legislação sobre esta matéria) é que extraordinariamente os Deputados da Assembleia da República do PSD e do CDS-PP decidiram que os funcionários públicos açorianos explicitamente só podiam receber o subsídio de férias em novembro. O que nós estamos a fazer é uma legislação no âmbito das nossas competências...

Deputado José San-Bento (*PS*): Já percebemos!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é o que nos interessa! São factos!

O Orador: ...que altera o prazo de pagamento do subsídio de férias, por isso é que estamos aqui. Portanto, isso é claríssimo como água.

Deputada Zuraída Soares (BE): Com um atraso de um mês!

O Orador: O resto, Sra. Deputada e Srs. Deputados, fica para os senhores discutirem essas matérias.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é discussão. São factos!

O Orador: Aqui o que nos interessa é que nós não andámos a correr para contar dois ou três dias, ou fazer maratonas para dizer: “Eu pago um dia mais cedo que *a* ou *b*.”

Deputada Zuraída Soares (BE): Andámos a correr, andámos. Para pagarmos agora tivemos que andar a correr!

O Orador: O que nós estamos aqui a discutir nesta casa (e isso chamei a atenção) e é muito, muito importante, é que nós, pela primeira vez na história da nossa autonomia, decidimos, no âmbito das nossas competências, criar legislação própria na Região que define a data de pagamento do subsídio de férias, porque até agora não tínhamos essa legislação, porque também não era necessária, porque a República pagava em junho, como disse.

Deputada Zuraída Soares (BE): Há um ano!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A partir de agora é sempre em julho?

Deputada Graça Silva (PS): Pergunte à República!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não! Cá! Sou Deputado Regional não sou Deputado da República. José Manuel Bolieiro fintou isso tudo e já pagou!

O Orador: Mas foi na sequência da decisão de 8 de junho que aqui estamos para precisamente podermos, pela primeira vez na história da nossa autonomia, decidir no órgão próprio que é a Assembleia Regional. Por isso, a sua resolução não fazia sentido, porque recomendava ao Governo uma matéria que era competência da Assembleia Legislativa e não do Governo, mas isso não é o que interessa agora nesta fase.

Agora o que interessa, Sras. e Srs. Deputados, é que percebo perfeitamente a posição do Bloco de Esquerda, percebo a posição do PCP, perceberei com

certeza a posição do PPM e percebo até a posição do PP, agora o que eu não percebo é a posição anunciada aqui pelo Sr. Deputado Joaquim Machado,...

Deputado José San-Bento (PS): Nem eu!

O Orador: ...que anunciou que votava a favor desta lei.

Oh Sr. Deputado, o Sr. Deputado vai votar a favor desta lei?

Mas uma lei que, passo a citar, contém “erros graves, que devem ser muito bem explicados” e que os senhores alertaram que se esta lei fosse aprovada, com estes erros graves, havia consequências nefastas para os funcionários públicos açorianos?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Oh Sr. Deputado, o senhor vai aprovar uma lei que, segundo aquilo que os senhores dizem, tem “erros graves” e “consequências nefastas” para os funcionários públicos açorianos?

O senhor explique isso se faz favor.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é conversa! Ninguém disse nada disso!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que disse isso?!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai ter que explicar bem explicadinho!

Deputado Jorge Macedo (PSD): José Manuel Bolieiro depois explica isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria começar por referir e apoiar precisamente a interpretação que o Sr. Vice-Presidente aqui já apresentou em relação a esta matéria.

Portanto, também reafirmar que, para o nosso grupo parlamentar, nós não estamos aqui perante um atraso de um mês no pagamento do subsídio de férias. Nós estamos efetivamente a pagar quatro meses mais cedo do que queria o Governo da República,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Outra vez a mesma conversa. A Câmara de Ponta Delgada pagou 5 meses antes!

O Orador: ...daquilo que o Governo, a Assembleia e a maioria do PSD e do PP, na Assembleia da República, aprovaram com o apoio expresso dos dois Deputados do PSD-Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A Câmara de Ponta Delgada pagou isso meses antes. Essa é que é essa! Não precisou de lei nenhuma!

O Orador: Portanto, a questão é tão simples quanto isso e isso significa também Sra. Deputada, quer no caso do PCP, quer no caso do Bloco de Esquerda, que os senhores não podem vir aqui ignorar que até abril não havia este acórdão do Tribunal Constitucional que suscitou essa questão. A Sra. Deputada fez, se me permite, uma confusão muito grande na explanação dos seus argumentos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não fiz confusão nenhuma!

O Orador: Queria também deixar bem claro que o que nós estamos aqui a debater (e este tema já foi debatido e rebatido) é uma circunstância em que a realidade desmentiu por completo os partidos da oposição.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quais?

O Orador: Aquilo que se esperava particularmente do senhor, Sr. Deputado Joaquim Machado, que vem aqui acusar-nos de hipocrisia, e que gostava de lhe dizer, até face àquilo que o senhor nos garantiu na primeira vez que usou da palavra neste Parlamento, nesta legislatura, é que chegasse hoje aqui, que se retratasse e que desse a mão à palmatória pelo facto do Governo cumprir a sua palavra.

Os senhores da oposição, particularmente o PSD, insinuaram de tudo: o Presidente do Governo estava a mentir; o Governo no fundo, no fundo não queria cumprir aquilo que o Tribunal de Contas obrigava;...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Era preciso um orçamento retificativo!

O Orador: ...disseram também que nós não tínhamos dinheiro para pagar esses subsídios e o Sr. Deputado Joaquim Machado, particularmente, insinuou naquele seu estilo muito cínico que já vai ficando conhecido (desculpe, mas é cínico e vou provar, é cínico e vou provar!),...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não se diz isso! Fica feio!

O Orador: Diz-se, porque é verdade.

...disse assim: “Eu espero que o Governo não esteja à espera das eleições autárquicas para pagar esses subsídios.”

Pois bem, o que interessa e o que é essencial é que nós estamos a poucos dias de cumprir a nossa palavra.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Já deviam ter cumprido!

O Orador: Nós dissemos a verdade e estivemos de boa-fé sempre desde o início.

Foi isso que o PS procurou fazer e foi isso que o Governo sempre disse e só vos ficava bem admitir que se enganaram, que foram injustos com o Governo, injustos com o PS e não vos cairia a fama na lama por esse facto. Essa perspectiva de uma oposição que só sabe falar mal e criticar tudo e todos não tem futuro e, portanto, deviam também pôr a mão na consciência em relação a isso.

Queria também salientar que nós tudo fizemos – e este processo é prova disso – e agradeço em particular a disponibilidade do Sr. Presidente da Comissão de Política Geral pela forma como procurou criar as condições, no âmbito das suas responsabilidades,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ...para nós podermos ter o diploma a tempo de ser hoje aqui aprovado. Mas também não posso deixar de dizer que é com grande satisfação, Sra. Presidente, que o PS vê aprovar uma legislação que permitirá nós pagarmos aquilo que é justo e devido à função pública nos Açores...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Oh senhor, já deviam ter pago!

O Orador: ...e isso, para o PS, é um grande motivo de orgulho.

Também salientamos que não é por acaso que o Governo revela essa capacidade e essa prontidão. Isso existe porque também, ao contrário daquilo que o PSD gosta de dizer, nós temos umas finanças públicas em ordem.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os fornecedores que o digam!

O Orador: Em tempos de grandes dificuldades, de grandes contrariedades, de desgoverno na República, os Açores têm capacidade de gestão das finanças públicas que permite esse esforço financeiro.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não anda na rua. Ligam para o telemóvel!

O Orador: Em segundo lugar, a estabilidade política que vive os Açores depois daquilo que tem sido o exemplo dado a nível nacional. Os Açores têm uma maioria absoluta do PS de confiança com uma profunda consciência social e com um sentido de justiça e de interesse público acima de interesses partidários ou de outros interesses menores.

É essa estabilidade, é essa relação de confiança que essa maioria absoluta nos dá, que permite a tranquilidade, a governabilidade, que permite agora o PS cumprir mais essa promessa e aqui também uma vez mais nós afirmarmos que uma autonomia assim gerida é um exemplo para o país e para a Madeira, uma autonomia que permite melhores soluções e soluções que favorecem mais os açorianos e isso é uma grande bandeira do PS.

Queria por isso também reforçar que esta medida dá força aos Açores, esta medida reforça a confiança dos agentes económicos e de toda a população no Governo e para nós esses são dois fatores essenciais para ajudar a superar a crise, ajudar a ultrapassar as dificuldades.

Fica também aqui, Sr. Vice-Presidente, essa palavra de reconhecimento e de apreço pelo trabalho do Governo que o senhor aqui representa no sentido de conseguir boas medidas, de conseguir medidas que favorecem as famílias dos Açores, as empresas dos Açores e dão-nos capacidade para termos esperança e confiança no futuro.

Conte com o apoio deste grupo parlamentar. Queria também referir que nós continuaremos, como até aqui, a dizer a verdade às pessoas, a estar na primeira linha da luta pelos Açores e pelos açorianos e é isso que o PS tem feito e vai continuar a fazer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Música a esta hora!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Tenho a certeza, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, que este texto foi escrito por si, porque além de fazer a proposta e de ter os objetivos políticos que tem, acho que o segundo parágrafo é bem exemplar daquilo que o Sr. Vice-Presidente quer alcançar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Qual é o texto?

O Orador: Posso ler?

“Assim, atendendo à sustentabilidade financeira da Região Autónoma dos Açores, alicerçada no rigor, na transparência e na boa gestão das finanças públicas regionais, bem como o cumprimento integral das metas orçamentais a que a Região se comprometeu, procura-se desde já, com o presente diploma, dar cumprimento àquela decisão do Tribunal Constitucional.”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é GaCS?!

O Orador: Oh Sr. Vice-Presidente, só falta dizer aqui: “Eu, senhor da Guiné e da conquista.”

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores vão rindo e a gente vai pagando!

O Orador: Não lhe falta mais nada neste diploma.

Portanto, o senhor o que faz aqui é um texto de auto glorificação...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não fui eu que escrevi isso, mas está muito bem escrito.

Foi uma pessoa da Graciosa e acho até que é militante do PSD!

O Orador: ...e diz à oposição: “Meus senhores, os senhores têm que retificar este texto de auto glorificação que eu próprio escrevi para resolver um problema que não resolvi no tempo que devia ter resolvido.”

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Acho que isso foi escrito no tempo do PSD!

O Orador: Porque quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Vice-Presidente.

Depois do chumbo do Tribunal Constitucional o que é que o senhor fez para não pagar em junho? Explique-me. Eu gostava que me explicasse por que é que ficou à espera que a República aprovasse uma legislação diferente depois do chumbo do Tribunal Constitucional.

Diga-me: depois do chumbo do Tribunal Constitucional o que é que o impedia, do ponto de vista legal,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é do ponto de vista meramente legal! Já expliquei isso duas vezes!

O Orador: ...de proceder ao pagamento dos subsídios e de cumprir a Constituição Portuguesa?

Diga-me o que é que o impedia que eu ainda não percebi e o senhor ainda não explicou.

É esta a questão que lhe deixo, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Já explicou. O senhor é que não percebeu!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ninguém percebeu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Talvez me devesse dirigir ao Sr. Deputado José San-Bento. Talvez me devesse dirigir ao senhor!

Deputado José San-Bento (PS): Acho que devia!

O Orador: Mas acho que o senhor não merece.

Deputado José San-Bento (PS): Mereço! O senhor chama-nos de hipócritas!

O Orador: Acho que o senhor não merece, porque há atitudes e expressões que julgo que, mesmo sendo atrevidas ou podendo ser adjetivadas de outra maneira, às vezes a origem dessas expressões dispensam-nos de qualquer resposta.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor chama-nos hipócritas e eu não posso dizer que o senhor foi cínico. O senhor foi politicamente cínico! É preciso ter lata!

O Orador: Politicamente o Governo Regional atuou nesta matéria com hipocrisia.

Deputado José San-Bento (PS): E o senhor foi politicamente cínico!

O Orador: Politicamente foi hipócrita, porque os factos assim o demonstram, desde logo, desde o dia 5 de abril, que teve todas as condições legais para o fazer. O Sr. Vice-Presidente continua sem explicar uma razão.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está mais que explicado, o senhor é que não percebe!

O Orador: Diga o número da lei, diga o número do despacho, do decreto regulamentar, do decreto-lei, daquilo que o senhor quiser, mas daquilo que formal e legalmente o impediu de fazer o pagamento, mas que ao mesmo tempo permitiu que as 17 câmaras dos Açores pudessem ter feito esse pagamento. Há aqui um problema jurídico que ninguém consegue deslindar. É que houve um impedimento para o Governo Regional, mas que não foi impedimento para 17 câmaras dos Açores e nós gostaríamos muito, mas mesmo muito, de saber qual foi esse impedimento, que foi impedimento para o Governo, mas foi uma facilidade para as câmaras municipais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostávamos só de saber isso, Sr. Vice-Presidente, porque provavelmente até noutra altura podemos dar um contributo legislativo para resolver esse insondável problema que impedia o Governo Regional de pagar em junho, mas permitiu às câmaras municipais dos Açores de o fazer na mesma data.

Explique!

Quanto aos prazos e quanto àquilo que é o envolvimento dos Deputados do PSD-Açores nesta matéria. Já disse aqui no dia 21 de junho e o senhor ou anda a disfarçar (e provavelmente até anda, porque lhe convém), ou tem uma amnésia (coisa que não acredito!),...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Amnésia de quê?

O Orador: ...ou pior do que isso não sabe o que é que fez e aí a coisa torna-se grave.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está aqui! O que é que eu fiz? Diga lá!

O Orador: O senhor no dia 8 de maio deu parecer à Assembleia da República sobre esta lei que é um falso problema para o pagamento até junho, embora sendo a partir do dia 21 de junho, e o PSD-Açores nunca se reservou na afirmação da defesa dos trabalhadores da administração pública açoriana dizendo que deviam receber o subsídio em junho e que o mesmo devia ser feito pelo Governo da República (que o mesmo devia ter sido feito pelo Governo da República já quase me canso de dizer isso, mas é verdade, e digo-o com convicção).

Deputado José San-Bento (PS): E depois os seus deputados na Assembleia da República votam contra!

O Orador: Mas qual foi o parecer do Governo Regional a essa proposta de lei? O Governo Regional deu parecer desfavorável a essa proposta de lei, mas fundamentando-se em dois artigos que não são aqueles que fazem o impedimento do pagamento para o resto do país ou que remete para novembro. Portanto, o senhor esteve perante uma lei,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está contra a lei!

O Orador: ...não discordou dela...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É preciso ter descaramento!

O Orador: ...naquilo que diz respeito ao prazo de pagamento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pudera! Se discorda de uma lei toda, não vai discordar de um artigo?

Deputado Berto Messias (PS): Fica registado o esforço!

O Orador: Não! O senhor afinal parece que não sabe o que é que mandou para a Assembleia da República.

O senhor sabe o que é que mandou para a Assembleia da República?

Deputado José San-Bento (PS): Oh Sr. Deputado Joaquim Machado!

Deputado Berto Messias (PS): Registamos o esforço Sr. Deputado!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor explique o sentido de voto dos vossos deputados na República!

O Orador: Dois artigos. O artigo 2.º da proposta conjugado com o artigo 28.º da Lei 66-B/2012.

E mais! Foi contra o n.º 7 do artigo 3.º. Nenhum desses normativos...

Deputado José San-Bento (PS): É contra as nossas competências autonómicas!

O Orador: ...se reporta ao prazo de pagamento do subsídio.

Portanto, das duas, uma... Se calhar até das duas, duas: o senhor não sabe o que é que mandou no parecer para a República; ou então, lamento dizer isso, mas foi profundamente cínico no parecer que deu.

Mas a história não acaba aqui, porque o Partido Socialista, aquele grupo parlamentar, também foi chamado a pronunciar-se sobre essa lei.

Sabe qual foi o parecer daquele grupo parlamentar sobre esta lei?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual foi? Eu não sei!

O Orador: Sabe?

Pois é! O Partido Socialista absteve-se na tal lei que remetia para novembro o pagamento disto. Está no relatório da Comissão de Política Geral...

Deputado José San-Bento (PS): Em prejuízo das nossas competências autonómicas!

O Orador: ...que tem data do dia 9 de maio.

Deputado António Marinho (PSD): Quem é o coordenador do PS nessa comissão?

O Orador: Quem é o coordenador do PS naquela comissão, na Comissão de Política Geral? Quem são os deputados do PS na Comissão de Política Geral?

Deputado José San-Bento (PS): Fui eu! Pronto, sou o responsável!

O Orador: No dia 9 de maio o senhor absteve-se desta lei e, portanto, também das duas, uma, ou se calhar das duas, duas: não sabia o que é que estava a fazer;

ou sabendo o que é que estava a fazer, foi politicamente cínico em relação ao parecer que deu.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, leia o parecer todo!

O Orador: Mas ainda não acabou! Ainda não acabou!

O que é que aconteceu com o resto do Partido Socialista sobre esta matéria?

Vou lembrar. Os deputados do Partido Socialista na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira votaram favoravelmente essa lei.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Da Madeira? E qual é o nosso problema?

O Orador: Deram parecer favorável e o que é que fizeram os deputados dos Açores na Assembleia da República?

Pois então vamos ver: na discussão na generalidade, no dia 22 de maio, não disseram nada, nem apresentaram nenhuma proposta. Portanto, das duas, uma, ou das duas, duas: não sabiam o que faziam...

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém sabe! Só o senhor é que sabe! O senhor sabe tudo sozinho! Está tudo a dormir!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É aqui que se explica!

O Orador: ...que acharam que a lei até era boa; ou então não se percebe a razão pela qual não apresentaram propostas.

Na votação final, onde só estive o Deputado Carlos Enes, que propostas foram feitas para alterar esta disposição? Nada!

Mas mais! Até ao dia 21 junho que impedimento legal, Sr. Vice-Presidente, o que é que existiu do ponto de vista legal que impediu o Governo Regional de fazer o pagamento do subsídio em junho, mas permitiu às câmaras municipais dos Açores fazer?

Explique!

Este assunto resolvia-se com alguma facilidade. Bastava o Governo Regional ter vindo aqui como vem, com o propósito de pagar, mas reconhecendo que podia tê-lo feito e que bastava para isso ter usado todo o suporte legal que teve e não ter chumbado a proposta de um partido da oposição, no caso o Bloco de

Esquerda, que recomendava o pagamento em junho, fazendo como fizeram 17 câmaras municipais dos Açores. Tudo estava bem. Continua bem,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a espargata regimental!

O Orador: ...porque estou convencido de que vamos aprovar isto. O PSD naturalmente que vai aprovar, já o disse em junho, porque é bom para as famílias, é bom para as empresas e é bom para os Açores. Mas agora deste atraso, destes ziguezagues...

Deputado José San-Bento (PS): Não é ziguezague nenhum! O ziguezague é seu!

O Orador: ...e destes joguinhos palacianos não se livra o Partido Socialista.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Relativamente a esta situação penso que há aqui – talvez tenha percebido mal –, de facto, alguns equívocos.

Sou teimoso, sou muito teimoso, mas sou capaz de reconhecer quando erro e até nem me importo nada de fazer esse reconhecimento hoje aqui, relativamente àquilo que foi a minha primeira intervenção, se o Sr. Vice-Presidente do Governo me explicar de modo a que isto fique perceptível por que é que, tendo sido publicado o acórdão do Tribunal Constitucional no dia 5 de abril e tendo ficado então em vigor...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...a lei da contratação pública, não se providenciou o pagamento do subsídio de férias em junho, sabendo-se que a data da aprovação do decreto-lei na República - a alteração, a lei que obriga o pagamento em novembro - aconteceu já numa data em que teria sido possível antes ter dado cumprimento à lei da contratação pública que estava em vigor?

Oh Sr. Vice-Presidente, sinceramente, se o senhor me conseguir explicar isto até retiro aquelas palavras que utilizei há pouco e assumo que, sim senhor, estão

a pagar com 4 meses de antecedência. Senão continuarei a insistir que estão a pagar com um mês de atraso.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, o senhor conhece-me, sabe que estou a dizer isto frontalmente, sem nada na manga. Se o senhor me conseguir provar, se V. Exa. me conseguir provar isto, assumo claramente que estava errado e que vão pagar com 4 meses de antecedência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Confesso que agora depois desta intervenção do Deputado Aníbal Pires quase me apetecia esperar pela resposta do Sr. Vice-Presidente antes de intervir, antes de falar e ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pode esperar!

O Orador: ...antes de dizer alguma coisa para ver efetivamente se há aqui alguma justificação.

No entanto, três ou quatro observações numa forma também curta que parecem pertinentes em relação a esta matéria.

A sensação que fico é que efetivamente parece que o Partido Socialista e o seu Governo Regional simplesmente às vezes não querem aceitar algumas das propostas que saem da oposição.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Queremos!

O Orador: Esta semana, ainda hoje, tivemos exemplos em contrário disso, mas nesta matéria parece que há uma resistência um bocadinho inexplicável ao que aqui foi proposto,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Todas as propostas!

O Orador: ...porque esta matéria esteve em discussão antes, aparentemente poderia ter sido resolvida mais cedo, independentemente de ser mais um dia ou menos um dia e acabou por não ser. Felizmente agora vai ser resolvida e

felizmente parece que com a concordância global, por unanimidade desta câmara que também é um fator que não deixa de ser relevante.

Duas questões em relação à proposta que está aqui em votação.

Uma desde logo que aparentemente...

Aparentemente não! Esta proposta de lei propõe e faz extensível esta prerrogativa de ser pago em julho também para as câmaras. Efetivamente isso parece ser um pouco já extemporâneo, na medida em que aparentemente 17 das 19 já pagaram.

Mas a questão é que esta lei...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é o que o senhor pensa! Pagaram este ano mas já não podem pagar mais. Isso é o que os senhores não perceberam!

O Orador: Essa é a minha segunda pergunta. É que este diploma dispõe apenas em relação a 2013.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Exatamente!

O Orador: Não dispõe em relação a 2014, a 2015, a nada do futuro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o orçamento diz isso. Eu já lhe explico!

O Orador: Esta é que é a questão que se calhar também deveria estar aqui contemplada ou contemplada em breve nesta casa para garantir efetivamente qual é que será o prazo de pagamentos no futuro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já há outros instrumentos jurídicos!

O Orador: É que efetivamente o que foi referido há pouco acerca da mudança da data, que constava da lei do pagamento a meados de junho, para outra data aconteceu, não havendo data neste momento na Assembleia da República (perdão, nos órgãos da República), mas aqui há um diploma que regula apenas o ano de 2013. Podia ter sido se calhar a oportunidade de regular sem data efetivamente, fazendo aqui a jurisprudência, e um diploma para o futuro da Região.

Não quer dizer que isso não venha a acontecer e que não se tenha resolvido uma situação temporária agora, temporária e de alguma forma extemporânea.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é na esperança que no próximo ano tenhamos um outro Governo da República que revogue isso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores estão a rezar para ter um novo Governo da República!

O Orador: Não é com a esperança que haja outro, é que a jurisprudência do Tribunal Constitucional, à partida, continuará e continuará em relação a esta matéria.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para o ano em que haja um Governo da República que revogue a lei da República.

O Orador: Não! Não necessariamente. Pode até ser o mesmo. Nós não vamos entrar nessa discussão que não vale a pena.

Agora esta questão do futuro e do que é que poderemos fazer em relação ao futuro acho que é muito importante ser aqui esclarecida e esta Assembleia deve voltar num futuro próximo a esta matéria, porque o ano de 2014 está a chegar, estamos a metade do ano, de setembro até dezembro teremos 3 plenários e acho que era importante garantirmos desde já também a projeção para o futuro do que é que será feito em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de salientar o contributo do CDS-PP, uma sugestão pertinente e razoável que certamente merecerá uma abordagem subsequente.

Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor com essa arrogância que já é conhecida...

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ó José, isso é para rir!

O Orador: Não posso caracterizar de outra forma.

Esteve toda a gente a dormir, ninguém percebeu nada, exceto o Sr. Deputado Joaquim Machado, qual iluminado aqui no mundo para nos explicar, com a sua interpretação perfeitamente isenta e independente, aquilo que é efetivamente a realidade.

Pois deixe-me dizer que o senhor vive numa realidade virtual.

Não há incoerência nenhuma. O senhor, se ler o parecer, o parecer é perfeitamente claro. Nós não prescindimos daquilo que são as nossas capacidades autonómicas para resolver aquilo como de facto estamos hoje aqui a resolver.

O que é interessante é perceber aquilo que no fundo o PSD não quer abordar, nem quer explicar. Quando vem aqui introduzir uma apreciação sobre o pagamento, mais tarde ignora aspetos essenciais, ignora o facto de esse acórdão ter sido em abril e com as dificuldades óbvias que isso cria e também ignora aquilo que foi a absoluta incoerência do PSD. Não basta os senhores, quando perceberam no buraco em que se iam colocar, virem, para disfarçar, dizer que afinal também criticavam o Governo da República. Afinal o PSD-Açores também era crítico de Passos Coelho! Só que se esqueceram é que os seus deputados na Assembleia da República, os três deputados do PSD na Assembleia da República, votaram a favor de Passos Coelho, ou seja, contra os Açores. Essa é que é a verdade.

Queria dizer Srs. Deputados que também não deixa de ser interessante: não ia falar nisso, mas o Sr. Vice-Presidente já abordou o assunto, mas já que o senhor parece tão rigoroso e que ninguém sabe o que faz, exceto o senhor, que o senhor realmente nos explicasse um aspeto que, vendo bem, tem muito mais relevância para esse assunto do que aqueles contorcionismos que o senhor aqui procurou fazer.

Um comunicado do PSD (referente à JSD), que refere o PS, um pouco confuso - infelizmente como tem sido habitual -, fala num erro grave em relação a esta

proposta que estamos aqui a aprovar: “há um erro que tem de ser muito bem explicado.”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há, pois há!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Onde é que ele está? Onde está esse erro?

O Orador: Depois é dito que o PSD alertou o Governo para esse erro e agora esperam (estão à espera) que o “PS-Açores [estou a citar esta parte] venha agradecer publicamente o contributo do PSD-Açores para que os açorianos possam receber o seu subsídio de férias.”

Pois muito bem Srs. Deputados, o senhor não foi capaz de explicar essa absoluta incoerência, todavia eu de facto queria agradecer ao PSD. Muito obrigado ao PSD por ter uma vez mais, através dessa iniciativa, demonstrado a vossa completa incoerência e também o vosso indisfarçável pesar pelo facto do Governo voltar a ter um enorme sucesso. É esse o vosso verdadeiro problema.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não se esqueça daquela parte das câmaras municipais!

O Orador: A matéria que nos traz aqui (e isso que volto a salientar é essencial) é que pela primeira vez na história da nossa autonomia (isso responde às vossas perguntas todas) nós passamos, no âmbito das nossas competências, a decidir a data de pagamento do subsídio de férias.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

O Orador: Até agora era utilizada a legislação nacional para esse efeito e porque a legislação nacional foi alterada é esta a decisão que estamos aqui a tomar. Este diploma que estamos aqui a aprovar é um diploma que diz claramente que passa a ser a Região a decidir quando paga o subsídio de férias.

É esta a diferença que faz com que a partir de agora e a partir desta legislação aprovada sejamos nós a decidir quando pagamos o subsídio de férias, porque até agora não tínhamos legislação sobre esta matéria.

Aquela questão que o Sr. Deputado Nuno Melo Alves coloca é extremamente bem colocada,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, pois é!

O Orador: ...mas é este instrumento jurídico que nós agora temos e que decidimos utilizar, esta competência autonómica, que nos permitirá não só resolver o problema deste ano, mas essencialmente ter a nossa legislação para nos próximos anos podermos definir quando (e de forma diferente) pagamos o subsídio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Explique!

O Orador: Segundo aspeto essencial nesta matéria.

É que nós vamos pagar o subsídio de férias sem, ao contrário do resto do país, reduzir a despesa pública, sem introduzir austeridade, sem cortar no investimento e na despesa. Vamos pagar o subsídio de férias através da disponibilidade que temos derivada do aumento dos nossos recursos disponíveis.

Se quiserem depois posso explicar-lhes onde é que fomos obter estes recursos. Posso assegurar que não foi a nenhum poço de petróleo.

Agora o essencial desta matéria que acho extraordinário, por exemplo, é que o Sr. Deputado Joaquim Machado veio aqui referir votações na Assembleia da República de artigos e de artigos. Até fiquei na dúvida, Sr. Deputado, como terá o PS votado na Assembleia da República este diploma do subsídio de férias e pedi que me trouxessem qual foi a votação do PS neste diploma, porque depois de o ouvir fiquei na dúvida, e a votação final global é que o PS votou contra o subsídio de férias ser em novembro.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah!!!

O Orador: Portanto, votou contra o subsídio de férias ser em novembro. Se votou contra o subsídio de férias ser em novembro, não podia votar artigo a artigo uma matéria que na globalidade era contra. Essa matéria estava

explicada, mas reconheço a sua capacidade de teatralidade que me levou até a pensar que o PS teria eventualmente não votado contra.

Deputado Berto Messias (PS): Esqueceu-se de referir isso!

O Orador: Esqueceu-se dessa parte. Foi um esquecimento.

Por falar em esquecimento, Sr. Deputado Joaquim Machado, tenho uma coisa para lhe dizer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Responda à minha pergunta que eu respondo à sua!

O Orador: Eu reconheço os meus erros, reconheço as minhas falhas e reconheço que não sou, nem o Governo, é perfeito. Por isso, quando nos alertam para um erro (ainda mais um erro que dizem que é grave, os senhores disseram que este diploma tem um erro grave, que pode ter consequências nefastas para os funcionários públicos da Região) e não tendo até agora nem os senhores, nem nenhuma bancada encontrado nenhum erro, nem muito menos um erro grave, nem muito menos algo neste diploma que tenha consequências nefastas para os funcionários públicos, (se os senhores são coerentes com aquilo que dizem, que é para nós continuarmos a acreditar que quando os senhores dizem uma coisa acreditam naquilo dizem),...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mais difícil!

O Orador: ...partindo desse pressuposto que os senhores dizem que há um erro grave com consequências nefastas para os funcionários públicos da Região e não tendo nenhum partido encontrado esse erro, nem os senhores o identificaram (não é por causa do Governo, é para que não haja consequências nefastas para os funcionários públicos da Região, que é uma coisa que os senhores não querem), os senhores identifiquem onde é que está esse erro que denunciaram neste diploma.

Deputado José San-Bento (PS): Não sabem contar 20 dias!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a parte das câmaras?

Deputado Berto Messias (PS): Aguardamos a resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado San-Bento, digo-lhe uma coisa. O Sr. Deputado é o protótipo do político profissional e do deputado que é capaz de dizer uma coisa e o seu contrário.

Oh Sr. Deputado, tenho que relembrar o que é que o Sr. Deputado aqui disse quando foi discutido o projeto de resolução do Bloco de Esquerda, no dia 16 de maio.

Vou ler-lhe aqui um bocadinho da sua oratória. Dizia assim: “Eu chamo a atenção para o seguinte. Neste momento não há ainda conhecimento em relação àquele que terá de ser o orçamento retificativo do nosso país, que permite ter um conhecimento rigoroso de medidas que têm de ser tomadas...”

Deputado José San-Bento (PS): Já expliquei isso no último plenário!

O Orador: ...e que algumas delas terão de ser acomodadas naquilo que será obrigatoriamente [repito, obrigatoriamente] o orçamento retificativo, no caso da Região Autónoma dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Eu já expliquei isso mas posso voltar a explicar!

O Orador: É por essas razões e em síntese [por essas, que é uma; essas são uma]...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

...que nós vamos chumbar esta urgência.”

Depois veja bem Sr. Deputado. Depois o Sr. Deputado, passados uns meses, vem aqui dizer aos deputados da oposição: “Os senhores são uns incoerentes. Os senhores dizem uma coisa e o seu contrário. Os senhores não percebem nada disto.”

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não percebe nada do que está a dizer!

O Orador: Eu pergunto: “Eu não percebo? Então e o orçamento retificativo? Eu estou à espera!”

Depois é assim. O Sr. Presidente do Governo, como o Sr. Deputado Aníbal Pires, referiu e muito bem que, o acórdão do Tribunal Constitucional é do dia 5 de abril e o Sr. Presidente do Governo disse o seguinte no dia 9 de abril: “Essa é uma matéria que está a ser estudada do ponto de vista técnico, a ser trabalhada no âmbito do departamento competente do Governo. A seu tempo será tornada pública.”

E o papão da legislação nacional? Ainda ninguém sabia de nada.

E a lei nacional que vos impedia de fazer isto, onde é que ela estava? Estive a consultar os jornais, nem notícia dela. Nem notícia dela! Ninguém falou nela!

Agora o Sr. Vice-Presidente do Governo disse: “Não, é porque existe uma legislação nacional.”

Mas onde é que ela estava no dia 5 de abril?

Oh Sr. Vice-Presidente, o senhor não tem saída. Apesar dos truques de oratória, apesar do Sr. Deputado San-Bento vir aqui dizer uma coisa e o seu contrário,...

Deputado José San-Bento (PS): Eu não disse nada ao contrário!

O Orador: ...desdizer-se totalmente, encontrar o orçamento retificativo, depois não há orçamento retificativo... Uma coisa que é verdade é que os senhores no dia 5 de abril deviam ter feito uma coisa: começar a preparar a máquina administrativa para pagar os subsídios em junho.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, isso é o cúmulo da ignorância!

O Orador: O que é que os senhores fizeram?

O próprio Presidente do Governo diz o seguinte: “Estamos a preparar a solução.”

E então? Não encontraram. Não encontraram solução e não quiseram fazer. Só o fizeram sob pressão política quando as câmaras municipais decidiram avançar e os senhores foram na boleia.

Tudo o resto da legislação nacional que surge depois, isso é outra conversa.

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Agora os senhores tiveram oportunidade de pagar a tempo e horas, não o fizeram e é preciso lata para chegar e dizer o seguinte: “Não! Nós vamos pagar com 3 meses de antecedência em relação ao Governo da República.”

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Três? Essas contas!

O Orador: Oh meus senhores, eu não seria capaz – ouça! – ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Três e quatro é a mesma coisa!

O Orador: Quatro! Pronto, quatro!

...desses truques de oratória, meus senhores, mas os açorianos não são parvos! Não são parvos, meus senhores!

Deputado Berto Messias (PS): Felizmente não são! Por isso temos os resultados que temos!

O Orador: Evidentemente não enganam os açorianos. Agora com este truque, com esta esperteza, ainda por cima com uma redação destas que é para ver se a oposição chumba, só faltou aqui dizer...

Acho que isto foi feito mais ou menos assim. O Sr. Vice-Presidente disse: “Isto se calhar não chega. Temos que meter pior ainda que é para depois o Gabinete de Apoio à Comunicação Social puder dizer ‘PPM, Bloco de Esquerda, PCP opõem-se ao pagamento dos subsídios.’ Isto está tão mau, tão mau, que só falta fazer uma estatuazinha do Vice-Presidente.”

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já tenho!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas digo-lhe uma coisa. Apesar de tudo isto não ser verdade, vou votar a favor, porque não quero desculpas e fundamentalmente não quero ser desacreditado pelo vosso Gabinete de Apoio à Comunicação Social, porque já estou a ver o título. Se votar contra vai aparecer: “PPM opõe-se a pagamento dos subsídios.”

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E é verdade!

O Orador: Portanto, já percebi que isto está armadilhado. Voto a favor e na declaração de voto digo que isto é mentira. Pronto!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para intervir?

Já não tem tempo.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é preciso de facto nós termos aqui alguma paciência, mas isso também é uma virtude democrática.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muita paciência!

O Orador: Calma!

Digo isto porque nós estamos, enfim, numa longa jornada de trabalho. Portanto, não leve a mal a referência.

Sr. Deputado, queria dizer-lhe com toda a frontalidade que não considero que tenha dito qualquer contradição e passo a explicar.

Penso que o senhor foi infeliz e descontextualizou uma citação minha, mas deixe-me dizer que o que eu procurei dizer nessa altura, e tive o cuidado de voltar a apresentar essa interpretação que nós fizemos em maio no plenário passado, foi a nossa interpretação do grupo parlamentar, mas assumo particularmente a minha interpretação. Sr. Deputado, eu não tomava como possível que fosse perspectivado como realista conseguir-se financiar o pagamento dos subsídios de férias...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já vamos a essa parte! Tem toda a razão!

Deputado Luís Garcia (PSD): E o *superavit*? Não havia *superavit*?

O Orador: ...sem cortes na despesa, nem aumento de impostos.

Sr. Deputado, é tão simples quanto isso e, portanto, penso que o senhor foi injusto nessa citação.

Aliás, esta é que era, se me permitem (ainda há pouco trocava aqui impressões com o Deputado Berto Messias), a questão que pensei que a oposição trataria, porque aquilo que procurei dizer, como é evidente, é que nós pensávamos que fosse necessário desde logo acomodar esta despesa de subsídios de Natal com cortes, por exemplo, no investimento ou em partes na despesa pública noutros setores. Por isso é que tive o cuidado...

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Oh Sra. Deputada, calma!

...de referir isso e exprimi a opinião (se a Sra. Deputada me permitir), chamei a atenção, porque o país já na altura estava em mais uma crise. Reparem: isto são declarações proferidas cerca de um mês depois, ou pouco mais, do acórdão do Tribunal Constitucional e era essa a perspetiva que eu tinha.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh José San-Bento, nem o super-homem te salva!

O Orador: Portanto, isso foi feito de outra forma e o Governo teve a capacidade, aliás, há pouco felicitei o Governo precisamente por isso. É bom que se perceba, Sr. Deputado, o quadro de referência e quero por isso assegurar-lhe com toda a frontalidade que, face a essa justificação, não considero que tenha cometido qualquer contradição.

Tenho dito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi um espalhanço!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Quero começar para já por felicitar o Sr. Deputado José San-Bento pela assunção, digamos, daquilo que disse e das dúvidas que tinha, que todos temos e sinceramente felicitá-lo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aparte inaudível da Deputada Zuraída Soares)

Deputado José San-Bento (PS): Não se pode fazer um elogio modesto, Sra. Deputada?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A senhora tem alguma coisa contra se falarem bem?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires agradeço que continue. O tempo está a contar.

O Orador: Até fiquei um bocado constrangido, inibido.

Presidente: O tempo está a contar, Sr. Deputado.

O Orador: Sinceramente quero felicitá-lo pela atitude que teve de explicar as dúvidas que tinha sobre isso.

Deputado José San-Bento (PS): Ou nas certezas que não tinha!

O Orador: Nunca falei no orçamento rectificativo e procurei informar-me junto de quem sabia se era ou não era possível fazer o pagamento do subsídio de férias sem orçamento rectificativo. E, sim senhor, alguém que sabe me informou que era possível apenas com transferência orçamental e que posteriormente viria um orçamento rectificativo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fui eu que disse isso! Diga lá quem disse isso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Também foste enganado!

O Orador: Foi o Sr. Vice-Presidente que me disse isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah!

O Orador: Não tem nenhum problema, porque fui esclarecer as dúvidas junto de quem sabia melhor do que eu e não me custa nada assumir.

Não tinha ideia de dizer que não tinha sido o Sr. Vice-Presidente, mas Sr. Vice-Presidente sabe, e já esta semana, que quando me desafiam para dizer as coisas eu digo-as. Portanto, já tivemos oportunidade de ver isso aqui.

Agora a questão não é essa. Felicitei e está esclarecida esta situação, porque eu também tinha esclarecido esta parte da situação.

Deputada Zuraída Soares (BE): Esclarecida?!

O Orador: Oh Sra. Deputada, está a precisar de um intervalinho regimental!

(Risos da câmara)

Sim, sim!

Agora há outra questão, que é a questão que temos estado aqui a discutir.

Também percebo, Sr. Vice-Presidente, a necessidade, posterior à publicação da lei na República, de produção de legislação própria. E mais! Julgo que deve ser para 2013, porque senão podemos ficar veiculados ao pagamento do...

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o Deputado José San-Bento não acreditava que havia petróleo!

O Orador: Exatamente!

Oh Sr. Vice-Presidente, estamos perfeitamente de acordo relativamente a isso, mas há aqui um período de tempo em que a decisão podia ter sido tomada, isto é, aquele período que medeia o acórdão do Tribunal Constitucional...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como as câmaras fizeram?

O Orador: ...até à produção da lei nacional e nessa altura a Região podia ter optado por dar instruções para fazer o pagamento.

Portanto, a questão é esta, Sr. Vice-Presidente, e é por isso que eu mantenho a questão de que o Governo Regional está a pagar com um mês de atraso.

Podia e retratava-me se tivesse ficado convencido depois daquilo que o Sr. Vice-Presidente disse, mas de facto há aqui esse hiato de tempo e ele não foi aproveitado pelo Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por quê?

O Orador: Isso do porquê o Sr. Vice-Presidente explicará se bem entender. Não quero saber. Quero é manter esta minha posição enquanto não me for provado o contrário.

Dificuldades de qualquer ordem que o Governo Regional teve, até sou capaz de entender; agora enquanto eu não entender isto, o Governo Regional não está a pagar com quatro meses de avanço relativamente ao continente,...

Deputado José San-Bento (PS): Não está? Está com 4 meses de avanço!

O Orador: ...está a pagar com um mês de atraso.

Houve um período de tempo em que poderia ter sido decidido pagar e não esperar pela legislação que foi produzida a nível nacional. Aliás, eu não sei se o Sr. Vice-Presidente sabia, ou se algum deputado do Partido Socialista sabia, o que é que ia acontecer na República, qual era a solução adotada. Não sei! Não esperava grande coisa, mas não sei o que é que ia acontecer.

Portanto, há esse período de tempo em que efetivamente a Região, através do Governo e da Assembleia (caso fosse necessário a Assembleia tomar essa decisão), podia tomar a decisão do pagamento.

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Isso não aconteceu e por isso mantenho. A Região está a pagar com um mês de atraso e não com quatro meses de avanço.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Pretendia aqui aprofundar e tentar esclarecer um aspeto que me parece pertinente e dar uma opinião que me parece também relevante.

Desde logo tem a ver com a questão do futuro. Voltando a essa questão, que não ficou aqui bem esclarecida, porque esta legislação que vamos aprovar só tem vigor até 31 de dezembro de 2013 e não me parece, numa boa prática legislativa, que esta matéria fique consagrada pela legislação que aprova o orçamento.

Isto é uma matéria que tem a ver com estabilidade de rendimentos dos trabalhadores da função pública,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por isso é que tem de estar fora do orçamento!

O Orador: Precisamente tem de estar fora do orçamento, estamos de acordo, mas não pode ser para a aprovação do orçamento da Região que deva ser a atualização. Não senhor!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Precisamente porque está no orçamento! Porque depois não podemos atualizar o Complemento Regional de Pensão, o Abono de Família...

O Orador: Uma coisa é atualização, outra coisa...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, não estamos a falar de uma atualização?

O Orador: Não estamos a falar de uma atualização de valores, estamos a falar da data de pagamento. Não estamos a falar de uma atualização de valores em que um ano é 5%, outro ano pode ser 6, um ano pode ser 5 €, outro ano pode ser 7. Nós estamos a falar de uma regularidade de pagamento que, em nosso entender, deve estar legislada autonomamente, deve estar explícita tal e qual como estava na lei da República que era até meados de junho, tal e qual como estava...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Na República está em que mês? Diga lá!

O Orador: Agora na República não está, mas aqui na Região deveria estar. Agora o que temos de decidir...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Diga quando é que está na República!

O Orador: Não interessa o que está na República, nós estamos a decidir a Região...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, não interessa o que está na República?!

O Orador: Não! Nós estamos a falar da solução para a Região, por isso não interessa o que está na República, porque se nós quiséssemos ir pelo que está na República não estávamos aqui a ter esta conversa hoje, não estávamos a votar este diploma. Nós estamos a votar é algo para a Região e o que estamos a votar para a Região, em nosso entender, deve ser algo que fique claro e esclarecido: qual é o mês, qual é a data que o Governo Regional entende, ou esta casa, pagar estes subsídios aos trabalhadores da função pública e isso parece-me ser um pilar importante, aí sim, da afirmação da autonomia, decalcando de uma lei nacional que não nos serve neste caso e afirmando a nossa autonomia por essa via.

Por outro lado, gostava que o Sr. Vice-Presidente também me esclarecesse aqui um bocadinho melhor a questão da relação com as autarquias, porque tanto quanto sei (também pode ser do adiantado da hora e do dia de hoje) não me recordo efetivamente da Região ter tutela ou de existirem constitucionalmente consagradas autarquias nas regiões autónomas. Existem autarquias no país e são todas tuteladas pela mesma forma, daí a minha dúvida sobre esta aplicação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Proponha a retirada das autarquias!

O Orador: Sinceramente não estou a ver qual é a aplicação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Proponha a retirada das autarquias!

O Orador: Não estou a propor a retirada das autarquias. Estou a perguntar é ao abrigo de quê. Se isto foi alguma contrapartida que foi exigida pela Região de ter essa tutela, por ter a derrama do IRS das autarquias retirada à comparticipação e às transferências para a Região? É por causa disso? Porque nós também não concordamos que isso deva ser pago pela Região.

Portanto, não sei se é alguma contrapartida por isso, se é alguma exigência na sequência disso.

Gostaria de perceber melhor estes aspetos, porque acho que é importante clarificar e sobretudo voltar a reiterar e a frisar aqui que, por uma questão de metodologia legislativa, por uma questão de orgânica legislativa, parece-nos mais correto haver legislação própria para garantir para o futuro e não legislação que esteja associada à atualização por via do orçamento regional ano a ano e esteja sim previsto um prazo, uma data, em este pagamento será feito na Região. Não precisa de coincidir com o resto do país, nem sequer precisa de coincidir com a das autarquias eventualmente.

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Efetivamente a questão resume-se a que nós não estaríamos aqui se a Assembleia da República não tivesse decidido que os açorianos só podiam receber em novembro.

Segundo aspeto essencial nesta matéria. Nós criámos, e isso é que é importante, legislação que nos dá o direito próprio de definir, não só para este ano, mas para o futuro, um prazo de pagamento do subsídio de férias diferente da República e isso é um património histórico...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ...que a Região assume neste dia. É uma decisão que passa a ter, a partir de hoje, não para discutir mais três ou quatro dias num ano, nem para andar a correr para pagar três ou quatro dias mais cedo do que o vizinho do lado num ano, mas sim para o futuro. O que os açorianos sabem é que nos Açores, a partir de hoje, quem decide a data do pagamento do subsídio de férias são os açorianos, é o Parlamento Regional,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ...é o Governo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso é que é a grande conquista que deve ser assinalada no âmbito da nossa autonomia com a aprovação deste diploma hoje.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Essa legislação protege os açorianos, beneficia os açorianos em relação aos seus congéneres madeirenses e do continente e essencialmente cria condições no futuro para que o Governo e as câmaras municipais da Região possam, nos próximos anos, pagar quando quiserem o subsídio de férias.

É esta a matéria que nos devia unir e é isto o essencial desta decisão, é isto que efetivamente está aqui a ser discutido.

Já perguntei três vezes ao PSD qual foi o erro grave que encontraram neste diploma que iria ter consequências nefastas sobre os funcionários públicos da Região e o PSD não sabe.

Chego a uma conclusão: afinal não havia nenhum erro grave,...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor queria!...

O Orador: ...afinal não havia nenhuma consequência nefasta para os funcionários públicos da Região sobre esta matéria. É isto que eu penso e depois de ler o terceiro parágrafo já percebi qual era o suposto erro grave e as consequências nefastas. É que segundo o que diz este comunicado (e está aqui o líder da JSD que fez o comunicado que com certeza vai ensinar-nos a contar), o mesmo diz, acusa o Governo e o Partido Socialista e cito “de não saber contar 20 dias.” Repito: “de não saber contar 20 dias.”

Portanto, como eu se calhar não sei contar até 20,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E não sabe. Não sabe contar as dívidas que têm!

Se o senhor soubesse contar as dívidas que tem, não devia aos fornecedores!

O Orador: ...não sei contar 20 dias, e como este diploma foi aqui hoje aprovado, afinal chego à conclusão: primeiro, não havia erro grave nenhum; segundo, não há consequências nefastas para os açorianos e afinal todos aqui sabem contar 20 dias, menos o líder da JSD que pelos vistos não sabe contar 20 dias.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Se o senhor soubesse contar, pagava as dívidas que tem nos Açores. São milhares e milhares!

O Orador: É a conclusão que chegamos de mais este imbróglio que aqui nos foi trazido, mas para bem dos açorianos afinal não havia erro grave nenhum e só havia uma pessoa que não sabia contar os 20 dias. Isto é que é lamentável. É lamentável que, numa matéria tão importante para os açorianos e para os funcionários públicos da Região, para o rendimento de milhares de famílias, se criem situações como esta, onde se tenta criar instabilidade nas famílias, lançando dúvidas onde elas não existem, criando preocupações em famílias que têm dificuldades económicas e financeiras que precisam deste rendimento, dizendo que há consequências nefastas para esses funcionários, quando afinal havia uma pessoa que não sabia contar até 20.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado é um facto!

O Orador: Sobre esta matéria não tenhamos qualquer dúvida. Este diploma é um diploma correto, tanto que não mereceu qualquer proposta de alteração e é um diploma que irá corresponder à efetividade prática de podermos dar mais do que o pagamento, no próximo dia 19 de julho, este ano e como referi é um diploma histórico na nossa autonomia, porque dá uma competência própria à nossa Região e nesse contexto isso é importante, protege os açorianos em relação aos continentais e madeirenses e essencialmente cria uma legislação para o futuro, em que a partir de hoje, nos Açores, quem decide quando se paga o subsídio de férias, seja no Governo, seja nas câmaras, passa a ser os açorianos, quando até agora esta decisão não era nossa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Lamento ter de intervir na qualidade de presidente da Comissão de Política Geral para ter que repor a verdade dos factos relativamente àquilo que tem sido aqui apontado e que põe em causa o meu papel e as informações que dei à

Comissão de Política Geral e aquilo que tratei diretamente com a Sra. Presidente da Assembleia sobre este assunto.

Para que todos saibamos do que é que estamos a falar tenho que,...

Deputado Berto Messias (PS): Quem pôs em causa o seu trabalho foi a JSD!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem pôs em causa o seu trabalho foi a sua bancada!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ...contra a minha vontade, narrar o que se passou, e que contei à comissão, sobre este diploma, inclusivamente dizer aquilo que pessoalmente tratei, que me reuni com a Sra. Presidente da Assembleia, para provar que sobre este diploma, até ao parecer jurídico dos serviços da Assembleia, houve dúvidas sobre os prazos que estavam a decorrer.

Lembro que este diploma foi aprovado, foi discutido aqui no plenário da Assembleia no dia 21 de junho. Foi aprovada a urgência do diploma e essa urgência significa que a Comissão de Política de Geral, a quem ele foi cometido, tinha um prazo de 5 dias para se pronunciar sobre ele.

Foi aprovado no dia 21 de junho e nesse dia, nessa tarde, após a aprovação da urgência, o Sr. Deputado José San-Bento telefonou-me a alertar para o facto de nós termos na semana seguinte uma reunião da comissão e de ser de toda a conveniência que nós conseguíssemos os pareceres necessários para analisarmos esse diploma na reunião já marcada da comissão.

Agradei e na comissão agradei publicamente ao Sr. Deputado San-Bento porque alertou para isso, mas colocava-se uma circunstância especial. Estávamos no dia 21 de junho, uma sexta-feira; 22 de junho, um sábado; 23 de junho, um domingo; 24 de junho, feriado municipal na Horta. Significava que os serviços da Assembleia, e nomeadamente os serviços da Presidência, só iriam despachar este diploma no dia 25.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por quê? Não se trabalha ao sábado!?

O Orador: Isso é uma pergunta que o senhor tem de colocar não a mim.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Eu trabalho ao sábado, aos domingos, aos feriados! Por que é que não se trabalha aqui?

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Isso é um problema seu!

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Isso é uma pergunta que tem de colocar aos serviços da Assembleia!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, isso é um problema que não é meu. Isso é um problema do senhor, não é um problema meu. Portanto, significa que, na sequência do telefonema do Sr. Deputado José San-Bento, telefonei à Sra. Presidente e disse que aquele diploma naturalmente iria para a minha comissão e pedi-lhe que, atendendo a estas circunstâncias, apressasse o seu parecer e o envio do diploma para a comissão para o mais rapidamente possível desencadarmos o processo na comissão. Assim se fez.

No decurso da análise nos serviços jurídicos da Assembleia foi levantada a questão de que este diploma, atendendo à sua natureza, exigiria que fosse posto à audição pública, porque era um diploma da área laboral.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Mas isso foi o que veio da proposta do Governo!

O Orador: Portanto, os serviços da Assembleia colocaram essa questão...

Deputado Berto Messias (*PS*): Estava lá escrito!

O Orador: Pode deixar-me acabar de falar.

...e porque tinha que estar em audição pública 30 dias, mas porque tinha sido aprovada uma urgência, essa audição pública reduzia de 30 para 20 dias. Isso significava que o processo de audição pública para poder estar concluído no limite dos limites hoje, tinha que se fazer um anúncio no jornal no sábado.

Deputado José San-Bento (*PS*) e **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Exatamente!

O Orador: No próprio dia 21 de junho manifestei à Sra. Presidente da Assembleia esta situação e quer a Sra. Presidente, quer o Sr. Chefe de Gabinete, pessoalmente desenvolveram todas as iniciativas que estavam dependentes deles para que às 8 e meia da noite se contactasse um jornal desta Região para que esse anúncio pudesse ser publicado no sábado, porque se não fosse já não

estariamos a tempo deste diploma poder vir aqui. Mas mesmo assim havia dúbidas sobre qual era a data limite para a audição pública: se era o dia 11, se era o dia 12. Por isso, no dia 25, reuni com a Sra. Presidente da Assembleia para que esta situação ficasse clara e livre de qualquer dúvida que pudesse macular o processo legislativo nesta Assembleia. Nós aguardámos até quase (não tenho aqui a data do parecer) uma semana até que os serviços da Assembleia, os serviços jurídicos da Assembleia - devidamente aconselhados e compararam a outras situações, inclusivamente com a Assembleia da República - ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Exatamente!

O Orador: ...apresentaram um parecer e nesse parecer se defende e diz que o prazo limite para a audição pública deste diploma eram as zero horas do dia de hoje. Por isso, e só com base nessa informação, é que a Sra. Presidente da Assembleia (e muito bem!) despachou o diploma para a comissão com o prazo de parecer do dia de hoje.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Portanto, senti-me no dever de dizer e de contar este relato...

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: ...para que ficasse claro que, ao contrário daquilo que o Sr. Vice-Presidente disse agora no fim, na sua última intervenção, não havia qualquer dúvida sobre os prazos. Havia dúbidas e tanto havia dúbidas que tivemos todos (eu, como presidente de comissão, a comissão, a Sra. Presidente da Assembleia e os serviços da Assembleia) que esclarecer completamente todas as dúbidas para que sobre este processo, naquilo que é da competência exclusiva da Assembleia, não se pudesse apontar mácula, nem se pudesse invocar algum problema que posteriormente pudesse inviabilizar este diploma.

Sra. Presidente, peço desculpa, mas senti-me na obrigação de dar este esclarecimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sra. Presidente, já tive oportunidade de felicitar o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, como acho que é devido nestas circunstâncias.

Agora Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, já que também enfatizou que era nessa qualidade que falava, também não posso deixar de dizer o seguinte. O senhor fez um relato de facto. Sobre tudo o primeiro contacto que tive com o Sr. Deputado Costa Pereira resultou de me ter apercebido que o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral tinha a interpretação que este diploma poderia ir para a Comissão de Economia. Portanto, esta foi a primeira abordagem, rigorosamente como ele referiu.

Agora não há dúvida nenhuma de uma questão e surpreendeu-me o senhor não ter referido isso. Na nossa reunião, na reunião da Comissão de Política Geral, no dia 27 de junho, quando o Sr. Presidente efetivamente informou a comissão sobre essas tramitações e esses pareceres que estava a solicitar, deixei bem clara Sr. Presidente, e agradeço que me corrija se não estiver a ser absolutamente rigoroso, qual era a interpretação do Partido Socialista/Açores em relação à contagem dos prazos e até tive o cuidado de referir como se faz na Assembleia da República.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Exatamente!

O Orador: Aliás, como vários colegas fazem, o próprio Deputado Costa Pereira sabe disso. Deixei muito claro que para o Partido Socialista, não inviabilizando aquilo que o presidente da comissão entendeu e que a Sra. Presidente da Assembleia também tinha sugerido, deixei absolutamente claro, o prazo terminava às 24 horas da quinta-feira, dia 11 de julho, ou seja, ontem.

Portanto, aquilo que quero aqui dizer, Sr. Presidente, é que apesar do esforço que fez e da contextualização que fez a verdade é essa. A questão do erro grave, deste erro que neste comunicado foi emitido, que diz que tem de ser muito bem explicado e que é um erro, enfim, que (já foi aqui dito várias vezes) pode comprometer todo esse processo de pagamento do subsídio de férias, não existiu.

Portanto, eu é que fiquei profundamente surpreendido, para não dizer mesmo perplexo, com este comunicado, que agora percebo melhor, da JSD-Açores.

(Aparte inaudível do Deputado António Marinho)

O Orador: Oh Sr. Deputado Marinho, peço desculpa! Mas foi, portanto, a surpresa...

Deputado António Marinho (PSD): O Sr. Deputado Costa Pereira falou como Presidente da Comissão de Política Geral.

O Orador: Não é a questão...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor devia ter o cuidado de falar institucionalmente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ele não sabe o que é isso!

O Orador: Falou como Presidente da Comissão...

É o que estou a fazer.

Deputado António Marinho (PSD): Não, não está!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: Não estou é a dizer uma coisa que o senhor goste de ouvir. Tão simples quanto isso!

Tive esse cuidado e, portanto, isso tem de ficar absolutamente claro: a interpretação que apresentei na reunião do dia 27 de junho, como sendo a interpretação do Partido Socialista. Aquilo que entenderam querer confirmar e solicitar foram as diligências que fizeram.

Portanto, para nós, Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, este erro grave nunca existiu e lamento que estejamos aqui nesse esclarecimento, mas de facto também não posso deixar de dizer isso.

Do nosso ponto de vista esse comunicado da JSD-Açores foi profundamente infeliz e também, infelizmente, comprometeu todo o Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria também, em primeiro lugar, de saudar o Sr. Deputado Costa Pereira, Presidente da Comissão de Política Geral, porque efetivamente a sua condução deste processo foi irrepreensível,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ...do ponto de vista processual, do ponto de vista de correção da forma como abordou e da sua preocupação técnica e jurídica de salvaguardar,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ...como teve a oportunidade de me dizer, qualquer eventualidade em que este mesmo diploma pudesse (por outras entidades externas, dada a sua importância, ou por outro lado, o seu carácter revolucionário no nosso tecido autonómico) ser, por entidades externas à Região, questionado por alguma razão. O seu cuidado foi um cuidado extremo e a sua eficácia foi uma eficácia que deve ser reconhecida por todos.

Mas, se me permite Sr. Deputado Costa Pereira, o que o Sr. Deputado acabou de dizer foi desmentir totalmente o comunicado da JSD. O que o Sr. Deputado acabou de dizer é que havia dúvidas, mas depois de consultados os juristas - e não precisaria de consultar juristas, bastaria consultar a separata da Assembleia da República sobre este mesmo diploma, porque tem aqui a contagem do tempo da audição e os 20 dias como eram contados para chegar à conclusão dessa contagem, o que quero dizer é que a conclusão deste processo é simples - chegámos à conclusão que efetivamente, sem qualquer dúvida jurídica, este diploma podia ser, como está a ser, discutido e aprovado hoje.

Deputado José San-Bento (*PS*): Exatamente!

O Orador: Portanto, não havia nenhum erro grave, não havia nenhuma má contagem de tempo, não havia nada com consequências nefastas para os funcionários públicos açorianos,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Exatamente!

O Orador: ...como disse a JSD e como teve a oportunidade de fazer o comunicado a JSD.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, a abordagem que fiz na intervenção anterior não é de maneira nenhuma para questionar em nada o trabalho que considero que foi perfeito do Sr. Presidente da Comissão e da comissão,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...um trabalho responsável, um trabalho sério e um trabalho que pôs o interesse da Região em primeiro lugar. Isso que fique bem registado, mas também os factos,...

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

O Orador: ...porque a verdade vem sempre ao de cima, que ficaram revelados é que afinal tínhamos razão quando dizíamos que este diploma podia e devia ser discutido e aprovado hoje, como se está a verificar, e que quem disse que o diploma tinha erros graves, que tinha consequências nefastas para os funcionários públicos açorianos e que não sabíamos contar 20 dias, infelizmente, não tinha razão.

Foi apenas a isso que me quis referir e é apenas isso que gostaria de deixar ficar aqui registado.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Costa Pereira pede a palavra para?

Deputado Costa Pereira (PSD): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Se quiser, pode ser.

É só para dizer (não tenho nada para interpelar a Mesa), para prestar um esclarecimento.

Estou aqui a prestar um esclarecimento na qualidade de presidente da comissão e como o Sr. Deputado San-Bento compreenderá, a interpretação do Partido Socialista/Açores, e a sua interpretação pessoal que me foi comunicada na comissão, não é essa interpretação que faz andar a comissão. A gente tinha pedido, com o acordo da Sra. Presidente, um parecer aos serviços jurídicos. O

senhor tem direito às suas opiniões, mas a comissão e os serviços da Assembleia tiveram que aguardar pelo parecer jurídico que me foi enviado pela Sra. Presidente no dia 2 de julho.

Portanto, a comissão teria que trabalhar era em função dos pareceres que a Assembleia realizou.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Quanto a comunicados e desenvolvimentos partidários, Srs. Deputados, eu estou a falar na posição e na qualidade de Presidente da Comissão de Política Geral e sobre essas questões partidárias, vão-me desculpar, mas não me pronuncio.

Deputado José San-Bento (PS): Está explicado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Peça um intervalo regimental!

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Oh Sr. Deputado Aníbal Pires, tenho uma pergunta para fazer. Posso? Não sei!

A questão é a seguinte. Não, Sr. Deputado San-Bento! A história está mal contada.

Sr. Vice-Presidente não se vá embora que tenho uma pergunta para lhe fazer e isto é a última intervenção. Já só tenho dois minutos. Espere um bocadinho.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu vou esforçar-me!

O Orador: Só para dizer-lhe aqui o seguinte. Só um bocadinho!

Primeira coisa: contar bem a história. Olhe bem que não estou a comer nenhuma palavra. Chamo só a atenção para o seguinte. Dizia o Sr. Deputado San-Bento: “Neste momento não há ainda conhecimento em relação àquilo que terá de ser o orçamento rectificativo do nosso país.”

Deputado José San-Bento (PS): Eu já expliquei isso!

O Orador: O senhor disse isto, desculpe!

Depois o Sr. Deputado Artur Lima diz num aparte: “Não tem nada uma coisa a ver com a outra.” Diz ele com toda a razão. E o senhor disse: “Que permite ter o conhecimento rigoroso das medidas que têm que ser tomadas.”

Portanto, Sr. Deputado San-Bento, o senhor nesta matéria andou completamente à nora, andou completamente perdido.

Não acrescentei uma única vírgula.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado, não diga isso!

Deputado Berto Messias (PS): Isso já foi explicado!

O Orador: Depois para terminar o seguinte, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Deputado San-Bento por um momento duvidou de si,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É legítimo. A dúvida faz bem! A dúvida pode ser muito construtiva!

O Orador: ...porque disse: “Bom, é preciso um orçamento retificativo. Esta história da sustentabilidade alicerçada no rigor, transparência, finanças, tal e tal, etc., etc., isto afinal pode não ser bem assim.” Duvidou de V. Exa. e da sua capacidade.

Peço ao Sr. Vice-Presidente que me explique aqui quais são as suas contas?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu vou explicar!

O Orador: Quero que me explique porque acredito na sua capacidade, ao contrário do Sr. Deputado San-Bento que duvidou e que achava que era preciso um orçamento retificativo do país, um orçamento retificativo dos Açores, etc., etc.

Então, Sr. Vice-Presidente, explique lá detalhadamente como é que faz?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tão detalhadamente quanto os dois minutos que tenho e a necessidade que tenho de ir ali fora, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): É uma falta de nível nesta casa! Se o meu filho fizesse isso na escola, eu agradecia ao professor que me chamasse!

Um Vice-Presidente do Governo Regional?! É inacreditável!

O Orador: ...gostaria de lhe dizer qual é o enquadramento que existe sobre esta matéria essencial.

Efetivamente neste ano de 2013 houve, provavelmente por razões justificáveis, um atraso por parte do Governo da República na informação do apuramento final do montante do IVA da Região em relação ao ano de 2012.

Como sabem, no âmbito do orçamento da portaria que regulamenta a transferência do IVA, o IVA transferido em relação a um ano é apenas um valor provisório que resulta de médias de anos anteriores. O apuramento final é feito no mês de maio do ano seguinte,...

Deputado José San-Bento (PS): Percebeu agora?

O Orador: ...onde se o valor efetivamente gerado no ano anterior for superior, há um aumento de transferências; se foi inferior, há uma redução de transferências.

Esse elemento era essencial para a Região saber se necessitava ou não de um orçamento retificativo para o pagamento do subsídio de férias, porque havia duas maneiras: mais despesa; logo se não houvesse mais receita que não estava prevista no orçamento teríamos que reduzir noutra despesa para ser contrapartida desta. Para isso precisávamos de saber efetivamente qual era a receita que contávamos em 2013 e o IVA tem um valor decisivo, são cerca de 20% da receita da Região, e este apuramento que é feito normalmente em maio, que é comunicado por lei em maio, era fundamental para saber se a receita efetivamente gerada em 2012 de IVA era superior ao valor que nós tínhamos e aí teríamos mais receita do que as que estavam previstas e podíamos acomodar este aumento da despesa com esta receita; ou não sendo, até podia ser inferior, teríamos que ter uma opção que era cortar o plano de investimentos, reduzir noutras despesas para ter como contrapartida esta.

O problema é que, por questões com certeza justificáveis, o Governo da República não nos comunicou em maio este valor e só nos comunicou em

junho, depois de muitas insistências, quase no final de junho. Aliás, comunicou-nos dois dias antes da comunicação que tive oportunidade de fazer aqui a anunciar, felizmente, uma boa notícia para os Açores e para os açorianos, que o IVA efetivamente gerado em 2012 na Região era e foi...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ...muito superior ao que tinha sido efetivamente transferido, logo iríamos ter um aumento de receita de IVA em 2013 face a isto. Por isso, era possível acomodar o aumento dos 22 milhões de euros de despesa decorrente do subsídio de férias não cortando na despesa, mas através de um aumento de receita e nesse sentido não era necessário (e isso só se soube no final de junho, meados de junho), do ponto de vista orçamental nesse processamento, fazer esse movimento entre as rúbricas da despesa, porque derivava de um aumento da receita.

É essa a justificação e penso que é perfeitamente compreensível, Sr. Deputado. Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sras. e Srs. Deputados não havendo mais inscrições, vamos passar à votação. Começamos pela votação na generalidade.

Vamos votar, Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A Mesa não recebeu quaisquer propostas de alteração a este artigo. Vou colocar à votação em conjunto os 5 artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para uma declaração de voto?

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Uma declaração muito rápida.

Votei favoravelmente esta iniciativa. Não me revejo e considero que não é verdade aquilo que está escrito no segundo parágrafo da proposta.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Outra vez?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor já disse isso!

Presidente: Não havendo mais inscrições entramos agora no ponto 14 da Agenda: **Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2013, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao “Regime Jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas”.**

Como sabem esta matéria foi objeto de veto por parte do Sr. Representante da República, pelo que hoje iremos reapreciar o diploma ao abrigo dos artigos 142.º e 143.º do nosso Regimento.

No debate na generalidade intervém por um período de 10 minutos e por uma única vez o autor da iniciativa e um Deputado por cada Grupo ou Representação Parlamentar.

Quanto ao debate e votação na especialidade, ela incidirá apenas sobre a proposta de alteração à norma que foi considerada inconstitucional e não haverá votação final global, uma vez que este diploma já foi aprovado pela Assembleia.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação na generalidade, à confirmação deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É a confirmação do diploma, da reapreciação do diploma.

Secretária: A reapreciação do diploma anunciado foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A proposta de alteração ao n.º 1, do artigo 10.º, que foi a norma considerada inconstitucional, que foi aprovada na Comissão dos Assuntos Sociais, foi subscrita por um grupo de deputados e é agora essa proposta de alteração que votamos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 15 da Agenda.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: O Sr. Deputado já fez um pedido de intervalo hoje.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já!? Peço desculpa, tinha-me esquecido.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires também já fez um pedido de intervalo hoje.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, como sabe, estamos excecionalmente a trabalhar depois das 20 horas. **Presidente:** Sim.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Não, não! Até amanhã não! O nosso dia acabava às 20 horas.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: O PCP pede encarecidamente um intervalo regimental de 10 ou 15 minutos.

Presidente: Dez minutos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eram 22 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, entramos no ponto 15 da Agenda: **Pedido de urgência sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/X – “Define a forma de registo de tempos de trabalho e as condições de publicidade de horário de trabalho dos trabalhadores afetos à exploração de veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região Autónoma dos Açores”.**

Eram 23 horas e 08 minutos.

Segundo o artigo 146.º do Regimento o requerente pode usar da palavra até 10 minutos, assim como um representante de cada um dos partidos.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para justificar a urgência.

Sr. Vice-Presidente, quer justificar a urgência deste diploma? Então tem a palavra, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo dos Açores, nos termos do n.º1, do artigo 146.º e da alínea a), n.º1, do artigo 147.º do Regimento desta Assembleia, solicita a urgência e a redução do prazo de análise desta proposta de Decreto Legislativo Regional, que define a forma de registo do tempo de trabalho e as condições de publicidade de horário de trabalho dos trabalhadores afetos à exploração e veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região.

O pedido de urgência e de redução do prazo na análise da comissão prende-se com a necessidade de implementar o mais rapidamente possível um regime há

muito ansiado, quer pelos empresários, quer por trabalhadores que elimine um conjunto de procedimentos burocráticos, desajustados da nossa realidade regional, arquipelágica e ultraperiférica.

A legislação atual obriga as empresas de transporte rodoviário à aquisição de um livrete por trabalhador e ao seu envio para a Inspeção Regional de Trabalho a cada dois meses e cujo preenchimento se reveste de grande complexidade, originando pesados custos para as empresas.

Com esta proposta o registo de tempos de trabalho dos trabalhadores passará a ser feito nos termos do artigo 202.º do Código de Trabalho e a publicidade dos horários de trabalho através do mapa de horário de trabalho com os elementos constantes no artigo 215.º do Código de Trabalho, ou seja, o horário passará a estar afixado no estabelecimento e a estar disponível em cada veículo ao qual ao trabalhador esteja afeto.

Com este diploma visa-se também disciplinar a mesma matéria no que aos trabalhadores independentes diz respeito, aproximando os dois regimes na linha do que tem sido feito, quer pelo legislador comunitário, quer pelo legislador nacional, ao nível das atividades móveis de transporte rodoviário.

Assim, com este regime, sem colocar em causa a segurança dos motoristas, estamos a desonerar mais uma vez as nossas empresas regionais e a adequar a nossa realidade insular e a adequar à nossa realidade insular o regime legal em vigor, cuja aplicação se tem mostrado desajustada.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Uma intervenção muito breve apenas para registar a oportunidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional trazida a esta casa pelo Governo da Região Autónoma dos Açores e a pertinência tem a ver com o facto não só da complexidade acabada de referir pelo Sr. Vice-Presidente, mas também pelo facto da nossa realidade geográfica, arquipelágica e de ilhas de pequena

dimensão ou de dimensão reduzida, fazendo um pouco jus àquilo que comumente se diz “ a ilha acaba já ali.”

Portanto, justifica-se esta alteração pelo facto das distâncias percorridas pelos condutores destes veículos serem distâncias bastante mais reduzidas do que aquelas que acontecem no espaço continental.

Portanto, o PSD votará favoravelmente a urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Descerá o diploma à comissão para a respetiva apreciação.

Passamos então para o ponto 16, **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 7/X – “Aumento da retribuição mínima mensal garantida”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva para justificar a urgência.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A urgência deste diploma advém do facto do salário mínimo nacional estar congelado desde o ano 2011, portanto, advém do seu baixo valor e também do facto de não ter sido cumprido pelo Governo da República o acordo que foi efetuado, quer com as confederações sindicais, quer com as confederações patronais e também pelo facto, como já referi, do salário mínimo ser muito baixo e de haver cada vez mais trabalhadores pobres em Portugal.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, então podemos passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Aprovada a urgência, dou então a palavra à Sra. Deputada Graça Silva para a apresentação do diploma.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

O salário mínimo nacional, ou retribuição mínima mensal garantida como é agora designado, foi uma conquista dos trabalhadores portugueses, consagrada logo após o 25 de abril de 1974, sendo por isso visto como uma das conquistas da liberdade, democracia e dignidade dos trabalhadores.

Aquando da sua implementação, o salário mínimo nacional constituiu uma significativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores que por ele foram abrangidos.

Acontece que, ao longo dos 39 anos de vigência, o salário mínimo foi perdendo valor, quer por via do aumento do custo de vida e da não atualização de acordo com a inflação anual, quer por via da excessiva austeridade imposta pelo governo da República, com o conseqüente prejuízo para os trabalhadores. O atual salário mínimo vale menos do que o salário mínimo criado em 1974. Muitos dos trabalhadores que auferem o salário mínimo, em Portugal, só sobrevivem graças à ajuda de familiares.

Atualmente, o valor do salário mínimo nacional é de 485 € por mês e está isento de IRS mas, após um desconto de 11% para a Segurança Social, no caso dos trabalhadores do sector privado, e de 12,5%, no caso dos trabalhadores do sector público, o valor líquido que os trabalhadores levam para casa, não vai além dos 431,65€ e 424,37€, respetivamente.

Com o aumento do custo de vida, a manutenção deste valor baixo gerou um crescimento exponencial do número de trabalhadores pobres em Portugal.

Segundo dados recentes do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e Emprego são mais de seiscentas mil pessoas que, em Portugal, auferem o salário mínimo nacional. Em 2007 eram pouco mais que trezentas mil. O que comprova a realidade de baixos salários predominante no nosso país,

causa de enormes desigualdades sociais que não cessam de aumentar. Um em cada dez trabalhadores vive abaixo do limiar da pobreza.

Vejamos, em 2010, o limiar da pobreza foi definido nos 434€. Se considerarmos este valor isto significa que um trabalhador que recebe o salário mínimo nacional vive com rendimentos abaixo do limiar da pobreza.

Uma situação em que o exercício de uma profissão e o acesso ao emprego não permite escapar à pobreza não é admissível na Europa do século XXI.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: A pobreza viola a dignidade da pessoa humana e impede o exercício da liberdade. Num tempo em que se acentuam as desigualdades, o salário mínimo é um garante basilar de combate à pobreza, de exercício da cidadania, de coesão social e de proteção dos trabalhadores.

Em 2006, o Governo português e as confederações sindicais e patronais acordaram em sede de concertação social que, em 2011, o salário mínimo chegaria aos 500€. Todavia, aos primeiros sinais de crise, esse acordo foi violado e o salário mínimo ficou congelado desde então. Este incumprimento tem sido mantido, num contexto em que o seu valor está longe do que é preconizado na Carta Social Europeia, subscrita pelo Estado português, que estabelece que o salário mínimo líquido deve ser 60% do salário médio. Se essa fosse a referência a cumprir, o salário mínimo ultrapassaria, em muito, os 500 euros. Se a referência fosse a inflação e a atualização tivesse acompanhado a inflação, o valor da remuneração mínima teria atingido em 2013 os 533€.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Aumentar o salário mínimo é uma necessidade para a dinamização do mercado interno devastado pela crise e para a recuperação económica do país. Tendo um impacto direto na economia, visto que esse aumento de rendimento vai ser utilizado em bens e serviços que criam emprego.

É uma medida economicamente sensata. O seu aumento terá impacto na remuneração de centenas de milhares de trabalhadores, tendo por isso um impacto muito importante na situação social do país. É um fator decisivo para uma justa distribuição da riqueza criada, é igualmente um elemento decisivo

para a recuperação económica e para a dinamização da procura interna, porque canaliza a circulação de dinheiro para a população com maior probabilidade de gastar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Aumentar o salário mínimo é, por isso, uma questão de respeito que simultaneamente considera a economia, a justiça, os direitos humanos e a democracia.

Como diz o texto do Concílio Vaticano II, o Apostolado dos Leigos: “satisfaçam-se antes de mais as exigências da justiça, nem se ofereça como dom da caridade aquilo que já é devido a título de justiça; suprimam-se as causas dos males, e não apenas os seus efeitos”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: O aumento do salário mínimo é isso mesmo: uma questão elementar de justiça. É uma exigência do combate à pobreza, para salvaguardar as pessoas que se veem privadas de exercer a sua plena cidadania e dignidade!

Disse.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Devo dizer que da parte do PSD/Açores existe a identificação com muitos dos argumentos que foram apresentados pela Sra. Deputada Graça Silva agora na sua intervenção. Obviamente que consideramos, aliás, como ainda o dissemos creio que há 2 dias (a esta hora da noite já não consigo precisar se foi bem há 2 dias, creio que foi na quarta feira passada), quando aqui discutimos uma iniciativa do Bloco de Esquerda, afirmámos que éramos obviamente

(claramente) sensíveis e favoráveis a um aumento do rendimento por parte das classes de rendimento mais reduzido, como são aquelas que são remuneradas pela remuneração mínima mensal garantida e que disso temos vindo a dar nota, designadamente junto das organizações sindicais, quando com elas temos mantido encontros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, disso não temos dúvidas. É esse o nosso propósito, é esse o nosso interesse, mas temos que atender à questão da oportunidade.

Aquilo que este momento nos diz (e diz-nos, vou falar – peço-lhe desculpa – exclusivamente sobre a Região, mas seria extensivo também ao resto do país, mas concretamente na Região, esta é a Assembleia da Região Autónoma dos Açores), aquilo que sabemos, é que as empresas e a situação económica que se vive hoje em dia é, como sabemos, extremamente difícil.

As empresas estão a passar por um momento de grandes dificuldades e aquilo que verdadeiramente se coloca em relação às empresas, a grande questão que se coloca em relação às empresas, é a necessidade de não serem pressionadas nos seus custos para se poderem sustentar. A sustentabilidade das empresas passa em grande medida pela economia de custos, pela capacidade de conter custos, para que consigam passar por uma situação de enormes dificuldades por que estão a viver hoje em dia.

Há muitas empresas, há milhares de empresas, que tentam apenas sobreviver, muitas delas em situação de manifesto desespero e por isso aumentar os custos (e relativamente à questão que estão a falar) das empresas com o fator trabalho seria, em relação a essas mesmas empresa, dar um tiro, diria que eventualmente letal, na sua capacidade de sustentação, que é uma capacidade aliás muito estreita, uma capacidade muito curta que existe nestes tempos difíceis que estamos a viver e que as empresas, obviamente, não fogem à situação vivida por nós todos.

Ora isso significaria pressionar os custos das empresas e pressionar os custos com o fator trabalho. Em relação às empresas significaria que estas mesmas empresas tentariam compensar o aumento de custos, decorrente no caso

concreto desta iniciativa do aumento do salário mínimo nacional, – aquelas que o conseguissem – com a diminuição dos seus efetivos e em alguns casos (eventualmente a larguíssima maioria dessas empresas, designadamente em setores que são aqueles setores que mais têm contribuído para o aumento do desemprego nos anos mais recentes) pura e simplesmente haveria uma grande tendência para o encerramento de muitas e muitas empresas, como tem acontecido tanto ao longo dos últimos anos e dos meses mais recentes, que tem conduzido ao número extraordinariamente preocupante que temos de desempregados hoje em dia e que atinge, como todos sabemos, em termos dos números oficiais, os 20 mil desempregados na Região Autónoma dos Açores.

A tendência, portanto, a ser aprovada esta iniciativa, no entender no PSD/Açores, seria a colocação na situação de desemprego de mais açorianos. Abria a tendência para que mais açorianos engrossassem a fileira do desemprego e se juntassem aos 20 mil que neste momento já vivem uma situação tão difícil na Região Autónoma dos Açores o que, obviamente, julgo ser uma questão que preocupa o PSD/Açores, naturalmente, mas preocupa todos os partidos representados nesta câmara.

O PSD/Açores não quer isso. O PSD/Açores recusa-se a alimentar o desemprego nos Açores. Pretendia e pretende, como deu conta aos sindicatos, melhorar as condições remuneratórias, as condições de rendimento dos açorianos, designadamente aqueles que estão numa situação mais debilitada e que estão com rendimentos mais baixos, designadamente aqueles que vencem ao nível do salário mínimo nacional, no caso concreto da Região acrescido do acréscimo que todos conhecemos. Mas o momento, no entender do PSD/Açores, não é este. Esperemos que algo se altere e que seja possível, no mais curto espaço de tempo, tornar possível uma medida deste género que seguramente vai ser extremamente proveitosa para os açorianos que estão inseridos nestas classes de rendimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se esperamos que o seja rapidamente, também somos realistas e entendemos que este não é, obviamente, o momento. Este é o momento em que

isso seria desastroso para as empresas e que dos 20 mil açorianos provavelmente, num curto espaço de tempo, teríamos uma fileira de desemprego substancialmente mais forte e substancialmente mais preocupante e por isso, em coerência com o que fizemos (em total coerência com o que fizemos) em outubro de 2011 e em abril de 2013, com duas iniciativas apresentadas pelo PCP, em coerência com o que fizemos há cerca de 3 semanas quando surgiu para parecer desta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Anteposta de Lei à qual demos parecer, em coerência com o que fizemos quarta-feira passada em função do duplo objetivo que existia na iniciativa, no projeto de resolução do Bloco de Esquerda, em que uma das componentes era esta, era neste domínio,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não era esta!

O Orador: Não! Não era esta! Não estou a dizer que era esta,... **Deputada Zuraida Soares (BE):** Ah!

O Orador: ...estou a dizer que tinha os mesmos efeitos nas empresas.

...em que havia uma outra com a qual concordávamos, que seguia a nossa linha de pensamento relativamente ao complemento regional de pensão e que só por esse motivo levou a uma abstenção, digamos assim, como uma média do contra da componente da remuneração mínima mensal garantida, com o a favor discutível ao nível da dimensão relativamente ao complemento regional de pensão, ou seja, em coerência total com o que fizemos ao longo de 4 situações ocorridas nesta Assembleia desde abril de 2011, não vamos votar favoravelmente a iniciativa aqui apresentada pelo Partido Socialista e votaremos contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Às 11 e meia da noite o Bloco de Esquerda não vai (eu não vou) rir e ter aqui a discussão que tivemos há 2 dias onde penso que ficaram bem claras as

divergências, aquilo que nos distingue, digamos assim, e aquilo que nos diferencia.

Agora há uma coisa que eu tenho que rir e está relativamente à discussão e às apreciações que eu própria fiz aqui há 2 dias.

Este documento, esta Anteposta de Lei da iniciativa do Partido Socialista que propõe o aumento do salário mínimo nacional, quando aqui na Região se recusa a aumentar o complemento regional ao salário mínimo nacional, vai ser votada favoravelmente...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é isso. Não há complemento regional!

A Oradora: Lá vem o Sr. Vice-Presidente com a semiótica! O senhor anda com uma obsessão relativamente... É acréscimo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): As coisas são como são!

A Oradora: Oh, meu Deus! É acréscimo.

Isto que aqui está, Sras. e Srs. Deputados, é um monumento à hipocrisia política, ao cinismo político, à incoerência política do Partido Socialista dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Não tenho a mínima dúvida em afirmá-lo.

Agora, a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras açorianas e já agora a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do continente e da Madeira merecem o total respeito.

Portanto, o Bloco de Esquerda votará a favor deste monumento de hipocrisia.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Vice-Presidente:

Ora muito bem.

Quero começar esta intervenção por saudar o PSD, a coerência do PSD, relativamente a esta matéria. De facto, o PSD considera que manter os portugueses e os açorianos na pobreza é que é bom para o desenvolvimento do país. É a opção do PSD, de qualquer forma foi uma posição coerente relativamente a esta matéria.

Deputado António Marinho (PSD): E é a sua conclusão às 11 e meia da noite!

O Orador: O mesmo não posso dizer do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque de facto recusam, têm vindo a recusar, sistematicamente o aumento ao acréscimo ao salário mínimo nacional e têm-no vindo a fazer justificando com isto que hoje apresentam aqui, que é com a necessidade de aumentar o salário mínimo nacional.

Pois muito bem! Sem querer repetir aquilo que foi a argumentação desta semana e que aqui foi referida pela Deputada Zuraída Soares, não posso deixar de dizer o seguinte: é bom que nos lembremos que quem rompeu o acordo da concertação social foi José Sócrates.

Mais! Que em janeiro de 2011 até pediu na Assembleia da República uma ponderação até maio desse ano para rever as questões relacionadas com o compromisso que tinha sido assumido na Assembleia da República. Mas a verdade é que acabou por ser rompido o acordo e posteriormente não reprovou, mas não aprovou, as iniciativas do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português que em janeiro deste ano foram apresentadas na Assembleia da República. Dizia o Deputado do Partido Socialista, o Deputado Nuno Sá, que esta matéria, isto é, o aumento (para justificar uma abstenção,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Violenta!

O Orador: ...que eventualmente terá sido violentíssima)...

Deputada Zuraída Soares (BE): Violentíssima!

O Orador: Dizia então o Deputado Nuno Sá, no plenário da Assembleia da República que, e cito: “Esta matéria deve ser discutida com seriedade e serenidade no espaço próprio que é o da concertação social.”

Deputada Zuraída Soares (BE): Onde é que eu já ouvi isso? Eu já ouvi isso várias vezes!

O Orador: Já? Eu também já ouvi várias vezes.

Isto foi a posição do Partido Socialista, pela voz do Deputado Nuno Sá, na Assembleia da República, possivelmente esquecendo-se do facto de que o seu próprio partido tinha rasgado um compromisso assumido em sede de concertação social, que previa um aumento gradual do salário mínimo nacional e que se isso tivesse acontecido possivelmente o PCP não teria dado entrada num diploma que propunha o acréscimo regional ao salário mínimo nacional para repor exatamente...

Deputada Zuraida Soares (BE): Disse bem! O Sr. Vice-Presidente fica nervoso!

O Orador: ...aquilo que tinha sido concertado.

Pois bem, esta tem sido a justificação do PS e o PS hoje vem dar corpo a esta falácia, Sra. Deputada Graça Silva, a esta falácia!

Deputado Berto Messias (PS): Não me diga que vai votar a favor de uma falácia?!

Deputada Zuraida Soares (BE): Vamos! Estão trabalhadores! Estão pessoas! Nem que fosse só uma!

O Orador: E além de ser uma falácia é de facto um monumental exercício de cinismo e hipocrisia política. É efetivamente!

É, por quê?

Porque o Partido Socialista, aliás basta ouvir as declarações do seu líder nacional, António José Seguro, a primeira coisa que fez face a esta crise política que está a atravessar o país (não sei se é crise, se o que é, também já não sei muito bem como é que hei de adjectivar aquela coisa) foi descansar a Troika,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ...que os compromissos eram para ser compromissos. Pois, é que nos compromissos está lá que este salário não é para aumentar. Este salário não é para aumentar! O Partido Socialista dos Açores sabe isso muito bem. O Partido Socialista dos Açores, Sra. Deputada Graça Silva, sabe isso muito bem, por isso é que isto é uma falácia, porque isto é enganar as açorianas e os

açorianos e não foi por acaso que o seu Grupo Parlamentar a pôs naquela tribuna. Não foi por acaso! Foi a Sra. Deputada e não foi outro Deputado.

Agora parece-me é que as trabalhadoras e os trabalhadores açorianos já não vão bem atrás da sua palavra, porque a senhora sentou-se do lado errado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isso é ciúme!

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas que ciumeira é essa! Que revanchismo é esse?

O Orador: Diga? Está muito à direita, não é verdade?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não me diga que o Sr. Deputado Rogério Veiros está à sua esquerda!

O Orador: Está à minha direita. O senhor não está também à minha direita? Qual é o seu problema?

De facto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista serve-se da Deputada Graça Silva, dirigente sindical do movimento sindical unitário na Região, para vir aqui justificar o injustificável. Ou melhor, para defender esta monstruosidade, este exercício de hipocrisia e cinismo político. Porque Vs. Exas. sabem muito bem...

Eu gostava de saber se algum dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Sr. Vice-Presidente têm alguma garantia de que o Partido Socialista votará esta Anteproposta de Lei?

Deputado José San-Bento (*PS*): Até Passos Coelho é que é contra!

O Orador: Têm alguma certeza?

Tenho as minhas dúvidas, porque estou convencido que o CDS-PP até votará, pelo menos é o que consta por aí.

Agora o Partido Socialista na República?!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Abstêm-se!

O Orador: Tenho as minhas dúvidas! Deve ser mais uma daquelas abstenções violentas do Tó Zé, do António José Seguro, peço desculpa. Nós conhecemo-nos há muito e foi apenas aqui um pequeno...

Deputado José San-Bento (*PS*): Estiveram juntos na tropa!

O Orador: Exatamente. Lá para os lados de Penamacor.

Deputado José San-Bento (PS): Boa terra!

O Orador: Ah pois é!

Portanto, será com certeza uma daquelas (não sei se será com a cadeira, ou com qualquer coisa) abstenções violentas.

Vs. Exas. não brinquem com a vida das pessoas.

Deputado José San-Bento (PS): Mas quem é que está a brincar?

O Orador: Aumentem o acréscimo regional ao salário mínimo nacional. Aumentem-no! Ajudem com isso não só os trabalhadores, mas ajudem as empresas, porque esta medida, ao contrário do que diz o PSD, é para ajudar a economia, é para ajudar os cidadãos, é para ajudar o povo açoriano e é para ajudar as empresas sim senhor. Tenham essa coragem e não transponham responsabilidades que são nossas para um órgão que nós sabemos que está muito distante de nós, que até nem nos compreende e nós é que temos essa obrigação. Tenham essa coragem e a Sra. Deputada Graça Silva tenha cuidado com as intervenções que faz e com os papéis que faz nesta Assembleia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Em relação à posição do PSD, pois a mim não me admira nada, até porque o PSD na República acaba de aprovar um diploma que reduz em 2,5 os salários dos trabalhadores da administração pública, por isso não me admira que tome esta posição aqui.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas olhe que a sua posição às vezes admira-me, Sra. Deputada!

A Oradora: Em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares e ao Sr. Deputado Aníbal Pires dizer que aqui não há nenhuma incoerência, até porque o Partido Socialista, quer em campanha eleitoral, quer o seu Governo, tem defendido sempre o aumento do salário mínimo nacional...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois!

A Oradora: ...e também o Partido Socialista na República.

Dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que o senhor esqueceu-se, quando citou o Deputado Nuno Sá,...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): E o Eng.º Sócrates?

A Oradora: ...de acrescentar que ele tinha dito que foi o Partido Socialista que permitiu o histórico aumento do salário mínimo nacional em mais de 20%,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: ...de 385 € para 485 €. É esta a verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tem vergonha de referir isso?

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que devia ter vergonha de não ter referido isso!

A Oradora: Outra coisa Sr. Deputado Aníbal Pires. Quando o senhor diz não brinquem com as pessoas nem com os trabalhadores e as trabalhadoras açorianas, dizer, Sr. Deputado, que o Partido Socialista para fazer esta proposta reuniu com as confederações sindicais na Região...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: ...e foram as próprias confederações sindicais que deram a sua concordância a esta proposta do Partido Socialista, inclusive a CGTP disse, em duas reuniões que teve connosco, que retiraria a sua proposta de aumento do acréscimo de salário mínimo nacional caso o salário mínimo nacional fosse aumentado.

Deputado José Ávila (PS): Boa!

A Oradora: Só lembrar mais uma questão.

Em relação à proposta do Partido Comunista Português nesta Assembleia de aumentar o acréscimo de 5% para 7,5%, dizer que o salário mínimo na Região iria situar-se, caso tivesse sido aprovada, em 521,75 €.

A proposta do Bloco de Esquerda poria o salário mínimo na Região, com o acréscimo, em 519,25 €.

A proposta do Partido Socialista põe o salário mínimo na Região em 525 €.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quanto, Sra. Deputada?

Quando houver um aumento a nível nacional! Seja séria!

A Oradora: Se tiver um aumento mínimo para os 500 €.

Se tiver um aumento mínimo para os 500 € ficará nos 525 €.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Que nervosismo é esse da esquerda?

Deputada Zuraída Soares (BE): Nervosismo? Seja séria! Tem que dizer que os trabalhadores nos Açores vão ter que esperar pelos aumentos na República!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Vice-Presidente:

A esquerda está agitada,...

Deputada Zuraída Soares (BE): A direita está calma!

O Orador: A direita está calma, calma como sempre!

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso no nosso país é bom!

O Orador: Calma e serena! O povo é sereno!

...mas deixe-me dizer-lhe o seguinte.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A monarquia já é direita?

O Orador: Deixe lá a monarquia.

Em relação a esta questão a Sra. Deputada Zuraída Soares chamou a esta iniciativa do Partido Socialista um monumento à hipocrisia. Foi e eu concordo consigo.

Deputado Berto Messias (PS): Mas vai votar a favor!

O Orador: Concordo consigo, porque considero que de facto esta proposta foi distribuída quando a sua proposta estava a ser discutida. Portanto, tratou-se de uma manobra para de alguma forma apequenar a proposta que o Bloco de Esquerda colocou em discussão neste Parlamento. É preciso que isso se lembre.

É de facto uma daquelas manobras, do ponto de vista parlamentar, que demonstra a forma completamente artificial e cínica, citando também o Sr. Deputado Aníbal Pires, como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista abordou esta questão. É indesmentível!

É indesmentível que esta iniciativa do Partido Socialista nasce da necessidade do Partido Socialista, de alguma forma, tentar diminuir, fragilizar a proposta do Bloco de Esquerda, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E as iniciativas passadas e futuras!

O Orador: ...porque não queria aprovar a proposta do Bloco de Esquerda e então o que é que decidiu fazer?

Decidiu fazer uma coisa que não pode fazer. Aqui poderia decidir e isso tinha efeitos concretos. O que é que decidiu fazer?

“Vamos mandar isto para a República.”

Deputado Ricardo Cabral (PS): E acha bem ou mal?

O Orador: Portanto, apresenta a proposta e a partir daí um conjunto de argumentos que ...

Deputada Zuraída Soares (BE): A República chumba e aqui ninguém tem culpa!

O Orador: A República chumba, vamos ver!

Em relação a esta questão o Partido Socialista deixou cair os argumentos que desenvolveu. Vamos ver o seguinte.

Deputado Berto Messias (PS): O PPM vai influenciar a posição na Assembleia da República!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, não sei se o PPM vai influenciar ou não vai influenciar, agora digo-lhe uma coisa: se há alguém que não influencia a política portuguesa é o seu secretário-geral, digo-lhe já. Isso tenho a certeza absoluta que o José Seguro não influencia coisíssima nenhuma. Aliás, não só não influencia a política portuguesa, como tenho a convicção que também não influencia o próprio Partido Socialista.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas é mal influenciado!

O Orador: Mas devo dizer-lhe em relação a esta questão o seguinte. Dizia aqui o Sr. Deputado Francisco César – e não vou obviamente classificar ou adjetivar a intervenção do Sr. Deputado Francisco César, porque ele não está aqui, é evidente, nunca o faço – ...

Devo dizer que um dos argumentos que o Sr. Deputado Francisco César avançou foi o seguinte: é que as nossas empresas estão muito fragilizadas, dizia o Sr. Deputado Francisco César. “Estão muito fragilizadas. Isto não se faz.” Disse mesmo: “Isto é uma vergonha que se apresente uma proposta destas, porque até em comparação com as empresas nacionais,...

Deputado José Ávila (PS): Mas diga o resto!

O Orador: ...as empresas regionais ficam muito prejudicadas.”

Eu pergunto: mas Portugal vive no regime mercantilista?

Nós vivemos no regime mercantilista?

Então e as empresas nacionais em comparação com as empresas europeias? E as empresas europeias em comparação com as empresas chinesas?

Portugal vive num mercantilismo completamente isolado da economia internacional.

O que vejo é que o argumento que foi aduzido pelo Partido Socialista, em relação à diminuição da produtividade das empresas, em relação às empresas nacionais, também serve para avançar exatamente com o mesmo argumento para o contexto europeu e internacional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Depende do seu mercado de referência!

O Orador: Porque, meus senhores, sabem que é a verdade, por isso é que a vossa proposta e os vossos argumentos são absolutamente hipócritas.

Deixem que vos diga, para terminar, em relação a esta questão, que considero necessário é que se tenha convicções e a convicção é esta: nós acreditamos que o aumento, que este acréscimo significa que há um aumento da procura e que isso tem um efeito benéfico no mercado e tem um efeito multiplicador na economia regional e nacional? Acreditamos nisso ou não nas atuais circunstâncias?

Acreditamos porque isto pode funcionar. Acreditamos nisso ou não?

Os senhores não acreditam nesse mecanismo neste contexto de crise a nível regional. Então por que é que acreditam a nível nacional?

Então como é que os senhores apresentam exatamente o mesmo argumento, no mesmo contexto social e económico?

Se os senhores acham que isto tem um efeito multiplicador na economia, tem um efeito benéfico na procura (que é muito difícil para quem vive com estes níveis de subsistência que tenha este efeito na procura, mas tudo bem), se os senhores acreditam nisto, (se acreditam nisto), então por que é que desclassificaram o mesmo argumento em relação à discussão que foi feita no âmbito regional?

Meus senhores, em relação a esta matéria são demasiadas contradições, é demasiado cinismo, é demasiado tacticismo por parte do Grupo Parlamentar Socialista. É esta a análise que tenho de fazer à vossa proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

De facto, este plenário tem algumas particularidades. Tem sido profícuo em saídas de Deputados, por exemplo (olho à minha volta), mas também pelos vistos foi profícuo...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é uma crítica interna?

O Orador: Não é uma crítica interna. Deixe-me acabar.

...na chegada tardia de outros Deputados. Hoje ouvi aqui um discurso que não sei como é que não ouvi no dia 10, aquando da discussão do ponto 4, só talvez por ausência da Deputada Graça Silva. Não ouvi o discurso que ela proferiu hoje no dia 10, na discussão do ponto 4.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor está muito inspirado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Acho isto fantástico, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É que nós somos 31!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por isso é que não se entendem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Entendemo-nos e partilhamos os assuntos!

O Orador: ...porque o que se disse aqui hoje aplica-se, sem tirar, nem pôr, ao que se discutiu no dia 10, no ponto 4, na ordem de trabalhos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Qual é a sua leitura sobre as ausências da sua bancada?

O Orador: É a mesma das ausências da bancada do Partido Socialista nesse dia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Diga lá a equivalência!

Deputado Rogério Veiros (PS): Os senhores perderam 2/3!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, há aqui um outro ponto que é preciso ser referido. Nós falamos aqui da competitividade das empresas açorianas e que seria prejudicada efetivamente por um diferencial de mão-de-obra acrescido nos Açores. Sim, concebo, é verdade! Mas estamos a falar de uma pequena parcela de empresas açorianas que concorrem com empresas nacionais. É que seguramente não é o distribuir de gás de uma qualquer freguesia que emprega eventualmente 1 ou 2 funcionários; nem é o café do Carapacho; não é nenhuma destas pequenas e dispersas que são o grosso das empresas e da atividade económica da Região que concorre com qualquer café da Praça do Comércio ou com um distribuidor de gás de Queluz; não é a nossa EDA que concorre, por exemplo, com a EDP ou com outro qualquer dos fornecedores de eletricidade a nível nacional. O problema que se põe é que um aumento de custos para as empresas dos Açores é exatamente igual (se a sua origem é na Horta ou é no Terreiro do Paço, de São Bento, neste caso).

É exatamente igual.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso não se aplica para as empresas de consumo, aplica-se para as empresas de exportação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é verdade! Veja como estão as empresas açorianas!

O Orador: Não é diferente, porque é um aumento de custos, quer seja aprovado em São Bento, quer seja aprovado na Horta, porque o grosso da atividade económica (e é disso que nós estamos a falar), o grosso dos trabalhadores não está empregue em grandes empresas multinacionais nos Açores, nem está empregue em grandes empresas multinacionais no país.

Isso é um mito que é muitas vezes alimentado, mas que não é verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é só exportação. É a substituição de importações.

O Orador: Agora estes aspetos aqui, de facto, as críticas à posição do Partido Socialista que foram aqui feitas e justas na minha opinião, na nossa opinião, que efetivamente...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Na nossa?

O Orador: Na nossa porque eu represento a bancada, apesar de estar aqui sozinho, ainda estou presente e estive presente no dia 10, penso que foi terça-feira, na discussão do ponto 4.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É verdade. Tem razão!

O Orador: Estive presente não só fisicamente, mas também em espírito.

Portanto, esta questão não é nem inocente, nem linear como parece. Às vezes parece-nos que da bancada do Partido Socialista há uma vontade de dizer aos outros que façam aquilo que não querem fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor está aí a portar-se como um herói na defesa dos trabalhadores!

O Orador: É esse aspeto que leva às qualificações de cinismo e a outras qualificações que foram aqui aduzidas e foi por isso que comecei a minha intervenção interrogando-me por que é que a Sra. Deputada Graça Silva tinha estado ausente na discussão do ponto 4, no dia 10.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Tem pouco mais de 1 minuto e meio.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aí está uma boa notícia!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Oh, Sra. Deputada Graça Silva, é claro que se o salário mínimo nacional for aprovado...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É que quando passar da meia-noite pode pedir mais um intervalo!

O Orador: Claro que posso!

...as reivindicações dos trabalhadores açorianos deixam de fazer algum sentido e com certeza que retiram a sua reivindicação. É evidente e é claro para todos quantos estamos aqui que esta estratégia do Partido Socialista visa diminuir as propostas que o Bloco de Esquerda e o PCP aqui têm vindo fazer sobre a questão do rendimento, sobre a questão do aumento do acréscimo ao salário mínimo regional, mas visam matar futuras iniciativas.

Já anunciei que em setembro iria retomar a iniciativa do aumento do acréscimo ao salário mínimo regional.

V. Exa. aquilo que está a fazer em nome do seu Grupo Parlamentar é exatamente a matar esta iniciativa.

Mas eu agora, Sra. Deputada, queria fazer-lhe aqui 2 ou 3 perguntas. Diz o Grupo Parlamentar do Partido Socialista no 4.º parágrafo do preâmbulo ou dos considerandos: “Acontece que ao longo dos 39 anos de vigência da democracia o salário mínimo foi perdendo valor com o conseqüente prejuízo para os trabalhadores.”

Durante estes 39 anos, quantos anos é que o Partido Socialista esteve no poder? Faça as contas e veja de quem é a responsabilidade.

Portugal tem o salário mínimo mais baixo da zona euro. É verdade, sim senhora, e como a senhora sabe,...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ...como a Sra. Deputada Graça Silva sabe,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ouça a Sra. Presidente!

O Orador: ...os trabalhadores açorianos ganham em média quase menos 100 € do que os trabalhadores do continente.

Depois diz aqui que “aos primeiros sinais de crise no nosso país [termino já, Sra. Presidente] as confederações patronais e o Governo suspenderam o acordo assinado na concertação social, ficando o salário mínimo, desde 2011, nos 485 €.”

Qual foi o Governo que fez isto? Qual foi?

Pois vai responder-me.

Vou já terminar, Sra. Presidente.

O mais interessante é este parágrafo que nem eu escreveria melhor, nem eu, nem a Deputada Zuraida Soares.

“Tendo em conta que o motor da economia portuguesa é na verdade a procura interna, verifica-se a consecutiva recusa assumida, desde 2010, da subida do salário mínimo nacional,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Respeite a Sra. Presidente!

O Orador: ...o que significaria um acréscimo de custos marginal na estrutura de custos de qualquer empresa o que apenas promove a recessão e o desemprego.”

Deputada Zuraida Soares (BE): Marginal no continente; aqui adição!

O Orador: Aliás, do ponto de vista estritamente económico...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

...é sabido que um pequeno aumento no ganho de um trabalhador com menores rendimentos tem impacto direto na economia, visto que todo esse aumento de rendimento é utilizado em bens de serviço que criam emprego.

Deputado Berto Messias (PS): Respeite a Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Esta subscrevo inteiramente.

Termino já, Sra. Presidente.

Presidente: Já me disse isso 4 vezes.

O Orador: Se isto não é cinismo e hipocrisia, então eu não sei o que é cinismo e hipocrisia.

Oh, Sra. Deputada!

Obrigado, Sra. Presidente. Peço-lhe imensa desculpa por me ter prolongado e agradeço a sua tolerância.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos na reta final dos nossos trabalhos. Estamos na reta final da nossa primeira sessão legislativa, vamos tentar terminar isto de forma adequada...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito fora da hora regimental!

Presidente: ...e em cumprimento daquilo que tem sido sempre o decorrer dos nossos trabalhos.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, não sabia que reparava tão pouco em mim.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso é um amor não correspondido!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem que pedir desculpas!

Deputado José Ávila (PS): É homem para isso!

A Oradora: Eu estive sempre nesta sala, nunca saí em situação nenhuma, nem em votação nenhuma, mas também fico um pouco, digamos, impressionada com a sua posição e até também com o PSD,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas a gente repara!

Deputado José Ávila (PS): São amigos das empresas!

A Oradora: ...até porque o CDS/PP e o PSD na Madeira aprovaram uma medida idêntica de anteposta para aumento do salário mínimo para 500 €,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ...coisa que os dois partidos na Região não têm a coragem de fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Demos parecer negativo!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Jorge embrulha!

A Oradora: É pena!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é verdade aquilo que o senhor disse que o aumento do acréscimo na Região (e este foi o argumento que o Partido Socialista utilizou) poria as nossas empresas numa situação de fragilidade relativamente às suas congéneres nacionais, mas o mesmo argumento não serve para o âmbito europeu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ai não?

A Oradora: Até porque o salário mínimo, como foi referido pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, português é um dos mais baixos, é o terceiro mais baixo da zona euro, e o salário médio dos salários mínimos na Europa é cerca de 800 € (o salário médio do salário mínimo na Europa, na zona euro).

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a produtividade?

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, este argumento não serve para o âmbito europeu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Serve, serve!

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Deputada Graça Silva está no uso da palavra.

A Oradora: Quanto ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Sr. Deputado, é verdade que os trabalhadores açorianos ganham em média menos do que os trabalhadores nacionais, mas também não é menos verdade que os trabalhadores açorianos têm compensações exatamente por isso, os diversos trabalhadores açorianos, quer no setor privado, quer no setor público, quer os nossos pensionistas. Também ao nível dos impostos há as compensações, quer para as empresas, quer para os trabalhadores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para fazer um protesto por uma incorreção que foi dita pela Deputada Graça Silva.

Presidente: Desculpe, mas não lhe vou dar a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenho que fazer o protesto.

Presidente: Desculpe. Não tem motivo nenhum para fazer um protesto. Peço desculpa, Sr. Deputado. Já lhe demos tolerância na sua última intervenção.

A Sra. Deputada Graça Silva não fez nenhuma afirmação que mereça um protesto da sua parte. Não lhe posso dar a palavra.

Sr. Deputado, peço desculpa, mas não lhe posso dar a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada Graça Silva cometeu uma incorreção e essa incorreção leva a que os trabalhadores açorianos ganhem menos.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Efetivamente, Sra. Deputada Graça Silva, reparar em si ou não reparar não tem nada de pessoal, não tem nada a ver com a sua pessoa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Peça desculpa, seja um cavalheiro!

O Orador: Sei que está cá desde o primeiro dia. Refiro-me à sua ausência política, é que isto é um órgão político e nós aqui discutimos matérias políticas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Oh! Grande cambalhota!

O Orador: ... e discutimos a mesma hoje que discutimos no dia 10. Se isso não ficou claro foi a sua interpretação, foi erro da sua interpretação, não foi erro no meu dizer. Aliás, porque o resto da câmara percebeu, o resto da câmara percebeu perfeitamente e percebeu a que ausência é que me referia, até porque

o discurso que fez hoje (volto a dizer) assentava que nem luva no dia 10 do 7, aquando da aprovação do quarto ponto da nossa agenda. É a essa ausência política que me refiro, não é a mais nenhuma.

Depois, devo aqui dizer que referi os encargos, o facto de ser indiferente às empresas a origem dos encargos,...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade. O senhor sabe que não é verdade. Como é que distingue o mesmo objetivo?

O Orador: ...o acréscimo dos encargos resultar de uma decisão tomada na Horta, ou de uma decisão tomada em São Bento, porque é. Efetivamente o é e o é para a maior parte das empresas e para a maior parte dos empresários dos pequenos, pequeninos, empresários da nossa frágil economia, como dizia alguém da bancada do PS na discussão do ponto 4, da nossa muito frágil economia.

É absolutamente indiferente esse ponto de vista e só relevei esse facto para reforçar algo que já tinha aqui sido dito, que isto é uma hipocrisia da bancada do Partido Socialista de fazer esta proposta e ter rejeitado outras, outras de teor semelhante e que visavam o mesmo objetivo. É uma hipocrisia na medida em que distingue a origem e passa para outros uma decisão que pode ser nossa. Na decisão da proposta do Bloco de Esquerda, se tivesse sido aprovada nesta casa, os trabalhadores teriam o aumento de remuneração e esta decisão que tomamos hoje, mesmo sendo aprovada nesta casa, não garante nada aos trabalhadores. Há uma grande diferença aqui (uma grande diferença!) e essa diferença nós sabemos-la, parece que vós não sabíeis ou não a tiveram em conta na votação. Por isso é que referi, e volto a referir, a sua ausência política até hoje, neste plenário, e ainda foi antes da meia-noite.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Uma intervenção muito rápida. Não pensava vir ao debate outra vez, mas, Sra. Deputada Graça Silva, de facto a Sra. Deputada tem que ser intelectualmente honesta e obviamente as coisas não são assim.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Deputado, não seja assim. Seja educado!

Deputado Pedro Moura (PS): Oh Sr. Deputado!

Deputado Rogério Veiros (PS): A esta hora!

O Orador: Portanto, a Sra. Deputada tem de comparar os diversos fatores e sabe que um dos problemas da economia portuguesa é a produtividade.

Quando a Sra. Deputada fala na comparação e compara salários mínimos e depois não compara a fragilidade que é aquela da economia portuguesa no contexto europeu, que é a produtividade, a Sra. Deputada está a fazer contas de mercearia, obviamente.

Portanto, não tem, em relação a esta matéria, seriedade intelectual. As coisas não são assim.

O que lhe disse é que o argumento do Partido Socialista caiu por terra hoje. O argumento que utilizaram foi a comparação, a diminuição da produtividade e a diminuição também da competitividade das empresas dos Açores em competição com as empresas nacionais.

O que lhes disse é que o mesmíssimo argumento pode ser utilizado no âmbito do contexto europeu, comparando as nossas empresas com as empresas europeias. Por isso, é que vos perguntei se Portugal é um estado que vive no mercantilismo. Foi isso que vos perguntei, porque o vosso argumento é absolutamente falso.

Portanto, os senhores com esta proposta, o que estão a fazer é de facto uma marcação à iniciativa do Bloco de Esquerda. Não é mais do que isto!

Os senhores o que me estão a perguntar é: qual é o seu sentido de voto?

O que vos vou dizer é que o Partido Popular Monárquico é um partido com seriedade e não embarcamos neste género de populismo e de demagogia. Portanto, se os senhores estão à espera que o PPM embarque neste tipo de populismo e de demagogia, não contem connosco. Podem fazer a notícia.

Amanhã, já sei: “Partido Socialista aprovou aumento do salário mínimo nacional”. É esta a notícia e connosco os senhores não contam para este género de demagogia. Não contam!

Deputado Berto Messias (PS): Não disse como é que ia votar, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Não fora a hora tardia e esta escalada de incoerência do Partido Socialista, até poderia ser hilariante...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já está a ser!

A Oradora: ...e se calhar nós estávamos aqui bastante divertidos e agora estamos bastante cansados, porque, reparem bem, Sras. e Srs. Deputados. Há 2 dias, lembro-me como se fosse há 1 minuto, estava ali o Sr. Deputado Francisco César aos gritos e aos pulos, virado para mim, a dizer que era uma vergonha o apresentar aqui uma proposta de aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional (a ver se não ponho outra vez o Sr. Vice-Presidente nervoso)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está certo!

A Oradora: ...por causa das empresas regionais, os imensos custos para as empresas regionais e eu, enfim, um pouco mais baixinho, tentei argumentar que do nosso ponto de vista e de acordo com as análises feitas por todos os especialistas, os grandes custos, os maiores custos das empresas não são os custos com os salários, são os custos com a energia,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas isso depende do setor da atividade económica!

A Oradora: ...com os transportes, com o combustível, com os juros, mas o Sr. Deputado nem quis ouvir. A gritaria era: as nossas empresas não aguentam, porque os custos são insuportáveis.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, pego no corpo deste diploma, deste monumento à hipocrisia do Partido Socialista que propõe o aumento do salário mínimo

nacional e diz assim: “O aumento do salário mínimo nacional significaria um acréscimo de custos marginal na estrutura de custos de qualquer empresa e o seu não aumento apenas promove a recessão e o desemprego.”

Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, não está cá o Deputado Francisco César, mas sou eu que vos digo: tenham vergonha.

Deputados Joaquim Machado (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Só para responder ao Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não vale a pena, Sra. Deputada!

A Oradora: ...e devolver-lhe os insultos de intelectualmente desonesta.

Deputado José Ávila (PS): Já é habitual chamar aos outros!

A Oradora: Foi o que o senhor me chamou.

Até porque o senhor sabe que a produtividade não tem a ver com salários, mas sim com a inovação, principalmente com a inovação e tecnologia das empresas.

Deputado José Avila (PS): Aprenda!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Dizer que alguém é intelectualmente desonesto não é nenhuma ofensa, Sra. Deputada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma constatação!

O Orador: Não é nenhuma ofensa. É uma constatação e no debate político é absolutamente...

Então reparem. Eu ofendo-vos aqui todos os dias, a todas horas, porque isso acontece muitas vezes em relação à vossa bancada.

Sra. Deputada, o que lhe referenciei, o que lhe disse, é que a produtividade (não falei de uma relação direta) é uma das fragilidades que é apontada à economia portuguesa e, evidentemente se aumentar os salários, aumenta a fragilidades das empresas portuguesas. É ou não é verdade?

A mim parece-me que é evidente.

A Sra. Deputada sabe perfeitamente que esta proposta é absolutamente demagógica, porque os argumentos que foram aduzidos são falsos e a Sra. Deputada Zuraida Soares acabou de lhe avançar com mais um.

A Sra. Deputada, na sua proposta, na proposta da sua bancada, o que diz é que é marginal. Então se é marginal, se não tem um impacto significativo, por que é que não o fizeram aqui?

Se é assim tão insignificante, é tão marginal, por que é que os senhores não adotaram esta posição aqui?

Deputada Zuraida Soares (BE): Porque ontem era imenso, era enorme!

O Orador: Porque, Sra. Deputada, isto, como a Sra. Deputada Zuraida Soares disse, é um monumento à hipocrisia e ao cinismo. Esta é que é a resposta, Sra. Deputada, e não me questione mais para não prolongarmos esta discussão.

Muito obrigado.

(Risos da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar à votação na generalidade desta anteproposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor é contra e abstém-se?

Deputado Berto Messias (PS): E chama-se falta de coragem!

Secretária: A Anteproposta de Lei foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Não tenho pressa. É quando quiserem.

Vou colocar à votação os 2 artigos, uma vez que não há propostas de alteração, para fazermos a votação na especialidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passemos então à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

O CDS-PP votou favoravelmente esta proposta, não por achar que ela seria mais meritória do que outras discutidas aqui esta semana, ou não por querer com isso apagar a hipocrisia da apresentação desta proposta por parte do Partido Socialista, o próprio cinismo da sua apresentação, nem por querer desvalorizar qualquer um dos argumentos contra a proposta discutida na terça-feira ou contra esta proposta discutida hoje.

Nós aprovamos esta proposta com base naquilo que acreditamos que necessita de ser um ponto de viragem na política do nosso país e esse ponto de viragem passa por virar para o desenvolvimento económico em vez de continuar uma política de austeridade que tem sido seguida até aqui.

Deputado José San-Bento (PS): Bem-vindos!

O Orador: Não é “bem-vindos”. Isso também é nos Açores!

Deputado José San-Bento (PS): Para além da Troika!

O Orador: Queremos ver algo que não vimos aqui, nem temos visto aqui,...

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores diziam que era impossível fazer isso!

O Orador: ...em que o Partido Socialista também começa a apresentar propostas para aumentar o salário, por exemplo, dos funcionários públicos na Região Autónoma dos Açores, e não pôr sempre as propostas para os aumentos para outros órgãos, para entidades privadas ou para outras instituições. Assuma também aqui, na Horta, as suas responsabilidades regionais...

Deputado José San-Bento (PS): Ainda há bocado aprovámos o subsídio de férias!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...e siga também por uma política de crescimento económico e desenvolvimento da nossa economia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições...

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

O PSD conscientemente e em coerência votou contra esta Anteproposta de Lei e com isso consegue ser coerente em relação ao passado, mas não só.

Deputado José San-Bento (PS): Concordar com o Sr. Primeiro-ministro!

O Orador: Consegue acima de tudo ser importante, no caso da Região Autónoma dos Açores e não só,...

Num momento em que as empresas vivem uma situação perfeitamente aflitiva, isso seria extremamente penalizante para a grande maioria do tecido empresarial regional, com consequências nefastas numa variável que é atualmente o maior problema existente na Região Autónoma dos Açores: a marca de 20 mil desempregados, a maior marca em termos de desempregados atingida em todos os tempos da autonomia.

Sendo importante aumentar os rendimentos dos açorianos e assim conferir-lhes uma maior qualidade de vida devemos ser realistas, devemos ser acima de tudo conscientes e responsáveis e neste momento, se esta Anteproposta de Lei tiver vencimento a nível da Assembleia da República, isso será extremamente penalizante para os Açores, porque com isso aumentar-se-á o desemprego e seguramente todos aqueles, mesmo aqueles que têm rendimentos ao nível do salário mínimo nacional, aquilo que consideram fundamental é assegurar o seu próprio emprego.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quais membros do Governo? Não está ali ninguém!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o Espírito Santo!

O Orador: Uma breve declaração de voto, em nome da bancada do Partido Socialista, relativamente à votação que acabámos de assistir aqui, no Parlamento.

O Partido Socialista apresentou esta Anteproposta de Lei de aumento do salário mínimo, que foi aliás muito bem explicada, apresentada e defendida ao longo do debate pela Deputada Graça Silva, mas fê-lo com um espírito de abertura e de diálogo que julgo que se impõe neste momento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está em campanha!

O Orador: Entendemos e decidimos fazer esta proposta. Reunimos com a UGT, reunimos com a CGTP, que imediatamente apoiaram também a nossa intenção e felizmente foi aqui aprovada. Seguirá agora para a Assembleia da República onde será apreciada e esperamos todos que seja aprovada.

Não está na sala o Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo também não está!

O Orador: ...mas posso informá-lo que tive a oportunidade, no âmbito da elaboração desta proposta, de falar, quer com os Deputados do Partido Socialista à Assembleia da República dos Açores, quer também com o Deputado Carlos Zorrinho, Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República.

Foi não só um trabalho em parceria com os nossos parceiros sociais, mas também um trabalho em parceria com o Partido Socialista a nível nacional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: O debate parece-me que foi claro,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi, foi!

O Orador: ...apesar das tentativas dos revanchismos e dos ciúminhos que tivemos por parte de alguns partidos no âmbito desta discussão,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais foram?

O Orador: ...porque gostam de afirmar que a defesa dos trabalhadores é um património só deles (refiro-me à esquerda e ao sectarismo endémico que tem a esquerda, a esquerda do Partido Socialista nesta matéria).

Julgo que esta questão foi perfeitamente clara.

Entendemos não aprovar o acréscimo regional ao salário mínimo que foi apresentado legitimamente pelo Bloco de Esquerda neste plenário. Essa matéria foi perfeitamente explicada pelo Partido Socialista e pelo Governo quando foi ouvido na comissão sobre esse assunto e em segundo lugar entendemos então, em coerência também com aquilo que vínhamos dizendo e afirmando, apresentar esta Anteproposta de Lei agora aprovada.

Mas há duas referências que não posso deixar de fazer.

Em primeiro lugar, o sentido de voto anunciado aqui pelo Sr. Deputado António Marinho, do PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não foi anunciado. Foi concretizado!

O Orador: Dizia há pouco, na sua intervenção, que o PSD com esta votação e com esta posição consegue isto e consegue aquilo.

Fica muito claro. Há uma coisa que consegue de facto, que é mais uma vez estar preocupado em defender o PSD nacional,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está enganado. Defender as nossas empresas!

O Orador: ...defender o Primeiro-ministro e em defender o Dr. Pedro Passos Coelho, em vez de defender os trabalhadores açorianos.

Segunda questão que quero também referir: a postura do Bloco de Esquerda e do PCP neste debate.

Por aquilo que fizeram, pelas afirmações que fizeram, pelos termos que utilizaram, pela forma como tentaram desmerecer a proposta do Partido Socialista, mostraram o seguinte: a sua preocupação não são os trabalhadores, não é o acréscimo regional ao salário mínimo, não é sequer o aumento do salário mínimo nacional. A sua preocupação primeira é sim o número mediático, aparecer na televisão,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está a ver-se ao espelho!

O Orador: ...aparecer nas páginas de jornais com essas propostas e também, porque isso foi aliás notório ao longo de todo o plenário que está agora perto de terminar, estão muito mais preocupados em atacar, em fazer moossa e em fazer mal ao Governo e ao Partido Socialista. Isso ficou claríssimo neste debate.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Berto Messias.

Sr. Deputado António Marinho, pede a palavra para?

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era apenas para pedir aos serviços da Assembleia para entregarem o diário de 21 de outubro de 2011, onde está expressa a posição do Partido Socialista, quer por parte do então Deputado, que não vou agora nomear, quer por parte do Membro do Governo, que na iniciativa apresentada pelo PCP apresentava exatamente os mesmos argumentos que o PSD utilizou hoje coerentemente, ao contrário daquilo que aconteceu com o Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Marinho, estou esmagado com essa intervenção!

Deputado António Marinho (PSD): Não está esmagado. É incoerente!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A minha declaração de voto inevitavelmente é para estranhar alguma estranheza por outras declarações de voto aqui ouvidas.

Ficámos a saber que o Sr. Deputado Berto Messias falou com o camarada Zorrinho que lhe deve ter dito qualquer coisa que ninguém imagina o que foi, mas há uma coisa que nós sabemos, é que o Partido Socialista, na República, se absteve (e não vi violência nenhuma na abstenção) nas propostas do Bloco de Esquerda e do PCP de aumento do salário mínimo nacional.

Falemos de coerência. Estamos sempre a falar de coerência, mas agora parece que o Sr. Deputado Berto Messias fez um telefonema para o camarada Zorrinho. Quem sabe eles lá não vão agora votar a favor a pedido dos Açores?!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Riam-se, Sras. Deputadas e Srs. Deputados!

Riam-se, porque isto para rir!

Continuemos a falar de coerência. O mesmo Grupo Parlamentar que na Assembleia Legislativa dos Açores se recusa a votar o aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional em nome da sobrevivência das empresas, é o mesmo partido que apresenta na Assembleia Legislativa dos Açores o aumento do salário nacional, porque é uma coisa insignificante nas empresas. É disto que é preciso ter vergonha, desta incoerência. Isto não é sectarismo, Sr. Deputado Berto Messias. Isto é honestidade intelectual e a coragem de se dizer aquilo que se pensa. Isto é coerência e a maior coerência mostrada pelo Bloco de Esquerda é que apesar deste documento ser um monumento à hipocrisia, em nome dos trabalhadores portugueses (não é só dos açorianos, portugueses), nós votámos favoravelmente.

Esta é que é a coerência que o vosso Grupo Parlamentar não tem e pelo caminho que leva nunca terá.

Continuemos com a incoerência: os termos que utilizámos.

Os termos que utilizámos, Sr. Deputado?

Mas os termos que nós aqui utilizámos foi a factualidade absoluta e pura e vou dizer-lhe uma coisa.

Deputado Berto Messias (PS): Isenta e imparcial!

A Oradora: Bem mais isenta do que a vossa.

Vou dizer-lhe uma coisa:...

Deputado Berto Messias (PS): Isenta e imparcial!

A Oradora: ...dos imensos defeitos que todos temos, o ciúme não será um deles, mas ciumenta, ainda por cima, da incoerência absoluta e da incapacidade de justificar aquilo que os senhores fazem num dia e aquilo que fazem dois dias depois, ter ciúme disso nem mesmo à meia-noite e meia hora, nem o cansaço, nem o sono seriam capazes de o fazer.

Portanto, Sr. Deputado Berto Messias, aconselho-o a fazer muitos telefonemas para o camarada Zorrinho, mas estou convencida que nem mesmo ele vai conseguir salvar o Partido Socialista dos Açores da imensa trapalhada em que

se meteu com esta Anteproposta de Lei para aumento do salário mínimo nacional.

Deputado Berto Messias (PS): Veremos!

A Oradora: Se pensa que vai enganar os açorianos e açorianas dizendo que o Partido Socialista propôs, aliás como diz o título, (o título é muito curioso da anteproposta) o “Aumento da retribuição mínima mensal garantida” (Quem olha assim diz: “Uau, isto deve ser da Região”), não! É preciso ler para perceber que isto não tem nada a ver com os Açores. Se pensa que vai convencer os açorianos e açorianas que propôs aqui o aumento do salário mínimo (como é que está?), da “retribuição mínima mensal garantida” na Região, está muito enganado.

Deputado Berto Messias (PS): Por quê?

A Oradora: Sabe por quê?

Porque respeito o povo açoriano e reconheço-lhe a inteligência que o senhor, neste momento, não lhe está a reconhecer.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Voltaremos a falar!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente (estava à sua procura!):

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias acordou literalmente para o debate e do que é que ele se lembrou?

Lembrou-se, há meia-noite e 35, de acusar a oposição do número mediático.

Oh, Sr. Deputado, um número mediático há meia-noite e 35?

Os jornalistas estão a dormir, Sr. Deputado.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do BE)

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas o GaCS não está!

O Orador: É que disto nem o Super-Homem se lembrava, Sr. Deputado.

Quero dizer-lhe que em relação a esta matéria, Sr. Deputado, o que aconteceu aqui foi que a manobra do Partido Socialista foi completamente descascada.

Deputado Rogério Veiros (PS): Descascada está a “laranja”!

O Orador: Portanto, toda a gente percebeu que esta proposta distribuída na altura em que a proposta do Bloco de Esquerda estava a ser discutida era para tentar, de alguma forma, esconder a vossa falta de vontade política em aprovar a proposta do Bloco de Esquerda, portanto, esconder aquela que era uma dificuldade política do Partido Socialista nesta matéria.

Apresenta uma proposta sem qualquer género de quantificação, com uma argumentação pior do que má, com aquela irresponsabilidade política que alguma classe política utilizou para afundar este país,...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, está a dizer asneiras! A Deputada Graça Silva referiu os números!

O Orador: ...nomeadamente o Primeiro-ministro que o senhor tantas vezes defendeu nesta câmara, o Primeiro-ministro José Sócrates.

O senhor veio aqui sem uma proposta, sem dizer o que é que isto significaria para as empresas, não a quantificou, não se preocupou minimamente com a produtividade, não se preocupou minimamente com a concorrência, não se preocupou minimamente em ser absolutamente congruente com aquilo que disse quando chumbou a proposta do Bloco de Esquerda e, portanto, a sua incapacidade política em explicar esta proposta ficou absolutamente patente.

Sr. Deputado, em relação a esta matéria, tenho que lhe dizer o seguinte: isto não funcionou, os açorianos sabem perfeitamente que nesta matéria os senhores estiveram a brincar com a consciência dos trabalhadores, os senhores estiveram a fazer com esta matéria uma brincadeira, os senhores estiveram a esconder uma incapacidade, os senhores estiveram a esconder aquele que era o vosso objetivo político, que era não fazer nenhuma alteração nos Açores e chutar isto para os outros, sabendo perfeitamente que o cenário político, o enquadramento político, nem sequer permite que esta legislação possa vir a ser aprovada.

Portanto, os senhores o que aqui fizeram foi tacticismo político, cinismo e, como a Sra. Deputada Zuraída Soares (e com isto termino) classificou de uma forma muito correta, isto é de facto um monumento ao cinismo, isto é um monumento à irresponsabilidade.

Não é assim, Sr. Deputado, que se faz política com seriedade.

Deputado José Ávila (PS): O senhor é que faz sozinho!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais declarações de voto vamos avançar para os últimos dois pontos da Agenda.

Ponto 18: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 8/X –“Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para apresentar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que a urgência desta Anteproposta de Lei que o Partido Socialista aqui traz hoje será evidente para todos e prende-se com o facto do Decreto-lei n.º 198/2012 ter entrado em vigor no dia 1 de julho deste ano, sendo que os seus efeitos foram, digamos assim, suspensos até ao dia 15 de outubro próximo.

Atendendo à proximidade destas datas julgamos que é urgente, neste momento, aprovar esta Anteproposta de Lei para que possa ser depois analisada na Assembleia da República.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Roberto Cordeiro... Peço desculpa. Engano-me sempre no seu nome.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo (está ali ao fundo):

Atendendo ao impacto que o novo regime de circulação de bens tem, tanto é que temos visto o adiamento da sua aplicação, e como aqui já foi referido, até dia 15 de outubro temos um regime sem multas, entendemos a urgência e votamos favoravelmente na sua aplicação.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, vamos então avançar para a discussão desta Anteproposta.

Relembro que foi distribuída pelas Sras. e Srs. Deputados uma proposta de substituição integral desta Anteproposta e é sobre ela que iremos debater e depois votar.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

O Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, refere no respetivo preâmbulo que, entre outros objetivos, “pretende proceder à alteração do regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA, (...) no sentido de se estabelecerem regras que assegurem a integridade dos documentos de transporte e que garantam à autoridade tributária um controlo eficaz desses mesmo documentos.”

As alterações introduzidas pelo diploma acima identificado estavam previstas entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2013.

No entanto, o Governo, na lei de Orçamento de Estado para o presente ano, adiou a entrada em vigor desse diploma para 1 de maio de 2013.

Posteriormente ainda a isso veio também o Governo da República, através da Portaria 161/2013, de 23 de abril, adiar novamente a entrada em vigor do

mesmo diploma para 1 de julho de 2013, data em que o mesmo entrou efetivamente em vigor.

No entanto, a 28 de junho de 2013, num comunicado publicado no portal das Finanças constava que “para facilitar a adaptação gradual das empresas ao novo regime, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais determinou que até ao dia 15 de outubro não serão aplicadas quaisquer sanções no caso de ausência de comunicação eletrónica prévia dos documentos do transporte.”

Esta assunção de responsabilidades por parte do Governo da República demonstra claramente, através dos sucessivos adiamentos acima referidos, face às inúmeras dificuldades criadas por este aos agentes económicos, não se resolve com o mero e recorrente adiamento de um regime que apenas contribuirá para dificultar a economia do país.

O novo regime de bens em circulação tem merecido a contestação generalizada de todos os setores económicos que criticam o excesso de burocracia criada, passível de afetar gravemente a competitividade das empresas.

As alterações em causa e a inerente carga burocrática que resulta da prévia comunicação do documento de transporte à autoridade tributária antes do início do transporte irá trazer certamente graves impactos às empresas, podendo mesmo afetar abastecimentos quer à indústria, quer ao comércio, ou mesmo aos consumidores finais.

Acresce que desde 1 de julho de 2013, caso a lei esteja a ser cumprida, para transportar um bem é necessário responder a uma forte complexidade de requisitos, constituindo, por si, um grave obstáculo quer à eficiência logística, quer à própria eficiência das empresas.

Aparentemente uma simples entrega de um produto de mostruário, mesmo não dando lugar a movimentos financeiros, implicará comunicações prévias.

Também o transporte de pequenas quantidades de mercadoria, se efetuado por empresas de reduzida dimensão em diferentes períodos do dia, obrigará ao dispêndio de tempo significativo em processos de utilidade duvidosa para os quais, em grande parte dos casos, as empresas não dispõem de meios suficientes.

Este novo regime é, em síntese, composto por regras desordenadas e impraticáveis.

O combate à economia paralela, à concorrência desleal e à evasão fiscal tem de ser um desígnio nacional, mas tem que ser concretizado através de um sistema adequado e não através da imensa carga burocrática que o novo regime pretende instituir e que nada acrescenta de positivo ao anterior regime, além de prejudicar a eficiência das operações.

Esta excessiva burocracia, que classifica Portugal pelas piores razões ao nível internacional, contraria também o Memorando de Entendimento assinado com a Troika no seu capítulo dedicado à carga burocrática e dificulta a captação de investimento estrangeiro para o nosso país.

A crise económica há muito que está a prejudicar fortemente as empresas nacionais, bem como as regionais, pelo que em nada ajuda a vigência de uma legislação que contribuirá inquestionavelmente para prejudicar o tecido empresarial remanescente.

Em suma, estas alterações ao atual regime de bens em circulação não têm em linha de conta a realidade da produção, da distribuição e da logística, nem as características multifacetadas das diversas operações em Portugal.

Acresce que a realidade específica dos Açores, nomeadamente a reduzida dimensão do respetivo mercado e a sua distribuição arquipelágica não se coaduna minimamente com esta carga burocrática.

Neste sentido, a continuidade em vigor deste regime, na forma atual, constituirá um dos maiores e mais graves obstáculos à eficiência logística, à competitividade da economia, que o mesmo é dizer ao desenvolvimento económico, sustentável da nossa Região e, conseqüentemente, do país.

Face aos inúmeros constrangimentos identificados pelos agentes económicos, torna-se por isso imperativo proceder à imediata alteração do regime vigente desde 1 de julho de 2013, tornando-o adequado e exequível, atento à realidade do mercado, visando-se assim respeitar o motor da economia da Região Autónoma dos Açores e também do país, que são as micro, pequenas e médias empresas.

Com as alterações propostas pretende-se cumprir os seguintes objetivos:

- adaptar o regime vigente à realidade da Região Autónoma dos Açores;
- aliviar a imensa carga burocrática que o regime em vigor impõe aos agentes económicos através, entre outros, da introdução de um prazo de 5 dias aplicável a todas as situações para a comunicação dos documentos à autoridade tributária;
- reduzir drasticamente o âmbito de aplicação, quer seja para efeitos da emissão dos documentos de transporte, quer para a respetiva comunicação à autoridade tributária do atual regime pelas seguintes vias: da alteração à definição do regime de bens em circulação, retirando-se a referência aos bens de afetação a uso próprio; da inclusão de todos os veículos, incluindo os veículos agrícolas; da inclusão dos bens transportados para afetação a uso próprio no âmbito das exclusões deste regime; da inclusão do pescado transportado entre os portos e a lota de venda no âmbito das exclusões também deste regime e também do aumento do valor do volume anual de negócio, passando dos atuais 100 mil para 250 mil.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Esta proposta de lei resulta da colaboração estreita e permanente com as entidades representativas dos diversos setores de atividade da Região, daí que se apresente, tendo em conta as propostas válidas que nos chegaram durante o dia de hoje, uma substituição integral à iniciativa apresentada inicialmente.

Assim, entendemos que com a atual proposta de alteração ao regime de bens em circulação se corrige o regime feito por um Governo do PSD/CDS que está de costas voltadas para o país e para as pequenas e micro empresas e os agricultores.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: O regime que vigora, ainda que sem consequências até 15 de outubro para quem infrinja, é contestado por todos os setores de atividade.

Neste sentido, e apesar de não termos competência própria nesta matéria, é nossa obrigação responder às inúmeras solicitações que nos chegaram pelo que, através desta iniciativa, se materializa a vontade das entidades representativas

dos diversos setores de atividade da Região Autónoma dos Açores, a bem dos nossos agricultores, pescadores e demais empresários.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A esta hora até já se é secretário. Maravilha!

Quando nós recebemos a primeira proposta de alteração a este decreto, de facto, deparámo-nos com um documento bem feito. Reconheço isso em nome do Grupo Parlamentar do PSD. Revimos cada ponto de alteração e houve aqui uma pequena dúvida que tivemos que era no artigo 3, que seria os bens de atividade piscatória. Fizemos vários telefonemas durante o dia de hoje com as entidades que achámos necessárias e por surpresa nossa, na segunda alteração, está incluída aqui.

Ainda bem que foi assim. Até parece que adivinharam que a gente ia estar aqui até a esta hora,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ...o que assim acelera muito mais este processo, que esperamos que tenha um bom fim. Era isto.

Deputado Berto Messias (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Rápido e preciso!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem, assim é que se fala!

Deputado Rogério Veiros (PS): Não aprenda é com o Jorge!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Esta matéria, obviamente, é matéria que tem suscitado alguma celeuma e alguma polémica na medida em que afeta efetivamente a atividade empresarial.

No entanto, os seus trâmites, hoje em dia pela via informatizada, tal e qual como obrigação de enviar as faturas através do sistema SAFT para a autoridade tributária, estão em grande parte facilmente acessíveis ou facilitados até pelas obrigações que muitas empresas têm hoje de ter sistemas informáticos para poder prosseguir com a sua atividade normal.

No entanto, de facto, há aqui preocupações reais, sobretudo relacionadas com o tipo de uso mais do que com a dimensão ou especificidade regional, porque outras zonas do país também têm pequenas empresas e outras zonas do país também são afetadas. Se fosse especificidade regional poderíamos até, inclusive, se calhar, ter legislação própria sobre esta matéria, mas trata-se efetivamente de algo que tem de ser contemplado pelo consumo, destinado ao consumo próprio, no âmbito da referida atividade como aqui está e o aspeto do pescado é também muito relevante.

Nós concordamos com estas alterações, no entanto, queremos aqui destacar uma coisa. O valor de 250 mil como limite para o volume de negócios é tão arbitrário quanto o de 100 mil, que está previsto na lei. É absolutamente arbitrário, não tem qualquer fundamento em termos fiscais ou em termos de outra questão, mas é um valor aceitável, é um limiar que foi definido pela proposta. Não vamos discuti-lo, apenas destaquei esse aspeto.

Um segundo aspeto que nos parece mais importante: é que fique claro que a nossa aprovação e o nosso apoio a esta proposta não pretendem branquear as fugas ao fisco e a evasão fiscal que muitas vezes acontece e que é um motivo que, ao fim e ao cabo, está subjacente à criação dessa proposta.

Nós consideramos que o combate à fraude fiscal continua a ser importante, continua a ser fundamental em todas as atividades e em todas as zonas do país.

Volto a repetir que o aprovar desta norma ou desta proposta que aqui está (desta proposta de lei para alteração ao código dos transportes que vigora a nível

nacional) não configura da nossa parte qualquer tipo de sancionamento de fuga ao fisco e nem queremos, nem permitiremos, que seja interpretada dessa maneira.

Tem de ser interpretada como um ajuste para atividades que efetivamente têm diversos consumos próprios e que passam a estar todas elas abrangidas, não apenas a agrícola, apesar da preocupação ser com a agrícola sobretudo, mas não é essa a única que passa a ser abrangida por esta alínea j). Felizmente outras também caem neste âmbito e serão beneficiadas por esta alínea, caso isto venha a ser aprovado na Assembleia da República.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dois pequenos esclarecimentos na sequência da intervenção do Deputado Nuno Melo Alves, que tem a ver exatamente com o valor dos 250 mil euros. Tem a ver principalmente com o setor agrícola, foi uma análise que foi efetuada e achámos o valor um valor tido como bom para se efetuar uma proposta, tendo em conta essa realidade.

Por outro lado, é óbvio que também nós não pretendemos de forma nenhuma branquear situações de fuga ao fisco ou de economia paralela. Está aqui tão-somente em causa a atividade económica das micro e das pequenas empresas, no nosso caso concreto, da Região, mas obviamente também de todo o país e também setores, como o setor agrícola que tem especificidades próprias, que dificilmente conseguiriam cumprir com aquilo que está previsto neste regime de bens em circulação.

Era só esse esclarecimento que queria prestar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação na generalidade da Anteproposta.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Não tendo dado entrada na Mesa nenhuma proposta de alteração para os 2 artigos que compõem esta Anteproposta, coloco à vossa consideração a votação em conjunto dos mesmos.

Não havendo oposição, votamos então os artigos 1.º e 2.º da Anteproposta.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler a proposta de deliberação final: a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação da Mesa foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, concluímos os nossos trabalhos. Uma boa noite a todos. Um bom regresso a casa.

Até setembro.

Eram 00 horas e 54 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José António Vieira da Silva Contente

Luís Carlos Martins Maciel

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso Ventura

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Documentos entrados

1 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regime Jurídico das Unidades Privadas de Saúde – n.º 17/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 07– 04

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 08 – 29;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/X - Define a forma de registo de tempos de trabalho e as condições de publicidade de horário de trabalho dos trabalhadores afetos à exploração de veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região Autónoma dos Açores - com pedido de urgência](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 07– 08.

2 – Anteproposta de Lei:

Assunto: [Aumento da retribuição mínima mensal garantida .– n.º 7/X](#)

Autor: PS

Entrada: 2013 – 07– 10;

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto: [Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA– n.º 8/X](#)

Autor: PS

Entrada: 2013 – 07– 10;

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

3 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.07.09

Referência: 54.01.03 – N.º 17/X;

Assunto: [Construção dos dois ferries para o transporte marítimo de passageiros e viaturas no Triângulo e no Grupo Central](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.07.09

Referência: 54.03.00 – N.º 67/X;

Assunto: [Ponto de situação de contingente militar norte-americano na Base das Lajes - ilha Terceira.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.07.09

Referência: 54.02.03 – N.º 100/X.

4 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar o cancelamento do debate de urgência sobre a dimensão, custo, utilização e eventual necessidade de racionalização da frota automóvel da Região Autónoma dos Açores

Autor: PPM

Entrada: 2013 – 07– 08;

Assunto: Ofício a enviar Parecer – Reestruturação do Serviço Regional de Saúde

Autor: Assembleia Municipal da Horta, Jorge Alberto da Costa Pereira

Entrada: 2013 – 07– 08;

Assunto: Envio do Plano de Atividades e Orçamento 2013 e do Parecer emitido pelo Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal SA.

Autor: José Lourenço, Dr. - Representante Região Conselho Opinião Rádio e Televisão Portugal

Entrada: 2013 – 07– 09

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Reunião do Conselho de Opinião da RTP, SA

Autor: José Lourenço, Dr. - Representante Região Conselho Opinião Rádio e Televisão Portugal

Entrada: 2013 – 07– 09;

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Ofício a enviar Relatório - Cumprimento das Obrigações de Serviço Público referente ao ano 2012

Autor: José Lourenço, Dr. - Representante Região Conselho Opinião Rádio e Televisão Portugal

Entrada: 2013 – 07– 09;

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteposta de Lei n.º 7/X- “Aumento da retribuição mínima mensal garantida”

Autor: PS

Entrada: 2013 – 07– 10;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteposta de Lei n.º 8/X- “Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA”

Autor: PS

Entrada: 2013 – 07– 10.

5 – Relatórios:

Assunto: [Proposta de Lei n.º 156/XII – “Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, conformando-o com a disciplina do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do](#)

Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa aos Serviços no mercado interno – nº 49/X - (AR.)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 07 – 10;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Autor: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013 – 07 – 08;

Assunto: Anteprojecto de Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

Autor: SubComissão de Política Geral

Entrada: 2013 – 07– 08;

Assunto: Projeto de Lei nº 424/XII que garante a internalização dos trabalhadores que se encontrem a desempenhar funções ao serviço de serviços municipalizados a extinguir ou de empresas municipais a dissolver por força do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e define o estatuto dos trabalhadores que lhes estão afetos (PCP) – nº 50/X

Autor: SubComissão de Política Geral

Entrada: 2013 – 07– 10;

Assunto: Projeto de Lei n.º 425/XII - Que garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos – Terceira alteração ao Decreto-Lei nº 4/89, de 6 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 276/98, de 11 de setembro e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro - n.º 51/X

Autor: SubComissão de Política Geral

Entrada: 2013 – 07– 10;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que aprova o regime excecional de extensão de prazos previstos para a execução de obras, a caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia e a apresentação de requerimento do respetivo alvará de licenciamento ou de autorização de utilização, previstos nos artigos 58º, 59º, 71º e 76º do decreto-lei nº 555/99, de 16 de Dezembro – n. 53/X

Autor: SubComissão de Política Geral

Entrada: 2013 – 07– 10;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 14/X, que regula para o ano 2013, a calendarização do processamento do subsídio de férias e das prestações correspondentes ao 14º mês e equivalentes

Autor: Comissão de Política Geral

Entrada: 2013 – 07– 12

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da RAA, referente ao Ante-Período Legislativo de julho de 2013

Autor: Economia

Data de Entrada: 2013 – 07 – 10;

Assunto: Proposta de Lei 157/XII – Aprova os requisitos de acesso e exercício da atividade das Empresas de Manutenção de Instalações de Elevação e das Entidades Inspetoras de Instalações de Elevação, e seus profissionais, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno - n.º 54/X (A.R.)

Autor: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 07 – 10;

Assunto: [Audição n.º 53/X - Comunicação da Comissão - Portos: Um motor para o crescimento \[COM \(2013\) 295\] - n.º 53 \(A.R.\)](#)

Autor: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 07 – 10.

6 – Diários:

Consideram-se presentes na Sessão Plenária a Separata n.º 7/X.

Está presente na Sessão Plenária o Diário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 25.

A Redatora, Ana Sofia Machado

